

GAVAGAI

revista interdisciplinar de humanidades

ISSN 2358-0666



v9, n. 1, jan/jun 2022



GAVAGAI

ERECHIM

v9 n1, jan/jun 2022

ISSN: 2358-0666

Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA / DIRECCIÓN POSTAL / MAILING ADDRESS

Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim
Gavagai – Revista Interdisciplinar de Humanidades
ERS 135 – Km 72, 200, Caixa Postal 764,
Erechim – RS
CEP 99700-970

E-mail: gavagai@gavagai.com.br

Gavagai: Revista Interdisciplinar de Humanidades [recurso eletrônico]. - v.9, n.1. (jan/jun 2022). - Erechim, RS: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2022-
1 recurso online: il.

ISSN: 2358-0666
Semestral

1. Humanidades - Periódico 2. Ciências humanas - Periódico I.
Universidade Federal da Fronteira Sul

CDD: 300

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Bibliotecas – UFFS
Franciele Scaglioni da Cruz
CRB - 14/1585

GAVAGAI – REVISTA INTERDISCIPLINAR DE HUMANIDADES
Erechim, v9, n1, jan/jun 2022
ISSN: 2358-0666

EDITOR-CHEFE / *EDITOR JEFE* / EDITOR-IN-CHIEF

Fernando Vojniak

Universidade Federal da Fronteira Sul
campus Chapecó (UFFS)

EDITORES EXECUTIVOS / *EDITORES EJECUTIVOS* /
EXECUTIVE EDITORS

Adriana Richit

Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim (UFFS)

Alexandre Paulo Loro

Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim (UFFS)

Thiago Ingrassia

Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim (UFFS)

CONSELHO EDITORIAL / CONSEJO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

Gaya Makaran – Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)

María Maneiro – Universidad de Buenos Aires (UBA)

Simone da Silva Ribeiro Gomes – Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Atilio Butturi Jr. – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Bianca Salazar Guizzo – Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Carla Soares – Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ).

Daniela Marzola Fialho – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Décio Rigatti – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/
UNIRITTER.

Durval Muniz Albuquerque Junior – Universidade Federal do Rio Grande do
Norte (UFRN).

Eliana de Barros Monteiro – Universidade Federal do Vale do São Francisco
(UNIVASF).

Elio Trusian – Università Degli Studi Di Roma La Sapienza (Itália).

Fábio Luis Lopes da Silva – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Felipe S. Karasek – Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC).

Gizele Zanotto – Universidade de Passo Fundo (UPF).

José Alves de Freitas Neto – Universidade de Campinas (UNICAMP).

Kanavillil Rajagopalan – Universidade de Campinas (UNICAMP).

Margareth Rago – Universidade de Campinas (UNICAMP).

Maria Antonia de Souza – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)/
Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).

Maria Bernadete Ramos Flores – Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC).

Natália Pietra Méndez – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Nelson G. Gomes – Universidade de Brasília (UnB).

Patrícia Graciela da Rocha – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
(UFMS).

Patricia Moura Pinho – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

Paula Corrêa Henning – Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Pedro de Souza – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Rafael José dos Santos – Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Rafael Werner Lopes – Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC).

Raul Antelo – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Ricardo André Ferreira Martins – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Roberto Machado – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Rodrigo Santos de Oliveira – Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Rosângela Pedralli – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Suzana G. Alborno – Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Viviane Castro Camozzato – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

DIAGRAMAÇÃO E CAPA /
DIAGRAMACIÓN Y TAPA / LAYOUT AND COVER

Paolo Malorgio Studio

REVISÃO / REVISIÓN / REVISION
Agência Comunica

SUMÁRIO/ÍNDICE/CONTENTS

A FENOMENOLOGIA DE ALFRED SCHUTZ COMO FUNDAMENTO PARA A ANÁLISE DA ENTREVISTA BIOGRÁFICA Leandro Castro Oltramari e Carlos José Naujorks	10
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A APURAÇÃO DOS INQUÉRITOS CRIMINAIS DE PARLAMENTARES E MEMBROS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL NO BRASIL (2004 – 2015) Francisco José dos Santos Rente Neto	26
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: COMO FICA A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES Ana Valéria Oribes Dias e Fabricia Sônego	67
TRANSGRESSÃO SENSÍVEL: A HISTÓRIA E AS CIÊNCIAS HUMANAS NAS MARGENS DA FICÇÃO Lucas Florianovitch e Fernando Vojniak	85
O PROGRAMA COMPLETO DA DESORDEM: VIDAS NEGRAS, A FRANCA REBELIÃO E O DESEJO DURADOURO DE MUDAR O MUNDO Fernando Boppré e Marília Amorim	114

A FENOMENOLOGIA DE ALFRED SCHUTZ COMO FUNDAMENTO PARA A ANÁLISE DA ENTREVISTA BIOGRÁFICA

Leandro Castro Oltramari¹

Carlos José Naujorks²

RESUMO: Este ensaio apresenta a fenomenologia de Alfred Schutz como fundamento teórico relevante para os estudos sobre narrativa biográfica e, de forma específica, para a análise da entrevista biográfica. Apesar de sua restrita apropriação pela psicologia, seu conjunto teórico é amplamente reconhecido no campo das ciências sociais. Alfred Schutz desenvolveu uma teoria do mundo social e dos processos de construção dos significados que permite uma compreensão da significação do mundo social e da construção da identidade. As narrativas biográficas referem-se aos relatos que os sujeitos elaboram sobre sua vida ou situações biográficas específicas. As teorias sobre narrativas biográficas argumentam que tais relatos formam a base na qual as identidades são construídas. Este ensaio se debruça, particularmente, sobre os conceitos de mundo da vida, intersubjetividade, configuração de significados e acento de realidade, desenvolvidos por Schutz, articulando-os com uma perspectiva metodológica de análise da entrevista biográfica. Nesse sentido, argumenta-se que esses conceitos constituem um fundamento relevante para a pesquisa em psicologia no campo das narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: Fenomenologia. Entrevista biográfica. Identidade.

1 INTRODUÇÃO

A filosofia e as ciências sociais apresentaram, entre o fim do século XIX e o início do XX, novas perspectivas para a compreensão do ser humano e da sociedade. A Fenomenologia (Husserl), o Intuicionismo (Bergson) e a Sociologia Compreensiva (Weber), com conceitos e teorias próprias, trouxeram uma perspectiva abrangente

1 Doutor em Ciências Humanas, Professor Associado II do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: leandrooltramari@gmail.com.

2 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor Associado II do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: carlos.naujorks@ufsc.br.

te que evidenciou a relação entre o indivíduo e o mundo, tendo como referência a experiência subjetiva decorrente dessa relação. É nesse contexto que Alfred Schütz desenvolveu uma compreensão sobre a vivência subjetiva das relações sociais, constituindo uma sociologia fenomenológica com profundas implicações para a psicologia (WALSH, 1972).

Os recursos teóricos e metodológicos da fenomenologia permitiram a Schütz uma compreensão da subjetividade tendo como referência os significados e sentidos constituídos a partir da vivência de um mundo intersubjetivamente compartilhado. Na perspectiva do autor, os sentidos dados pelas pessoas para suas ações só podem ser compreendidos se tomarmos o significado dado por elas ao seu mundo. Schütz mobiliza os conceitos de *realidades finitas de sentido*, *províncias finitas de significados*, *esquemas de referência*, entre outros, para compreender a singularidade da experiência subjetiva, propondo que essa singularidade é, sobretudo, a vivência de uma realidade, também singular, muito embora compartilhada.

No presente ensaio, propomos que as concepções de Schütz de subjetividade e intersubjetividade constituem um fundamento teórico relevante para tomar a análise da narrativa biográfica como uma metodologia que permite uma compreensão do sujeito e de seu contexto, tendo como referência a singularidade de suas vivências. Busca-se, dessa forma, apresentar uma proposta metodológica para a investigação da narrativa biográfica que tenha, em Schütz, seu fundamento. Argumenta-se, neste ensaio, que a análise das narrativas elaboradas pelos sujeitos sobre suas vidas, bem como das narrativas socialmente disponibilizadas pela cultura e pelas instituições sociais, permite compreender os sentidos subjetivos dados pelas pessoas às suas vidas e também à realidade que se constitui como pano de fundo.

Neste estudo, compreende-se narrativas como histórias ou relatos com uma sequência relativamente ordenada de eventos. Elas apresentam uma estrutura pela qual fatos singulares podem ser compreendidos por um entendimento amplo e abrangente de uma situação, uma biografia ou, até mesmo, uma realidade social específica (BARKER, 2004, p. 131). A narrativa é uma forma específica de discurso que ordena experiências e permite uma compreensão, pelo sujeito, de suas ações e das ações dos outros. Dessa forma, a narrativa constitui um todo significativo em relação ao qual ações e eventos podem ser conectados (CHASE, 2017, p. 947).

As narrativas podem ser culturais, coletivamente formadas ao longo de um tempo histórico, como as narrativas nacionais, que constituem identidades nacionais (ANDERSON, 2008). De forma intermediária, as narrativas podem ser institucionais, quando embutidas em discursos e materiais produzidos por entidades ou organizações (CHASE, 2017). Discursos oficiais, relatórios, materiais de divulgação e propaganda, podem, de forma mais ou menos articulada, apresentar um conjunto significativo no qual é apresentada uma identidade possível para uma coletividade de sujeitos. As narrativas institucionais apresentam e justificam, dessa forma, a ação dos indivíduos frente a uma determinada coletividade, constituindo-se como “expressões de quem ‘nós’ somos, o que somos, o que fazemos, onde estivemos, para

onde estamos indo e por quê” (CHASE, 2017, p. 952).³ As narrativas também podem ser singulares, como, por exemplo, as narrativas biográficas ou as narrativas de eventos biográficos, que constituem, por sua vez, identidades individuais (BRUNER, 2008, McADAMS et al., 2006; CHASE, 2017). As narrativas apresentam esquemas interpretativos por meio dos quais os contextos de significados consolidam-se, permitindo às pessoas dar sentido às vivências significativas, configurando significados que, sem isso, ficariam deslocados de um esquema de referência.

As narrativas biográficas são, metodologicamente, um recurso importante para a compreensão dos significados e sentidos dados pelos sujeitos, individual ou coletivamente, para suas ações. Nessa perspectiva, a entrevista narrativa biográfica torna-se um recurso metodológico valioso para a pesquisa em Psicologia. A análise da narrativa biográfica, por sua vez, deve ser realizada a partir de uma determinada compreensão da intersubjetividade e dos processos de construção de significados operados pelos sujeitos dentro de um contexto social compartilhado. É justamente aqui que a fenomenologia de Schutz constitui-se como um fundamento relevante, conforme apresentado neste ensaio.

2 ALFRED SCHUTZ E A FENOMENOLOGIA

Alfred Schutz nasceu em 1899, em Viena, e em 1921 concluiu seus estudos em Direito e Ciências Sociais. Ainda em Viena, deu início a uma bem-sucedida carreira no mercado financeiro e continuou seus estudos de pós-graduação em Direito, Sociologia, Economia e Filosofia. Entre seus mentores estavam Hans Kelsen e Edmund Husserl, com quem estabeleceu uma relação próxima e frequente. Em 1939, ano seguinte à invasão da Áustria por Hitler, Schutz emigrou para a França e, logo depois, para os Estados Unidos, onde se vinculou, mais tarde, à New School for Social Research, em Nova Iorque. Schutz faleceu em 1959 (BARBER, 2004).

Desde suas primeiras obras, encontram-se presentes os fundamentos da fenomenologia de Husserl sobre a consciência como intencionalidade e o mundo da vida, o conceito de Ação Significativa, de Weber, e as noções de duração e simultaneidade, de Bergson. Sua obra mais conhecida é a *Fenomenologia do Mundo Social: introdução à sociologia compreensiva* (SCHUTZ, 1972), escrita em 1932 ainda em Viena e editada em 1967 nos Estados Unidos. Em decorrência de suas atividades profissionais, Schutz teve uma dedicação acadêmica parcial e intermitente, constituindo seu trabalho principalmente em artigos científicos, palestras, seminários e cursos ministrados ao longo de sua vida (WALSCH, 1972).

Durante os anos de 1960 foram publicados os *Collected Papers I, II e III* e, nas décadas seguintes, os volumes IV, V e VI, este último em 2013. Pouco antes de seu

3 Expressions of who “we” are, what we’re doing, where we’ve been, where we’re going, and why.

premature falecimento, Schutz preparava, a partir de suas notas, uma sistematização de sua obra. Thomas Luckman, que havia sido seu aluno na New School, deu, depois disso, a forma final aos dois volumes do livro *Estruturas do Mundo da Vida*, respectivamente publicados em 1975 e 1983.

A subjetividade, as relações interpessoais e a vivência intersubjetiva, como são compreendidas por Schutz, têm como referência os conceitos de mundo da vida, estoque de conhecimento e contextos de significados. A preocupação de Schutz é compreender o mundo social como um mundo constituído intersubjetivamente através dos sentidos dados pelos sujeitos mediados pela interação. Para Schutz, a compreensão da ação envolve o entendimento do seu sentido, ou seja, implica considerar o sujeito dessa ação, seu mundo social, seu contexto intersubjetivo e sua situação biográfica. Esse contexto é, sobretudo, um contexto de significados. A consciência, como intencionalidade, institui como vivência o mundo da vida, primeiro, como uma experiência natural. Dessa experiência natural com o mundo da vida decorre uma atitude não problemática, espontânea, que caracteriza o cotidiano da relação entre o sujeito, os outros e as coisas, uma relação eminentemente prática. É o caráter concreto desse cotidiano que funda seu significado prático. Assim, o mundo da vida se caracteriza pela vida cotidiana, pelo sentido do senso comum, um mundo pressuposto e vivido através de uma atitude natural (SCHUTZ, 1974).

O mundo da vida é, desde início, um mundo compartilhado. Os significados que lhe sustentam são anteriores à experiência imediata que se tem dele, na medida em que foram elaborados, compartilhados e interpretados por pessoas que vieram antes. As experiências anteriores, dessa forma, nos servem como referência em um mundo que existe antes e que, sem isso, de alguma forma, seria sem sentido (SCHUTZ, 2019).

Assim, esse mundo no qual o sujeito adentra terá, primeiro, um interesse eminentemente prático. Schutz retoma, de Husserl, a concepção da intencionalidade da consciência, e de William James, a noção de *subuniverso* em sua afirmação de que “a origem da realidade é subjetiva” (SCHUTZ, 2019, p.13). Numa primeira acepção, a realidade é tomada por Schutz como construção subjetiva: “uma relação com nossa vida emocional e ativa (...) tudo que excita e estimula nosso interesse é real” (SCHUTZ, 1995, p. 197). Como a intencionalidade da consciência é vazia, ou seja, por ela se dar em situação e por não haver um conteúdo que lhe seja *a priori*, aquilo que existe no mundo material passa a ser identificado como realidade na medida em que se constitui como um objeto para a consciência.

Para Schutz (1979), o conhecimento prático é fundamental no contexto do mundo da vida. O conhecimento na vida cotidiana não é homogêneo, nem coerente, constitui-se por definições parciais e pode apresentar contradições. Isto porque os objetos e fenômenos do mundo social não se encontram previamente organizados para experiência subjetiva. A experiência imediata de vida do sujeito vai mudando seus interesses e tornando complexo o conhecimento que tem sobre o mundo que o cerca. O ser humano procura o conhecimento necessário e fundamental para organi-

zar e dar coerência e prosseguimento à vida diária, conforme a complexidade que ela venha a apresentar. Assim, por vezes, ele se apresenta como incoerente, não por uma falta de lógica, mas pela diversidade de situações pelas quais os sujeitos transitam, fazendo os posicionamentos serem, muitas vezes, distintos entre si.

Schutz (2019) apresenta e relaciona os conceitos de múltiplas realidades e províncias finitas de significado. A experiência subjetiva da realidade diferencia-se segundo a diversidade das lógicas relacionadas a uma esfera possível de ação, ou seja, o sujeito utiliza um repertório de interpretação relacionado a um campo específico de possibilidades de ação. Assim, o conceito de múltiplas realidades refere-se à diversidade das realidades, cada qual com sua lógica própria e com características particulares de existência operacional. Como são específicas, apenas se confrontam quando entram em contato com a vida cotidiana, que se constitui como realidade suprema. A materialidade do mundo social, acessível mediante recorrentes experiências sensoriais ou materiais, é, então, significativa e pode colocar à prova a interpretação anterior.

Essas múltiplas realidades se articulam com o conceito de províncias finitas de significados. Para Schutz e Luckmann (1974), uma “província finita de significado consiste em [um conjunto de] experiências compatíveis com o significado” (p. 23).⁴ Com isso, as experiências nessas províncias apresentam características cognitivas coerentes entre si. As cognições relativas às diversas realidades mostram, segundo o autor, “(...) um estilo cognitivo específico, e são – com relação a este estilo – não só consistentes, mas também compatíveis entre si.” (SCHUTZ, 2019, p. 28).

As possíveis incongruências ou mesmo contradições entre as diversas realidades não anulam a “realidade” daquela província de significado como um todo, apenas confrontam aquela experiência individual específica, dentro daquela realidade específica. Essa experiência individual é garantida, justamente, pelo estilo cognitivo específico:

Nós falamos de províncias de significado, e não de subuniversos, porque é o significado de nossas experiências e não a estrutura ontológica dos objetos que constituem a realidade. Por isso, chamamos certo conjunto de nossas experiências de uma província finita de significado se todas elas mostram um estilo cognitivo específico e são - com relação a este estilo - não só consistentes em si, mas também compatíveis entre si. (SCHUTZ, 2019, p. 28).

Assim, para o autor, a realidade estará na congruência das experiências que se tem no mundo a partir dos estilos cognitivos descritos anteriormente, fazendo com que sejam contempladas em uma província de significado específica, ganhando assim, o que ele chama de acento de realidade. Para ele, a vida cotidiana vai conduzindo o sujeito em uma experiência naturalizada que o induz à percepção do caráter operacional e irrefutável da realidade (SCHUTZ, 2019).

4 *A finite province of meaning thus consists of meaning-compatible experiences.*

Para que isso aconteça, segundo Schutz e Luckmann (1974), é necessário um estoque de conhecimento. Este é entendido pelos autores como o conjunto dos significados acumulados pelas diversas experiências de vida e que auxiliam em sua estruturação. Cada situação vivida cotidianamente é anexada ao seu campo de experiências. Assim, os estoques de conhecimento são mediados pela natureza, tempo e espaço e relações sociais que configuram a experiência subjetiva construída no interior do mundo da vida do sujeito. Mesmo sendo conhecimentos parciais de uma totalidade sobre um mundo muito maior que o conhecido pelo sujeito biográfico, esse sujeito terá experiências que irão se acumulando de forma articulada em sua biografia, o que lhe possibilitará a tomada de decisões que tenham sentido para ele.

Em um texto clássico sobre Dom Quixote, Schutz (1974) aborda de forma criativa e perspicaz o tema sobre o estoque de conhecimento. Dom Quixote era um fidalgo decadente apaixonado pelos romances de cavalaria, desencantado com seu cotidiano e que decide viver um futuro de aventura e heroísmo (CERVANTES, 2012). Quixote incorpora em seu cotidiano suas leituras e fantasias sobre a cavalaria, com referências que davam, então, sentido ao que encontrava no mundo. Para Schutz, o universo da literatura constituiu para Quixote uma realidade e tornou possível um estoque de conhecimento específico sobre o tema. O estoque de conhecimento é, então, relativo ao conjunto de conhecimentos sobre a literatura de cavalaria que Dom Quixote passou a utilizar nas mais diversas situações. No caso relatado pelo texto de Cervantes, a cavalaria andante constituía uma forma de vida e compunha para ele uma verdadeira ciência.

Para viver na cavalaria era necessário um conhecimento vasto, desde o uso de ervas, até estratégias e táticas de guerra e sobrevivência. Os esquemas de referência da vida cotidiana de Quixote passavam pelas histórias de El Cid, o cavaleiro andante medieval: forte, valente, justo e piedoso, que derrotou os mouros e viveu heroicamente. É incorporando em seu cotidiano as referências à cavalaria que Quixote dota de sentido suas ações: na luta de Quixote com os moinhos de vento, ao se deparar em confronto direto, o cavaleiro compreende o momento como um ato de magia realizado por magos que o desafiavam a cumprir seu destino. Estes magos, seus antagonistas, faziam isso para que ele, Quixote, não percebesse a realidade tal qual ela se apresentava. Assim os “encantadores”, como se referia Quixote, tinham a função de fazer uma transposição da imaginação para o cotidiano vivido (SCHUTZ, 1955), ou seja, eles mediavam para o cavaleiro seu mundo de significado para aquilo que era apresentado aos seus olhos. Eles lhe garantiam a coexistência e a compatibilidade das significações presentes em uma província de significado, assegurando, assim, o acento de realidade. Os encantadores “traduzem” a realidade que não “aparece”, pois ela é mediada pela magia para poder ser preservada. Esse universo compartilhado com a literatura possui fronteiras finitas de significado, que podem ser vivenciadas pela coerência existente entre os elementos de sentido presentes em seu interior.

Schutz (1947) aponta que isso é possível, porque um universo significativamente compartilhado faz com que este exista. Mesmo quando Sancho Pança, fiel escudeiro

de Dom Quixote, o aborda revelando que os fenômenos que ele descreve não são aqueles percebidos ao seu redor, existe, para Sancho, a possibilidade de compreender que há uma lógica interna naquilo que descreve Quixote e que pode fazer sentido. Assim, por vezes Sancho não rebate seu senhor, pois apesar de existirem em províncias de significados diferentes, ele acaba experimentando os mesmos objetos com uma estrutura de conexões semelhantes para as interpretações que cada um deles tem. Isso acontece porque existe um conjunto de esquemas de referência relativamente compartilhados entre os dois que são utilizados para essa interpretação.

Os encantadores são fundamentais para isso. Mesmo não sendo “percebida” por Sancho Pança, de alguma maneira, a magia é possível. Existe um grau de confiança de que ela é possível existir. Ele vai assim aceitando o sistema interpretativo de Quixote, não por verificação, mas por possibilidade. Ele vai acatando a explicação do encantamento. O encantamento é uma referência, um elo entre as realidades vividas pelos dois, tanto para Sancho quanto para Quixote. E aqui, como aponta Schutz (1974), a intercomunicação é fundamental: é necessário ter fé na veracidade daquilo que o outro fala e uma percepção de sua relevância. Recorrendo novamente à noção de província finita de significados, no mundo da cavalaria poderiam fazer sentido gigantes, magia e magos, a luta contra as injustiças e donzelas que precisavam de proteção. Sendo o encantamento realizado por um mago, adversário do herói da obra, qualquer situação poderia ser justificada por referência à magia por ele deflagrada, que iludiria a percepção presente do mundo para ludibriar Dom Quixote. Sendo assim, Sancho Pança percebe uma chance de aquilo realmente ser possível.

Mas a realidade pode ser também confrontada. E aqui vale ressaltar que, para Schutz (1974), Quixote pode colocar em confrontação fenômenos que vão contra fatos que constituem sua província de significados. Isso acontece em determinadas situações em que a realidade operacional, fortemente determinada pela realidade física, desvela-se sem qualquer “encantador” a transformá-la. Assim, aquilo que Schutz chama de realidade do senso comum se faz presente.

Para Schutz (2019), existe uma confluência entre as motivações e a comunicação, estas são recíprocas, o sujeito opera no mundo com seus semelhantes compelidos a agir e a reagir a partir das ações tanto dele quanto dos outros. Para ele, esse confronto entre realidades somente pode acontecer quando existe um enfrentamento prático em uma suposta situação que pode colocar em dúvida uma interpretação prévia de algo que foi anteriormente vivido. Existe, para Schutz (1945/2019), um confronto entre as fronteiras de significado e a passagem entre elas, pois se realizam a partir de um salto e acontecem a partir de uma tensão da consciência. Para o autor: “Elas precisam de uma motivação especial, como a superação de uma experiência ‘estranha’, não passível de ser incluída no estoque de conhecimento em questão ou inconsistente com elas, para nos fazer revisar as nossas crenças anteriores.” (SCHUTZ, 2019, p. 27).

López Sáenz (2005) chama de *shok* a esse contato conflituoso desses dois mundos que perdem uma congruência entre si na consciência. Isto acontece quando Quixote percebe que aquela que seria para ele sua tão sonhada dama Dulcineia, de rara

beleza e virtude, não passa de uma camponesa muito diferente da imagem por ele criada. Esse contato com a vida operante, sensorial e afetiva conflita suas “certezas”. Aquilo que possui uma unidade psicológica, um projeto de vida equilibrado, organizado a partir das múltiplas realidades vividas por Dom Quixote, perde sua coerência e é quando o cavaleiro deixa de acreditar no projeto que vivia.

3 A COMPREENSÃO DA NARRATIVA BIOGRÁFICA

Toda narrativa envolve processos de configuração de significados. Tais processos acontecem a partir da particularidade das nossas vivências em determinados contextos culturais, o que pode incluir o compartilhamento de narrativas específicas. As vivências constituem um campo subjetivo particular que permite sentidos diferentes, dentro de um mesmo ambiente vivido por outros sujeitos. Pelo seu estoque de conhecimento, o sujeito dá sentido ao mundo que o rodeia.

Schutz (1979) considera o significado uma decorrência da experiência da vivência.⁵ A experiência sobre um fato ou situação vivenciada constitui o significado pela pessoa sobre um fato ou situação e faz o significado das suas ações ser constituído. O autor ressalta que apenas tendo como referência uma experiência passada é que a vivência pode ser considerada significativa, já que a experiência de um fenômeno, como comportamento, sempre é analisável a partir de um momento de reflexão, posterior ao evento ocorrido, não no interior do momento em que ele ocorre, ou seja, na própria vivência.

Dessa forma, a ação pressupõe um significado subjetivo (SCHUTZ, 1995). A consciência reflexiva é o modo de escapar do fluxo espontâneo da consciência. A consciência espontânea (consciência de primeira ordem) se caracteriza pelo fluxo contínuo das vivências: “Dentro do fluxo da duração só existe um viver de momento a momento” (SCHUTZ, 1995, p. 81). É só com um movimento de segunda ordem, reflexivo, que a espontaneidade da vivência pode se tornar objeto para o sujeito. A reflexão (consciência de segunda ordem) marca uma ruptura com a espontaneidade:

quando, mediante meu ato de reflexão, dirijo minha atenção em direção a minha vivência (...). As vivências são aprendidas, distinguidas, postas em relevo, destacadas uma das outras; as vivências que se constituíram como

5 Husserl distingue as noções experiência (*Erfahrung*) e vivência (*Erlebnis*). Na língua alemã, *Erfahrung* indica, literalmente, um encontro. *Erlebnis*, por sua vez, refere-se à experiência vivida. Husserl usualmente reserva o termo *Erlebnis* para a experiência vivida espontânea, a vivência de algo, propriamente. A experiência refere-se, de outra forma, à uma experiência perceptual ou do mundo, enquanto evidência, o que implica numa relação transcendente frente à vivência. A partir disso, Husserl faz um crítica à noção empirista de experiência como muito restrita a uma perspectiva sensualista. Ver: Experience (*Erfahrung, Erlebnis*). In: Moran, Dermot; Cohen, Joseph. *The Husserl dictionary*. New York: Continuum International Publishing Group, 2012.

fases dentro do fluxo de duração se tornam então objeto de atenção como vivências constituídas (SCHUTZ, 1995, p. 81).

A consciência reflexiva, ao constituir a vivência como seu objeto, retira seu caráter de espontaneidade. Retira a vivência do fluxo espontâneo da consciência. Por meio da consciência reflexiva, as vivências passadas são tornadas significativas e relacionadas a um estoque de conhecimento e a uma província de significado específicos. O contexto de significado permite a interpretação do significado da vivência: “cada interpretação consciente é um ato de reconhecimento, uma combinação na qual um objeto (ou um acontecimento, um ato, uma emoção) é identificado por sua colocação contra o pano de fundo de um símbolo apropriado” (GEERTZ, 2008, p. 122).

É por compor um estoque de conhecimento, estar relacionado às outras vivências e integrar um contexto de significado, que os esquemas interpretativos mobilizados pelo sujeito podem conferir à vivência um caráter discreto ou dotá-la de um sentido específico. É quando, na vivência, um ato pode ser tomado como ação, execução de um ato projetado. Para o autor, a ação carece de significado se for separada do projeto que a define (SCHUTZ, 1995).

O contexto de significado é esse “pano de fundo” em que as vivências adquirem sentido. Dessa forma, “o objeto se constitui a partir das aparências, à medida que as encontramos em nossa corrente de consciência. Tais aparências se reúnem em um contexto de significado” (SCHUTZ, 1995, p. 108). Os contextos de significados constituem esquemas de experiência que permitem aos indivíduos interpretar suas vivências. Há, perante cada vivência singular, um reconhecimento sintético de seu sentido e que lhe ordena, tanto temporal quanto intencionalmente. Os significados e sentidos conferidos às ações partem dos esquemas de experiências e constituem o que Schutz denomina de esquemas interpretativos (SCHUTZ, 1995). Utilizando uma metáfora da geografia também muito discutida na arte: a narrativa seria uma forma de paisagem. As narrativas seriam assim uma construção de paisagens que coadunam de forma articulada o espaço físico com um conjunto de emoções, percepções e significados daquele momento específico, devidamente refletido *a posteriori*, o que cria interpretações que reconstróem a sua narrativa, dando-lhe cores novas (MADERUELO, 2006).

Assim, o sujeito vai interpretando os eventos e produzindo significados a partir das experiências que possui sobre uma determinada vivência. Esses significados são ao longo da vida produzidos em um mundo vivido coletivamente com um caráter prático.

Cada sujeito deve ser compreendido em sua história de vida, ou seja, em sua situação no mundo, no contexto de significados com o qual se identifica e compartilha. A situação biográfica é definida, segundo Schutz (1979), como resultado da “sedimentação de todas as experiências anteriores desse homem, organizadas de

acordo com as posses 'habituais' de seu estoque de conhecimento à mão, que como tais são posses unicamente dele, dadas a ele e a ele somente" (p. 73).

Dessa maneira, podemos compreender que:

Nesta articulação biográfica singular, constitui-se, portanto, para cada indivíduo, um esquema de relevância e de tipicidade, como parte constituinte de seu estoque de conhecimento, isto é, um guia seletivo na interpretação de si mesmo e do mundo. Ao observarmos determinados eventos, fatos ou ações de outros indivíduos, nós sempre teremos determinados elementos que nos serão mais familiares. Devido a isto, a nossa interpretação da realidade é sempre parcial, pois ela é realizada a partir de nossa história biográfica e nossa situação atual (SCHÜTZ apud FANTON, 2011, p. 538).

É, pois, a partir de uma situação biográfica determinada, que os conceitos trazidos por Schütz podem ser tomados como fundamento para a análise da narrativa biográfica como um dispositivo metodológico relevante para o campo da pesquisa em psicologia.

4 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A partir do detalhamento conceitual descrito acima, será apresentada a entrevista narrativa biográfica como recurso metodológico para aplicação da fenomenologia ao campo de pesquisa em Psicologia.

A entrevista narrativa tornou-se, nas últimas quatro décadas, uma das metodologias mais utilizadas nas ciências sociais, tendo sido ao longo desse tempo exaustivamente discutidos e aperfeiçoados os procedimentos de coleta e análise de dados, bem como seus fundamentos teóricos, principalmente no contexto da pesquisa biográfica (FLICK, 2004; JOVCHELOVITCH & BAUER, 2002). Na entrevista narrativa, busca-se um relato sobre um conjunto de experiências de um ou mais sujeitos: "Na narrativa retrospectiva de experiências, são relatados, por princípio, eventos da história de vida (sejam estas ações ou fenômenos naturais), na forma como foram vivenciados pelo narrador enquanto ator" (FLICK, 2004, p. 112).

No início de seu desenvolvimento como metodologia, a pesquisa narrativa tinha como referência a narrativa oral, entendida como um discurso sequencial de eventos passados. Nas últimas décadas, além do relato das experiências pessoais, uma diversidade maior de fontes de informação, como cartas, memórias escritas, testemunhos historiográficos, narrativas coletivas, entre outras, passaram a subsidiar uma perspectiva mais abrangente sobre as narrativas (CHASE, 2017). Desse modo, a entrevista narrativa é tomada como uma forma de acesso a narrativas específicas, a ser combinada com outros procedimentos de pesquisa e coleta de dados, através

dos quais experiências biográficas podem ser compreendidas na sua relação com as dimensões cultural e institucional da vida social.

Constitui um desafio para a entrevista narrativa superar concepções nas quais o entrevistado é visto como uma fonte de informações preexistentes. Durante muito tempo, as metodologias de entrevista viam o entrevistado como passivo no processo de produção do conhecimento, direcionado pelo entrevistador para a produção de um conhecimento sobre si mesmo. Nessa perspectiva, a questão era identificar as metodologias e técnicas mais confiáveis para extrair informações que a princípio já estariam ali presentes. Recentemente, as pesquisas que fazem uso da entrevista narrativa têm evidenciado o caráter ativo do entrevistado, visto então como um sujeito colaborador, como um participante envolvido em construir, discernir e designar fatos e situações, ou seja, construir as narrativas a partir da interação com o entrevistador. Como apontam Gubrium e Holstein (2012), “o sujeito por trás do entrevistado não apenas retém os detalhes de sua vida interior e mundo social, mas, no próprio processo de oferecê-los ao entrevistador, narra as informações, reunindo-as em uma conta coerente” (p. 33).⁶

O entrevistador participa ativamente na entrevista como um parceiro envolvido na coprodução da narrativa, “desde o momento em que se identifica um tópico de pesquisa, a seleção dos entrevistados, o questionamento e a resposta e, finalmente, a interpretação das respostas, a empresa entrevistadora é um projeto narrativo” (GUBRIUM & HOLSTEIN, 2012, p. 33).⁷

Em uma perspectiva fenomenológica para a análise da entrevista narrativa, toma-se como referência a distinção realizada por Schutz (1995) entre unidade de significado e configuração de significado. As unidades de significado remetem ao sentido atribuído a uma vivência tornada significativa pelo sujeito. A reflexão dá sentidos específicos à vivência dentro de um contexto de significados. Assim, as unidades que compõem os elementos de análise da narrativa biográfica são, justamente, as unidades de significados, consideradas aqui como unidades reflexivas. Cada unidade reflexiva refere-se, assim, a uma vivência particular e caracteriza fatos, lembranças, opiniões, juízos, reflexões etc., que o sujeito elabora sobre uma determinada situação biográfica e que, analiticamente, pode ser tornada singular.

A partir das unidades reflexivas, procura-se elaborar as configurações de significado (SCHUTZ, 1995). As configurações de significados são constituídas por um conjunto relativamente coerente e articulado de unidades de significados. Estas configurações funcionam como uma síntese ativa, uma totalização em curso, que tem seu fundamento nas vivências particulares, considerando o conjunto do estoque de conhecimento do sujeito.

6 *The subject behind the respondent not only retains the details of his or her inner life and social world but, in the very process of offering them up to the interviewer, stories the information, assembling it into a coherent account.*

7 *From the time one identifies a research topic, to respondent selection, questioning and answering, and, finally, to the interpretation of responses, the interviewing enterprise is a narrative project.*

Metodologicamente, a análise das entrevistas é feita, num primeiro momento, através de uma análise longitudinal que procura evidenciar as diversas configurações de significados e, nestas, as unidades de significado. Busca-se, nesse momento, uma compreensão sobre a narrativa considerando o seu desenvolvimento diacrônico e o encadeamento ao longo do tempo das inúmeras unidades de significados. Nesta análise, procura-se destacar o estoque de conhecimento mobilizado pelo narrador e as situações que operam como acento de realidade. Aqui, o acento de realidade diz respeito às referências feitas pelo entrevistado a momentos cruciais de reinterpretação e de reprojeção dos significados que atribui à sua ação, considerando os contextos de significados específicos. Na narrativa, os acentos de realidade permitem evidenciar momentos de ruptura e reconstrução a partir de um novo universo simbólico a ser vivenciado.

Após a compreensão da trajetória vivida, busca-se, em um segundo momento, elaborar uma síntese compreensiva que evidencie as configurações de significado características e os seus esquemas interpretativos. Ou seja, realiza-se uma recomposição da trajetória vivida: um ordenamento da narrativa, no qual experiências e eventos passados são organizados tendo como referência última o relato apresentado. Essa recomposição abrange interpretações pessoais do entrevistado, avaliações e julgamentos morais, valores, expectativas futuras, projetos pessoais. Inclui, também, lacunas, possíveis incongruências e incoerências, percebidas ou não pelo próprio narrador (CHASE, 2017).

Assim, ao recompor as trajetórias vividas, a análise da entrevista apresenta, baseando-se no relato feito pelo entrevistado, aspectos específicos da vida do sujeito, sua formação, inserção e atuação no campo social, bem como o compartilhamento de determinados contextos de significados. Aqui, procura-se pôr em destaque as congruências entre aspectos biográficos singulares e suas idiosincrasias com a temática central em investigação. As entrevistas devem evidenciar as vivências significativas (SCHUTZ, 1995) apresentadas a partir da trajetória de vida e que estão de alguma forma relacionadas com estoques específicos de conhecimento.

Procura-se, nessa recomposição da entrevista, manter a trajetória vivida o mais próximo possível do apresentado pelo narrador, ou seja, preservar a ordem apresentada no relato, mesmo que isso acarrete em determinados momentos a repetição de temas. A reconstrução da narrativa apresentada pelo sujeito visa, portanto, apresentar os dados biográficos do entrevistado, relacionando-os com a temática em análise, e colocar em evidência o desenvolvimento de uma trajetória pessoal. Busca-se dar certa sistematicidade a essa trajetória a partir das diversas configurações de significados, destacando seus contextos e esquemas interpretativos relevantes, os estoques de conhecimentos mobilizados, os mediadores (encantadores) e acentos de realidade presentes.

Além disso, o exame da narrativa biográfica provê um material que deve ser enriquecido, complementado ou contraposto, com uma análise anterior ou concomitante, sobre as narrativas culturais ou institucionais que configuram o contexto de significado compartilhado pelo entrevistador. Isso envolve uma compreensão das

características culturais do fenômeno estudado, dos discursos ou narrativas culturais específicas presentes, da forma como os múltiplos referentes que compõem essa narrativa estão articulados e proporcionam ao sujeito uma província de significados a ser vivenciada.

A análise da entrevista narrativa biográfica aqui apresentada busca evidenciar, a partir da narrativa do sujeito, qual o sentido que ele dá para suas ações, considerando que este é construído por um esquema de referência que se assenta em um contexto de significado próprio. Compreender a narrativa é, então, compreender o esquema de referência utilizado (reflexividade) e o contexto no qual ele é produzido.

O tratamento dos dados no processo de sistematização deve ter duas preocupações. Primeiramente, a construção de um conhecimento comum no próprio processo da entrevista que permita uma apropriação pelo entrevistado da narrativa que se está produzindo. Em segundo lugar, os elementos relativos à singularidade devem ser compreendidos conforme os esquemas interpretativos relacionados às províncias de significados específicos. Assim, a singularidade é compreendida a partir das continuidades, descontinuidades, rupturas, lacunas e inovações frente a uma dada província de significados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da grande relevância da fenomenologia para a Psicologia, o pensamento de Alfred Schutz ainda é pouco conhecido. O propósito deste texto foi apresentar o pensamento do autor, explorando suas possibilidades para a compreensão das narrativas biográficas. Estas têm se mostrado um recurso metodológico potente para a utilização no campo das ciências humanas e sociais, pois permitem uma abordagem complexa, abrangente e não linear da subjetividade e das relações sociais.

Gubrium e Holstein (2012) utilizam como metáfora para a entrevista narrativa biográfica a produção de uma música de jazz, com seus temas e improvisações como marcas comuns à prática narrativa. As narrativas são construídas na interação, as histórias que vivemos refratam um mundo de preocupações concorrentes, elas não reproduzem de maneira uniforme um apanhado prévio de assuntos. É num ambiente narrativo, na interação entre sujeitos com diferentes estoques de conhecimento, partindo de diferentes províncias de significados, que a possibilidade de cada um falar de sua vida acontece

Desse modo, na compreensão fenomenológica da narrativa biográfica, o que se procura é “borrar” as fronteiras entre essas províncias de significados, torná-las permeáveis ao olhar do outro (entrevistador), de tal maneira que o contexto de significado possa ser compartilhado. Isso permite ao pesquisador compreender os esquemas interpretativos utilizados pelo sujeito, a forma como este se constitui e também como compõe uma província de significados a partir da qual ele próprio dá sentido para suas ações.

Buscou-se, também, evidenciar as transições entre os acentos de realidade. Neste sentido, merece especial atenção o modo como o pesquisador pode compreender os elementos que reconfiguram mudanças subjetivas para sujeitos, que os fazem ter percepções diferentes das que tinham anteriormente, ou seja, como acontece a transição entre uma posição e outra do narrador frente aos fenômenos que narra.

Neste texto, procuramos apresentar as ferramentas analíticas disponibilizadas pela fenomenologia de Alfred Schutz para a compreensão da narrativa biográfica, tomando como dispositivo a entrevista narrativa. Face à amplitude e complexidade do tema, algumas questões merecem atenção: As análises devem ser consideradas não somente pelo seu conteúdo e contexto, mas também pela forma como se apresentam. Caberia ainda desdobrar o caráter performático da entrevista e, inclusive, da narração. Enquanto performance, a narração escolhe conteúdos e os organiza de determinada maneira. Ou seja, a expressão do sujeito quando descreve sua narrativa também configura um conteúdo de informação importante e que merece atenção. As expressões, os silenciamentos, as emoções expressadas merecem um cuidado na compreensão de um fenômeno, porém essa problemática merece outros esforços e um novo espaço.

A narrativa biográfica compreendida a partir da fenomenologia de Schutz pode ser considerada a partir da indissociável relação entre o sujeito e os processos narrados por ele, atravessados pelas emoções que os permeiam. Recuperando a metáfora da narrativa biográfica como paisagem (MADERUELO, 2006), esta não deve ser compreendida como um espaço geográfico com linhas topográficas e vegetação, ou lagos e oceanos, com suas depressões ou montanhas, vales e acidentes geográficos, isto é, como lugar. Mas como uma construção rica em significados elaborados subjetivamente através da cultura, que confere ao lugar um elevado sentido para o sujeito, muito maior do que as nuances geográficas. A narrativa biográfica é como a paisagem. Não é um agrupamento linear de fatos acumulados ou um somatório de eventos históricos que ocorrem na vida de uma pessoa. A narrativa se torna um emaranhado de construções simbólicas, muito específicas, que vão colorindo, adornando, traçando essas nuances tão singulares e constituidoras fundamentais da vida de cada pessoa, construindo projetos de vida, completamente integrada com o universo do qual faz parte. Com vivências específicas e genéricas, ao mesmo tempo, indissociáveis. A fenomenologia de Schutz se faz assim ferramenta importante para a compreensão da vida cotidiana. Como em uma aventura quixotesca, cada sujeito depende de suas narrativas para dar sentido a seus projetos de vida pelos quais irá viver e lutar.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARBER, M. D. *The Participant Citizen. A biography of Alfred Schutz*. Albany

(N.Y.): State University of New York Press, 2004.

BARKER, C. *The Sage Dictionary of Cultural Studies*. Thousands Oaks, CA: Sage, 2004.

BRUNER, J. *Actos de Significado*. Lisboa: Edições 70, 2008.

CERVANTES, M. *Dom Quixote de La Mancha*. Tradução de Ernani Ssó. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2012.

CHASE, S. E. Narrative Inquiry: Toward Theoretical and Methodological Maturity. In: DENZIN, N. K.; YVONNA, L. S. S. (Orgs.). *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. 5. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, p. 946-970, 2017.

FANTON, M. Sujeito, sociedade e linguagem: Uma reflexão sobre as bases teóricas da pesquisa com narrativas biográficas. *Civitas*, v. 11, nº 3, p. 529-543, 2011. DOI: 10.15448/1984-7289.2011.3.10064.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. A. Narrative Practice and the Transformation of Interview Subjectivity. In: GUBRIUM, J. F., et al. (Orgs.). *The SAGE handbook of interview research: the complexity of the craft*. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, p. 27-42, 2012.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M., M.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Um manual prático. Tradução Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, p. 90-113, 2002.

LÓPEZ SÁENZ, M. C. Los mundos diversos: Alfred Schutz lee “El Quijote”, *Phainomenon*. v. 10, p. 63-97, 2005.

MADERUELO, J. *El paisaje: génesis de un concepto*. Madrid: Abada Editores, 2006.

MCADAMS, D. P.; JOSSELYN, R.; LIEBLICH, A. *Identity and story: creating self in narrative*. Washington: American Psychological Association, 2006.

MORAM, D.; COHEN, J. *The Husserl dictionary*. New York: Continuum International Publishing Group. 2012.

SCHUTZ, A. *El Problema de la Realidad Social*. 2.ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1995.

_____. Don Quijote y el problema de la realidad. *Dianóia*. v. 1, nº 1, p. 312-330, 1955. DOI: <https://doi.org/10.22201/iifs.18704913e.1955.1.1438>.

_____. Bases da fenomenologia. In: WAGNER, H.. (Org.). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 53-71, 1979.

_____. Sobre múltiplas realidades. Tradução Mauro Guilherme Pinheiro Koury. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 18, nº 52, p. 13-47, 2019. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/rbse/SchutzArt_RBSEv18n52abril2019.pdf. Acesso em: dia mês ano.

SCHUTZ, A.; LUCKMANN, T. *Structures of the Life-World*. Heinemann: London, 1974.

_____. *Fenomenología del Mundo Social*. Introducción a la sociología comprensiva. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1972.

WALSH, G. Introdução. In: SCHUTZ, A. *Fenomenología del Mundo Social*. Introducción a la sociología comprensiva. Buenos Aires: Editorial Paidós, p. 11-25, 1972.

ALFRED SCHUTZ'S PHENOMENOLOGY AS A BASIS FOR THE ANALYSIS OF THE BIOGRAPHICAL INTERVIEW

ABSTRACT

This essay presents the phenomenology of Alfred Schutz as a relevant theoretical foundation for studies on biographical narrative in research in psychology. Despite its little appropriation for this science, its theoretical set has great recognition in the field of social sciences. Alfred Schutz develops a theory of the social world and the processes of construction of meanings that allows an understanding of the meaning of the social world and the construction of identity. The biographical narratives refer to the reports that the subjects elaborate about their life or specific biographical situations. Narrative theories argue that such accounts form the basis on which identities are constructed. In this essay, Alfred Schutz's theory is thus presented: the concepts of the world of life, inter-subjectivity and configuration of meanings, accent of reality, articulating them with a methodological perspective of analysis of the biographical interview. It is argued that the concepts developed by Alfred Schutz are a relevant foundation for research in psychology in the field of narratives.

KEYWORDS: Phenomenology; Biographical Interview; Identity.

LA FENOMENOLOGÍA DE ALFRED SCHUTZ COMO BASE PARA EL ANÁLISIS DE LA ENTREVISTA BIOGRÁFICA

RESUMEN

Este ensayo presenta la fenomenología de Alfred Schutz como una base teórica relevante para estudios sobre narrativa biográfica en concreto para el análisis de la entrevista biográfica. A pesar de su poca apropiación por la psicología, su conjunto teórico tiene un gran reconocimiento en el campo de las ciencias sociales. Alfred Schutz desarrolla una teoría del mundo social y los procesos de construcción de significados que permite comprender el significado del mundo social y la construcción de la identidad. Las narraciones biográficas se refieren a los informes que los sujetos elaboran sobre su vida o situaciones biográficas específicas. Las teorías narrativas argumentan que las narraciones forman la base sobre la cual se construyen las identidades. En este ensayo, se presenta la teoría de Alfred Schutz: los conceptos del mundo de la vida, la intersubjetividad y la configuración de significados, el acento de la realidad, articulando los con una perspectiva metodológica de análisis de la entrevista biográfica. Se argumenta que los conceptos desarrollados por Alfred Schutz son una base relevante para la investigación en psicología en el campo de las narrativas.

PALABRAS CLAVE: Fenomenología; Entrevista Biográfica; Identidad.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A APURAÇÃO DOS INQUÉRITOS CRIMINAIS DE PARLAMENTARES E MEMBROS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL NO BRASIL (2004 – 2015)

Francisco José dos Santos Rente Neto¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivos analisar o desempenho institucional do Supremo Tribunal Federal e o desempenho dos seus Ministros na apuração dos inquéritos criminais instaurados no período de 2004 - 2015 contra políticos com mandato federal, tanto do poder executivo (Presidentes e Ministros de Estado), quanto do poder legislativo (Deputados Federais e Senadores), os quais foram apreciados em regime de Prerrogativa de Função. O problema examinado está em saber, de um lado, se o número de inquéritos abertos é concluído e dentro do prazo; e, de outro lado, se há imparcialidade ou se a posição de políticos e partidos aliados do presidente que indicou o devido Ministro ao cargo é um elemento de interferência nas decisões dos inquéritos criminais por parte deste, ponderando se os Ministros indicados pelos respectivos presidentes da república tendem a concluir a investigação de forma mais favorável aos seus aliados quando comparados aos demais atores.

PALAVRAS-CHAVE: STF. Inquéritos Criminais. Políticos Federais. Prerrogativa de função.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivos: 1) analisar o desempenho do Supremo Tribunal Federal (STF), na apuração das denúncias sobre supostos crimes cometidos por políticos federais com mandato, tanto do poder legislativo, quanto do executivo federais, observando o desempenho da suprema corte brasileira na apuração dos inquéritos, buscando avaliar se o desempenho institucional dessa corte, nessa competência, favorece a impunidade do sistema político brasileiro, na medida em que

¹ Bacharel em Ciências Sociais e História e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisador do Grupo de Pesquisa vinculado à UFPA e ao CNPq *Instituições Políticas: Processo Legislativo e Controle*. E-mail: renteneto@gmail.com.

pode haver uma morosidade, quando um baixo número de inquéritos é concluído no tempo previsto ou levado à prescrição; e 2) o desempenho dos Ministros do STF, mensurando a real imparcialidade desses atores na apreciação dessas peças investigativas, ponderando se há uma tendência de os Ministros favorecerem, em decisões, os políticos próximos aos presidentes que os indicaram ao cargo.

Tendo em vista a definição de crime no Código Penal Brasileiro (CP, 1940), bem como o exposto no Código de Processo Penal brasileiro (CPP, 1941), o Supremo Tribunal Federal (STF) é um dos principais órgãos responsáveis pela investigação dos supostos delitos praticados por esses atores, em razão da prerrogativa de foro (foro privilegiado) gozada pelos parlamentares e alguns membros do poder Executivo federal, quando da denúncia de crimes de reponsabilidade e comuns.² Diante dessa competência, espera-se da Suprema Corte brasileira a eficácia na apuração dessas peças investigativas em tempo previsto, além de um papel imparcial da parte dos seus Ministros na garantia da aplicação da justiça, independente do político investigado.

A metodologia utilizada no estudo foi a quantitativa, por meio da estatística, tanto descritiva, quanto inferencial. De um lado, a análise de desempenho institucional do STF foi feita em duas etapas: 1) na análise descritiva da relação proporcional entre o número de inquéritos abertos e o número de inquéritos concluídos; e 2) na análise do tempo de tramitação dos inquéritos. De outro lado, foi analisada, inferencialmente, a relação entre as decisões finais dadas pelos relatores e o grau de aproximação com os partidos e os políticos investigados, mensurando, através do teste do Qui-quadrado de *Pearson*, a independência entre as variáveis. Trata-se de uma metodologia que tem como objetivo verificar se há relação de dependência significativa entre as variáveis, ou presença de frequência/ocorrência de determinados fatos, mensurados de forma nominal (AYRES, 2007), adotando-se um nível de significância de $p\text{-valor} < 0.05$. Essa análise foi feita em três etapas: 2.1) tipo de decisão; 2.2) tempo de tramitação para os inquéritos concluídos; e 2.3) inquéritos que permanecem em andamento.

Os resultados contribuem para a discussão sobre a relevância do STF na democracia brasileira, enquanto órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, o qual tem como dever a garantia eficaz e imparcial da aplicação das leis penais brasileiras, quando estudado no controle dos atos ilícitos de parlamentares e membros do poder executivo federal, na medida em que conseguiria dar respostas eficientes, no tempo hábil, e eficazes, na aplicação da justiça imparcial, ou se há uma morosidade e a presença de práticas fisiologistas e clientelistas na relação entre os poderes Judiciário e Executivo federais, quanto aos partidos e aliados do presidente que indicou os devidos Ministros ao cargo no STF.

2 Redação alterada no CPP, em dezembro de 2018, após o termino da pesquisa, prevendo que o foro passaria a ser aplicado somente nos crimes cometidos durante o mandato e relacionado às funções desempenhadas, sendo mudado o juízo quando este ator tivesse perdido ou terminado o seu mandato.

2 O INQUÉRITO COMO FONTE DE ANÁLISE: NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

De acordo com o Código de Processo Penal brasileiro (1941, Art. 4º), o inquérito policial é um instrumento de natureza investigativa nacional, o qual deverá ser administrado pela polícia judiciária e exercido pelas autoridades policiais dentro das suas respectivas circunscrições, tendo por fim apurar infrações penais dentro do campo civil bem como de sua própria autoria (CPP, Art. 4º). Greco Filho (2012) analisa que a atividade que envolve o inquérito é de caráter administrativo, na medida em que é instaurado por um órgão de Estado, que são as polícias judiciárias, e onde não se aplica os princípios da atividade jurisdicional, como o contraditório, as nulidades e a publicidade, além de que podem se desenvolver no sigilo se necessário à investigação. Entretanto, conforme descreve Avena (2014), o inquérito não é imprescindível ao ajuizamento da Ação Penal e seu conteúdo pode ser meramente informativo, quando o Ministério Público Federal (MPF) já dispor de elementos necessários ao oferecimento da denúncia ou queixa-crime, a partir de onde pode o mesmo poder ser dispensado. Greco Filho (2012) também argumenta que, sendo uma peça preparatória, de natureza inquisitiva, sua finalidade está relacionada à investigação de um possível fato criminoso e sua autoria, mas não é exatamente uma condição para a Ação Penal, podendo ser substituído enquanto peça de informação por outras fontes, desde que suficientes para sustentar uma acusação, de onde decorre a natureza não obrigatória do inquérito.

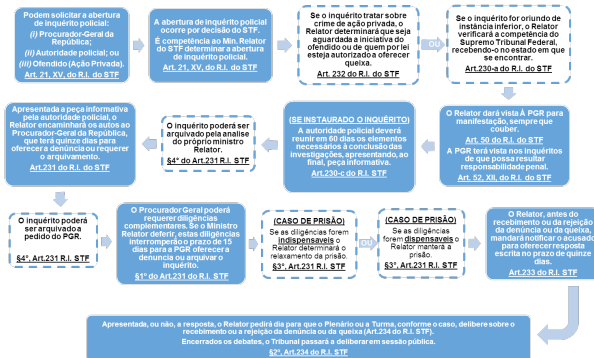
O inquérito é, então, um instrumento que apura possíveis crimes e é uma fase investigativa inicial e anterior à Ação Penal propriamente dita, sendo responsável por iniciar diligências a procura de provas e indícios de crimes que possam indicar a existência de infrações que ocasionarão a postulação da Ação Penal. É responsável por providenciar a atividade dos peritos criminais no local em que foi cometido o suposto delito, garantindo que não se alterem o estado das coisas e objetos do local, procedendo a identificação de pessoas e as acareações, garanta a apreensão dos objetos ligados ao fato, colher provas, ouvir o ofendido e o indiciado, dentre outras ações que estejam ligadas a apuração do ocorrido. (CPP, 1941, Art. 6º, I a X). Sendo assim, é possível perceber que se trata de um conjunto, às vezes bastante complexo, de diligências e exercido por agentes das forças policiais para apurar o fato criminoso e as possíveis pessoas envolvidas, cujas perícias garantirão mediante os elementos investigatórios levantados, fornecer ao órgão responsável os elementos necessários para formar a acusação do crime. O CPP dispõe do seu capítulo 4º ao 23º os procedimentos de atuação do inquérito enquanto instrumento investigativo.

De acordo com Avena (2014), a Constituição Federal dispõe sobre as Polícias Judiciárias enquanto órgãos responsáveis pela segurança pública a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. A partir do disposto Constitucional, o autor dá ênfase a Polícia Federal e sua função de Polícia Judiciária da União, a qual ficaria responsável por realizar as diligências necessárias no caso de inquéritos baseados

em supostos delitos em que haja envolvimento de políticos com mandato a nível federal. No caso da instauração de inquéritos policiais no STF, o inquérito inicia com a solicitação de um civil particular (ofendido), do Procurador-Geral da República ou da Polícia Federal ao STF, o qual determina a abertura da peça investigatória. O Ministro Relator é sorteado para o caso e dará vista à Procuradoria Geral da República (PGR), que atuará junto com o STF como permanente jurado no processo. Se o inquérito for instaurado, a PF terá 30 dias, se o investigado estiver solto, e 10 dias, se o investigado estiver preso para reunir os elementos necessários à conclusão das investigações, podendo o prazo ser prorrogado pelo dobro do tempo inicial, por intermédio da análise dos fatos e de diligências, apresentando no final o relatório conclusivo das investigações. (CPP, 1941, Art. 10º).

No caso do STF, a condução da investigação segue rito próprio, conforme Regimento Interno (RISTF, 2020). O Ministro Relator encaminhará os autos à PGR que se manifestará pelo recebimento da denúncia ou arquivamento em até 15 dias, considerando a ampliação desse prazo se o mesmo requerer diligências complementares e elas forem deferidas pelo Ministro Relator. O Ministro Relator, antes do recebimento ou não da denúncia, mandará notificar o acusado para que apresente defesa em até 15 dias. Se o Relator aceita a defesa, o inquérito é arquivado; se o mesmo recusa a defesa apresentada, o inquérito segue em apreciação na Corte, cuja decisão pode ser de forma monocrática ou levada a plenário. Nesse último caso, o inquérito pode ser arquivado ou levado adiante, desde que haja maioria simples na decisão, ou seja, 6 dos 11 votos dos Juizes. Caso seja condenado, abre-se a Ação Penal e o indivíduo acusado aguardará a decisão. O tramite do processo segue o Diagrama 1.

Diagrama 1 - Ordem de procedimentos judiciais para a instauração de inquérito policial no Supremo Tribunal Federal



Fonte: Elaboração do autor, com base no Código de Processo Penal e no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF)

As disposições sobre esse instrumento administrativo permitem avaliá-lo como uma importante fonte documental para analisar as características gerais e específicas dos delitos e dos atores políticos que estão sendo investigados, na medida em que permitem a consulta pública de seus aspectos. Nesse sentido, constitui-se numa importante base documental, que permite as análises elencadas no presente estudo. De 2004 a 2015, foram observados 260 inquéritos instaurados na suprema corte, cujas características permitiram a identificação de inúmeros deputados, senadores e Ministros de estado, envolvidos em supostos esquemas de corrupção que envolvem empresas privadas prestadoras de serviço de amigos ou parentes, ou ainda a prática de usurpação direta dos recursos públicos em razão do cargo.

Na Ciência Política brasileira, muitos estudos vêm buscando analisar, desde o início do século XX, a relação entre os atores, as instituições e o uso arbitrário do poder político e eleitoral, bem como uma espécie de cultura política brasileira propensa aos desvios de recursos públicos, ou, conforme analisa Filgueiras (2008), um costume de sempre misturar o público e o privado, no sentido de usar as instituições públicas e os recursos financeiros destinados a sanar as demandas sociais para compor o seu patrimônio privado, de forma ilícita. Tais estudos enfocam práticas comuns à vida do representante político brasileiro, dentre as quais, destacam-se o patrimonialismo, o personalismo, o clientelismo e o fisiologismo, buscando entender as causas que conformaram esse costume político, ou, parafraseando Roberto Da Matta (1980) esse “jeitinho brasileiro” de usar os sentimentos e a personalidade acima da impessoalidade, das leis e das instituições e suas regras. (HOLANDA 1936; FREYRE, 1933; OLIVEIRA VIANNA, 1949; NUNES LEAL, 1948; FRANCO, 1969; FAORO, 1958; PRADO JR, 1961; JOSÉ MURILO DE CARVALHO, 1987, 1999, 2012).

Em trabalho anterior (RENTE NETO, 2021), foi possível classificar a presente base de dados com as características supracitadas, as quais apontam exatamente essas relações, uma vez que, dentre os supostos delitos praticados, aparecem crimes como lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, que apuram desvios de recursos dos cofres públicos, onde estão inseridos, por exemplo, os inquéritos da Operação Lava-jato, operação que resultou na descoberta de um amplo esquema de corrupção envolvendo vários partidos, vários representantes eleitos, vários estados e vários serviços e empresas, na lavagem de dinheiro da Petrobras e outras empresas privadas, o que resultou na prisão de muitos denunciados, como o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, Eduardo Musa, ex-gerente da PETROBRAS, José Alde- mário Pinheiro Filho (Léo Pinheiro), presidente da construtora OAS, Marcelo Odebrecht, presidente da construtora Odebrecht, Pedro Correa, ex-deputado do PP-PE, dentre vários outros que hoje também se encontram presos ou soltos. Além desses, identificam-se denúncias de licitação irregular, ligados à contratação ou dispensa de serviços administrativos, pertinentes a obras, publicidade, compras, alienações e locações, no âmbito dos Poderes públicos (União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), conforme legislação específica. É o caso concessões de isenções,

dispensas de licitações irregulares, obras contratadas com valores superiores aos legais, com contratados firmados entre atores e empresas próximas ao contratante, isto é, cujo favorecimento envolve uma relação próxima de amizade ou a dívida por favores prestados.

Existem também denúncias sobre sonegação fiscal, as quais revelam a apropriação indébita de recursos previdenciários que não foram destinados aos funcionários e/ou à previdência social, renda declarada com informações falsas, repasse de documentos e relatórios com informações falsas a credores, omissão na prestação de contas etc. Há denúncias de crimes de captação ou uso ilícito de recursos eleitorais, recebimento de valores ilegais ou não declarados de campanha, compra de votos, contratação de serviços ilegais ou irregulares para campanha, contratação ilegal ou irregular de funcionários para campanha, etc.; crimes de injúria, onde foram encontrados crimes contra a honra, como calúnia e difamação usando mídia digital ou impressa e apologia ao crime. Dentre os crimes de irregularidade administrativa, estão venda de sentenças de magistrados estaduais e uso de materiais ou serviços públicos de forma irregular. Nos casos de crimes de falsidade ideológica, estão ocultação de acúmulo de cargo e remuneração e liberação de documentos para auferir benefício pessoal em processo de regularização de imóvel. Na seara dos crimes ambientais, estão o impedimento regeneração natural floresta e invasão de propriedade de preservação. Por fim, dentre os de má conduta pessoal, estão os crimes de dirigir embriagado e desacato a autoridade pública.

Esses aspectos gerais demonstram como as instituições e as relações interpessoais são práticas costumeiras da política brasileira, onde os indivíduos usam as instituições e as relações de parentesco ou amizade como elementos do seu cálculo estratégico para maximizar as possibilidades de ganho pessoal. A análise da base de dados permitiu, portanto, identificar tais autores e as particularidades da apuração, os quais evidenciaram o uso das instituições públicas federais ou a nível subnacional para a prática de atos ilícitos.

3 O REGIME DE PRERROGATIVA DE FUNÇÃO (FORO PRIVILEGIADO)

A competência penal do STF enquanto jurado nos crimes cometidos por representantes políticos eleitos para cargos ou funções públicas é uma garantia outorgada pela Constituição Federal de 1988 e prevista no Código de Processo Penal brasileiro de 1941, os quais predizem essa função para esse tribunal no cometimento de delitos comuns do Presidente, do Vice-Presidente, dos Membros do Congresso Nacional, dos seus próprios Ministros, dos Ministros de Estado e dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica (CFRB, Art. 102, I, a e b). No caso de crimes de responsabilidade, compete ao STF a apuração de crimes praticados por Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros

dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente (CFRB, Art. 102, I, b), conforme disposto no quadro 1.

Quadro 1 – Hipóteses de foro por prerrogativa de função de competência originária do Supremo Tribunal Federal

NORMA CONSTITUCIONAL	AUTORIDADES COM FORO ESPECIAL	NATUREZA DOS DELITOS
Art. 102, I, a e b	Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, o Procurador-Geral da República, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.	Crimes comuns v.g., corrupção, prevaricação, crimes ambientais, crimes contra a honra, crimes eleitorais etc.
Art. 102, I, b	Os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.	Crimes de responsabilidade (Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950).

Fonte: Adaptado de Carvalho et al., 2017

Um estudo feito por Tavares Filho (2016) demonstra, no Direito comparado, como o foro por prerrogativa de função está presente nas realidades jurídicas de vários países, muito embora reconheça a prodigalidade da Constituição brasileira de 1988, no que tange o número elevado de atores que passaram a ser revestidos por esse foro especial. Nas análises do autor, é possível observar que outras Cortes Supremas possuem essa competência para além da condição de guardião da Constitucionalidade, como, por exemplo, na Europa, as Supremas Cortes da Espanha França, Itália, Portugal, Áustria, Alemanha, Dinamarca, Suécia e Noruega; e, no continente americano, as Supremas Cortes dos Estados Unidos, Argentina, Venezuela e Colômbia, todas com previsão de foro, com semelhanças e diferenças entre si em relação aos atores que são revestidos por essa excepcionalidade, diante do cargo público que ocupam.

Um exame da literatura brasileira sobre a Prerrogativa de Função ou Foro Especial, mais conhecido popularmente como “Foro Privilegiado”, conferido a atores políticos com cargo com mandato a nível federal, permite avaliar que não existe consenso na avaliação sobre se essa competência constitucional, outorgada pela Constituição Federal de 88 ao STF, seria negativa ou positiva para a atuação de uma Suprema Corte considerada, originalmente, como guardiã da Constitucionalidade do país. Segundo

Carvalho et al. (2017), o foro por prerrogativa de função é uma situação especial para a Suprema Corte brasileira, pois se trata de um dispositivo Constitucional que desloca para essa instituição um papel particular de julgamento de processos instaurados contra indivíduos que ocupam cargo eletivo ou função pública nas mais altas esferas de decisão do país, por supostos crimes comuns ou de responsabilidade durante o período que ocupa o cargo. Autores como Viecili (2002) destacam que os princípios que norteiam essa competência penal outorgada pela Constituição de 1988 ao STF e prescrita no Código Penal brasileiro de 1946 destacam se tratar de uma prerrogativa que visa à proteção do cargo revestido pelo investigado, sendo, portanto, de competência de juízo enquanto *Ratione Personae*, concernente à condição funcional e do cargo que ocupa o investigado, em detrimento do sujeito, isto é, competência orientada para o livre exercício de um cargo ocupado por um agente público, cuja proposta é garantir a este mais segurança nos julgamentos dos processos em que é julgado sem que isso se choque com o princípio da igualdade.

Os autores (BIZON, 2011; TAVARES FILHO, 2006; VIECILI, 2002; MOREIRA, 2003; ARANTES, 2007) que analisam a prerrogativa destacam alguns pontos positivos e outros negativos, no que diz respeito aos seus objetivos, pensando nos atores que merecem esse foro e no desempenho do próprio STF nessa competência, diante da instabilidade jurídica e institucional. Como pontos positivos, estariam: 1) a propensão de garantir a neutralidade de julgamento preservando não só ao acusado, como também a própria justiça, visto que inviabilizaria a existência de julgamentos “vingativos e parciais” por parte do Magistrado de primeira instância, o que estaria ligado às pressões sociais e políticas existentes nas arenas a nível subnacional, ou seja, motivadas por paixões políticas ou partidárias de facções rivais, onde o seu julgamento se tornaria mais propenso a investidas de parcialidade. Ao contrário, seria julgado por profissionais que não vivem no contexto político imediato e, portanto, menos propensos a sofrer pressões externas na sua condição de jurado, além de que estes estariam revestidos da mais alargada experiência e competência no exercício da carreira; e 2) evitar que o investigado tenha o recurso da apelação às instâncias superiores, o que demandaria muito tempo, garantindo a celeridade no julgamento e a certeza da punibilidade, caso o investigado fosse condenado, permitindo ainda abranger outras pessoas investigadas que não gozam desse foro sempre que houver a participação dessas pessoas nos supostos crimes junto aos agentes possuidores da prerrogativa de função sob investigação.

Como pontos negativos da competência, os autores em destaque argumentam em conformidade: 1) a constituição de 88, pretendendo fortalecer os aspectos republicanos da sociedade, acabou se tornando “estranhamente aristocrática”, destacando que, além de ampliar as hipóteses de competência penal originária, acabou se tornando pouco eficiente em termos de punibilidade, porque passou a ter de suportar um número excessivo de processos em matéria penal; 2) o acúmulo de competências com as quais devem lidar apenas 11 Juízes em competências cíveis e penais originárias, além de recursais ordinárias e extraordinárias. Filho (2016, p. 22) argumenta que esse quadro de impunidade se torna extremamente atraente para determinados

políticos, pois aumenta o interesse em obter o foro privilegiado e acesso ao parlamento brasileiro, que se torna “abrigo avidamente procurado por cidadãos buscando escapar à ação da Justiça, para grande desprestígio das instituições representativas brasileiras”, uma vez que os seus processos originários passam da justiça comum para o STF, começando do zero e demorando anos a fio para serem julgados, estando fadado, não raro, à prescrição pela demora de julgamento, ampliando assim o seu imbricado jogo no cenário político de impunidade.

Seguindo esses argumentos, as principais críticas apontadas por esses autores fazem, então, menção à ineficácia e à incapacidade que a Prerrogativa de foro conferiu ao STF no julgamento de ações em matéria penal, garantindo, ao invés disso, a impunidade da instituição, o que está bem distante da sua proposta original. Por isso, as premissas apontadas nos debates travados pelos autores são de enorme relevância no presente estudo, ao destacar os principais pontos divergentes do debate. Como pode ser observado nos argumentos, para os defensores da competência, ela demonstraria um fortalecimento do Poder Judiciário e, conseqüentemente, da democracia brasileira, na medida em que o foro privilegiado não traz privilégios nenhum para o ator político investigado, pois o foro especial é uma garantia para o cargo ocupado pelo ator, em detrimento do ator investigado. Uma vez cessado o cargo, há o direcionamento da competência para instâncias inferiores. Além disso, os que o defendem argumentam ainda que o mesmo tem como objetivo evitar as pressões populares e as influências “externas” ou particularistas que um juiz de instância inferior poderia ter no momento de julgamento, preservando o réu dessas influências ao propor um julgamento especial feito por um juiz de instância superior que não tenderia a sofrer essas pressões e poderia desempenhar uma atuação mais provida de imparcialidade que o cargo lhe confere. De outro lado, alguns autores defendem a crítica de que a prerrogativa de função corresponde à manutenção do aspecto aristocrático do poder judiciário em relação a privilégios concedidos a algumas autoridades, tornando a Corte sobrecarregada e insuficiente tanto para essa quanto para outras funções, além do fato de que não inviabiliza que o julgamento seja rápido e eficaz.

4 O PRESIDENCIALISMO DE COALIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DA BASE ALIADA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO CONGRESSO NACIONAL

Uma revisão da literatura sobre o sistema político brasileiro chamado de “Presidencialismo de Coalizão” faz referência ao modelo político adotado com a abertura democrática de 1946 e que sofreu modificações com a Constituição de 1988, onde o governo executivo é composto por um presidente eleito, o qual governa a partir da aliança com vários partidos que se congregam num Parlamento bicameral (câmara dos deputados e senado) e nos vários Ministérios do Estado federal, para garantir a estabilidade e a governabilidade do poder executivo. A discussão sobre o funcio-

namento do sistema enfatiza o fato de que essa organização estrutural gerou uma série de contradições imanentes à sua própria estrutura, em função das dificuldades enfrentadas durante as negociações com a um amplo arranjo de partidos que formam a coalizão, o que, para os especialistas, faz aumentar as chances de conflitos e causa a inoperância do sistema exatamente pela sua própria estrutura governativa. (ABRANCHES, 1988; LIMONGI, 2006; FIGUEIREDO E LIMONGI, 1998; AMORIM NETO, 1994; FIGUEIREDO & LIMONGI, 2001). Essa relação é importante para o presente estudo porque demonstra, para as análises subsequentes, os partidos e os atores que foram selecionados enquanto aliados ou não do presidente e, consequentemente, coligados para a apuração dos inquéritos por parte dos Ministros.

Na presente pesquisa, considerar-se-ão as reflexões produzidas acima sobre o sistema chamado de presidencialismo de coalização a nível metodológico, pois conhecer as regras e a dinâmica congressual permite entender melhor quem são os atores e em que momentos poderão ser considerados enquanto aliados e não aliados nas análises subsequentes. Esse processo começa na formação na coligação eleitoral; no entanto, pela instabilidade própria de um congresso plural, implicará em negociações complexas na negociação e aprovação de políticas nos órgãos legislativos. O quadro 2 abaixo faz uma demonstração da composição partidária da coligação composta pelos presidentes eleitos na última década, considerando as coligações eleitorais do período de 2002 a 2014:

Quadro 2 - Partidos e nome da Coligação eleitoral por presidente (2002 – 2014)

PRESIDENTE	PARTIDOS COLIGADOS	NOME DA COLIGAÇÃO
LULA (2002)	PT/PL/PC do B/PMN/PCB	“Lula Presidente”
LULA (2006)	PT/PRB/PC do B	“A força do povo”
DILMA ROUSSEFF (2010)	PT/PMDB/PDT/PC do B/PSB/PR/PRB/PSC/PTC/PTN	“Para o Brasil seguir mudando”
DILMA ROUSSEFF (2014)	PT/PMDB/PSD/PP/PR/PDT/PRB/PROS/PC do B	“Com a força do povo”

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

É necessário destacar no quadro acima, contudo, que as coligações partidárias não constituem exatamente a composição definitiva de alianças congressuais e ministeriais que o Presidente formará, pois apenas formalmente se constituem em possíveis aliados definidos no processo eleitoral de escolha dos representantes federais, mas que, uma vez no parlamento e diante da dinâmica congressual, essas alianças se mostram pulverizadas diante dos rearranjos e dos novos arranjos partidários que se fazem na coalizão presidencial, isto é, na base que de fato compõe o alinhamento com a agenda política do Poder Executivo.

Após a eleição do Presidente, este terá que contar com os atores e partidos que de fato se compõem enquanto aliados durante as decisões políticas originárias no parlamento e com os quais pode contar para ter atendidas as políticas do governo executivo e do partido que ocupa a presidência, processo em que se formam novas alianças diferentes das alianças formadas inicialmente no processo eleitoral. É possível observar no quadro 3 abaixo a formação da base de coalizão partidária dos respectivos Presidentes que indicaram Juízes para o STF no período de 1989 a 2015. Esses atores serão identificados na análise comparativa proposta na presente pesquisa como “aliados” do Presidente e os que não fazem parte serão mensurados enquanto “não-aliados”, onde serão avaliadas as decisões finais dos relatores e o tempo de tramitação dos inquéritos criminais comparativamente e cujos resultados estão disponíveis no ultimo capítulo.

Quadro 3 - Base congressual da coalizão presidencial por Presidente (1989 – 2015)

PRESIDENTE E PARTIDO	PARTIDOS QUE FORMAM A BASE DA COALIZÃO NO PERÍODO DA INDICAÇÃO
JOSÉ SARNEY (PMDB)	PMDB/PFL (DEM)
FERNANDO COLLOR (PRN)	PRN/PDS(PP)/PL(PR)/PTB/PFL(DEM)/PJ(PTC)
FHC (PSDB)	PSDB/PFL(DEM)/PTB/PMDB/PDS(PP)
LULA (PT)	PT/PC do B/PV/PMDB/PDS(PP)/PCB(PPS)/PTB/PL(PR)/PSB/PDT
LULA (PT)	PT/PC do B/PV/PMDB/PDS (PP)/PCB (PPS)/PTB/PL (PR)/PSB/PDT
LULA (PT)	PT/PC do B/PV/PMDB/PDS (PP)/PCB (PPS)/PTB/PL (PR)/PSB/PDT
DILMA ROUSSEFF (PT)	PT/PMR (PRB)/PDT/PL (PR)/PMDB/PDS (PP)/PSB/PC do B/PTB/PSD/PROS
DILMA ROUSSEFF (PT)	PT/PMR (PRB)/PDT/PL (PR)/PMDB/PDS (PP)/PSB/PC do B/PTB/PSD/PROS

PRESIDENTE E PARTIDO	PARTIDOS QUE FORMAM A BASE DA COALIZÃO NO PERÍODO DA INDICAÇÃO
DILMA ROUSSEFF (PT)	PT/PMR (PRB)/PDT/PL (PR)/PMDB/PDS (PP)/PSB/PC do B/PTB/PSD/PROS
DILMA ROUSSEFF (PT)	PT/PMR (PRB)/PDT/PL (PR)/PMDB/PDS (PP)/PSB/PC do B/PTB/PSD/PROS
DILMA ROUSSEFF (PT)	PT/PMR (PRB)/PDT/PL (PR)/PMDB/PDS (PP)/PSB/PC do B/PTB/PSD/PROS

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados estatísticos do Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro de Pesquisa e Planejamento (CEBRAP)

Os dados acima foram construídos a partir da análise do Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro de Pesquisa e Planejamento (CEBRAP), o qual dispõe de dados relacionados as coalizões presidenciais a partir da análise de votações expressivas em importantes matérias, comparando os partidos que votaram com o governo e dos partidos de oposição que votaram contra o governo por mês e ano. Eles são importantes porque, por meio da dinâmica legislativa de votações nominais, é possível perceber as diferentes ocasiões e as diferentes votações expressivas no congresso que permitem analisar quais os atores e partidos formaram a coalizão presidencial em distintos momentos. Em nível metodológico, foi escolhido para a presente pesquisa considerar como aliados do presidente os partidos que votaram com os respectivos governos durante a totalidade de anos em que esteve no comando do poder executivo.

Assim sendo, por exemplo, durante o governo do presidente José Sarney (PMDB), houve votações de matérias importantes no legislativo durante os meses de janeiro, fevereiro, junho e agosto de 1989. Os partidos que votaram a favor das propostas do governo executivo foram: PMDB e PFL (DEM), conforme tabela 1; e os que votaram contra as propostas foram: PDT, PT, PTB, dentre outros partidos.

Tabela 1 - Partidos que votaram com o governo Sarney em importantes votações no legislativo por mês

ANO	MESES COM VOTAÇÕES EXPRESSIVAS	COALIZÃO (VOTAÇÕES)	PARTIDOS
1989	2	68,69	PMDB
1989	1	74,29	PMDB
1989	2	75,24	PFL>DEM
1989	6	87,29	PMDB
1989	8	89,66	PMDB
1989	1	91,06	PFL>DEM
1989	8	91,80	PFL>DEM
1989	6	96,97	PFL>DEM

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados estatísticos do Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro de Pesquisa e Planejamento (CEBRAP).

A tabela acima demonstra que nos meses que vão de 1 a 8 os partidos PMDB e PFL (DEM) votaram a favor de mais da metade das matérias propostas pelo governo Sarney, com destaque para o mês 6 na última linha da tabela, onde o PFL (DEM) votou a favor do governo em mais de 95% de matérias propostas pelo governo no legislativo. É necessário destacar, contudo, que em algumas votações no mesmo ano alguns partidos não votam com o governo e vemos mesmo alguns partidos que fizeram parte da coalizão durante todo o período de governo do respectivo presidente votarem como oposição em alguns momentos, como é o caso do governo do presidente Fernando Collor de Mello (PRN). No período desse presidente, que vai de 1990 até 1992, com o seu impedimento ao governo, é possível notar que o PTB, até 1990, votava contra o governo entre 49 e 100% das matérias e, já em 1992, votava como situação do governo na maior parte do ano na mesma porcentagem de matérias no legislativo.

Nota-se, portanto, com esses dois exemplos, que considerar os partidários aliados e de oposição aos respectivos presidentes não são variáveis de fácil controle. Sendo assim, optou-se a nível metodológico na presente pesquisa fazer um tipo específico de organização dos dados para alcançar os resultados esperados: considerar a análise dos dados do CEBRAP que mostram no período total de governo dos respectivos presidentes a totalidade de partidos que votou em algum momento com o governo entre 50 e 100% em matérias legislativas, de forma comparativa com os de oposição. Na construção dos dados, foi possível perceber que, na maioria dos casos, houve um padrão de partidos aliados que votaram a favor do

governo por todo o período de governo, considerando as reeleições, com exceção do governo Dilma Rousseff, que, no ano de 2015, passou a perder a aliança de vários partidos. Nesse caso, os inquiridos dispõem de data de abertura o início do ano, quando o PMDB ainda fazia parte da aliança, sendo considerado então como tal nas análises subsequentes.

Percebe-se também no quadro quais são os juízes que compõem a lista de aliados dos respectivos presidentes que ocuparam o cargo desde 2004. Essa é também uma construção metodológica feita a partir das hipóteses da pesquisa que prevê uma conduta dos juízes alinhada ao beneficiamento do presidente que o indicou ao cargo e os seus aliados. Essa possibilidade de aliança pode ser testada a partir das regras, que serão evidenciadas no próximo subcapítulo, as quais permitem as ponderações sobre essa relação. Conhece-las, é, portanto, fundamental para entender que essa possibilidade é real, tornando possível o teste entre as variáveis elencadas.

De acordo com as regras dispostas na Constituição Federal, a escolha do Ministro para o STF é feita pelo Presidente da República e está sujeita a uma análise feita pelo Senado Federal (CFRB, art. 101) para só então ser revestido no cargo. O processo de seleção do candidato indicado pelo Presidente da República deve passar obrigatoriamente pela análise institucional por uma segunda instância, isto é, feita pelo Senado Federal, procedimento chamado popularmente de “Sabatina”. Os indicados pelo Presidente ao cargo precisam ser avaliados mediante alguns parâmetros definidos no *Regimento Interno do Senado, Capítulo II*, que dispõe sobre a *Escolha de Autoridades* (SENADO FEDERAL, RISE, Art. 383), para o atendimento a tais pré-requisitos para a efetivação do cargo.

O processo é iniciado com a avaliação documental do candidato, a partir do envio da carta presidencial, a qual contem a justificativa e o currículo do indicado, onde devem ser apontadas “as atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos referidos períodos”; e “a relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam sua recuperação.” (SENADO FEDERAL, Regimento Interno, Art. 383, inciso I, alínea a) e termina com a aprovação ou não, de onde é finalmente empossado no cargo e, após isso, irá compor uma das duas turmas de 10 Juízes do STF, conforme o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF). De acordo com o RISTF, “Art. 2º: O Tribunal compõe-se de onze Ministros, tem sede na Capital da República e jurisdição em todo território nacional”. O RISTF, fundamentado na Constituição de 88, dispõe ainda que para ocupar o cargo o Ministro empossado deve ser brasileiro nato, ser aprovado previamente pelo Senado e ter no mínimo 35 e no máximo 65 anos de idade.

5 A BASE DE DADOS

Os inquéritos analisados na presente pesquisa estão disponíveis, em formato virtual, no *site* do STF³ e foram classificados e tabelados em trabalho anterior (RENTE NETO, 2021), para outras análises, da seguinte forma: 260 inquéritos recebidos pelo STF no período de 2004 a 2015, dentre os quais 57 estão com dados desconhecidos sobre as características e os atores, onde é possível visualizar apenas o ano de autuação (abertura) e algumas informações a mais, como o andamento das investigações, mas sem informar os detalhes do nome dos atores, dado se encontrarem sob sigredo de justiça, isto é, com informações sigilosas e não públicas, o que torna impossibilitada a análise. Sendo assim, dos 260 inquéritos, apenas 203 foram utilizados para as mensurações previstas nesta pesquisa por se tratarem de inquéritos com informações públicas sobre as características e sobre o andamento dessas peças, conforme tabela 2.

Tabela 2 - Quantidade de inquéritos abertos por descrição (2004 – 2015)

DESCRIÇÃO DOS DADOS	QUANTIDADE
TOTALIDADE DE INQUÉRITOS	260
INQUÉRITOS COM DADOS DESCONHECIDOS	57
INQUÉRITOS SOB ANÁLISE	203

Dentre os atores identificados nos inquéritos, é possível perceber que em 161 inquéritos aparecem Deputados Federais envolvidos em suposta prática de delitos, em 41 aparecem Senadores envolvidos, em 4 aparecem Ministros de Estado envolvidos e em 1 inquérito aparece um Juiz Federal, todos envolvidos em supostos delitos praticados durante, ou antes o seu mandato. Foi possível identificar também que em mais de um inquérito aparecem nomes de deputados e senadores de forma repetida, demonstrando que muitos deles estão envolvidos em mais de uma denúncia e às vezes juntos em diferentes denúncias. Dentre os inquéritos com atores conhecidos, foram identificados 119 Deputados Federais, 21 Senadores, 3 Ministros de Estado e 1 Juiz Federal, conforme tabela 3. Além desses, foi possível identificar 2 prefeitos, 1 de Camaçari – BA, em ação conjunta com um Deputado Federal, e outro de São João de Mirim – RJ, em ação conjunta com outro Deputado Federal.

3 Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=estatistica>. Acesso em: 20/12/2021.

Tabela 3 - Número de atores identificados por cargo que são investigados em inquéritos (2004 – 2015)

CARGO	NÚMERO DE ATORES
DEPUTADOS FEDERAIS	119
SENADORES	21
MINISTROS	3
JUÍZ FEDERAL	1

Contudo, é necessário destacar que é bastante provável que existam muito mais atores envolvidos nos inquéritos analisados, visto que, por várias vezes, em um mesmo inquérito, aparecem vários nomes envolvidos ao lado de outros atores em que ou o nome aparece apenas com as iniciais, ou os nomes não são informados por estarem sob segredo de justiça. Nota-se que, em vários inquéritos, aparecem distintos atores e cargos envolvidos ao mesmo tempo na suposta prática do delito que o inquérito investiga, o que indica que existam muito mais deputados e senadores envolvidos do que os números mencionados acima, visto que, além da congregação de vários cargos, aparecem também alguns atores identificados apenas com as iniciais ao lado de outros que são identificados, porque os seus nomes especificamente aparecem sob segredo de justiça. Além disso, aparecem por várias vezes, em um mesmo inquérito, muitos nomes de atores que exercem ou exerceram cargos políticos junto com outros atores que não exerceram, mas que estão envolvidos no suposto delito, bem como parentes e amigos desses atores, membros de empresas, funcionários de instituições públicas, prestadores de serviços etc., acusados de participação no suposto delito praticado pelo denunciado.

Dentre os deputados federais com o maior número de denúncias apuradas nos inquéritos, o deputado Veneziano Vital do Rego do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-PB) lidera o rol, seguido dos deputados Zeca Cavalcanti (PTB-PE), Vander Loubet (PT-MS), Nilson Leitão (PSDB-MT), Arthur Lira (PP-AL) e Roberto Góes (PDT-AP), conforme tabela 4 abaixo:

Tabela 4 - Deputados federais com o maior número de inquéritos abertos

NOME	PARTIDO	NÚMERO
VENEZIANO VITAL DO REGO	PMDB (PB)	8
ZECA CAVALCANTI	PTB (PE)	7
VANDER LOUBET	PT (MS)	7
NILSON APARECIDO LEITAO	PSDB (MT)	6
ARTHUR LIRA	PP (AL)	6
ROBERTO GOES	PDT (AP)	5

Dentre os senadores com o maior número de denúncias apuradas nos inquéritos, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) lidera o rol, seguido dos senadores Ivo Narciso Cassol (PP-RO) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), conforme tabela 5 abaixo:

Tabela 5 - Nomes dos senadores com maior número de inquéritos abertos

NOME	PARTIDO	NÚMERO
LINDBERGH FARIAS	PT (RJ)	6
IVO NARCISO CASSOL	PP (RO)	5
FERNANDO BEZERRA COELHO ⁴	PSB (PE)	3

No que diz respeito aos poderes executivo e judiciário, o a época Ministro das Cidades, Gilberto Kassab (PSD-SP), lidera o rol, seguido de Fernando Bezerra (PSB-PE) e Paulo Bernardo (PT-PR), os quais foram os representantes com maior número de inquéritos abertos, conforme tabela 6 abaixo. Nas denúncias apuradas, apareceu o nome de um juiz federal do Estado do Rio Grande do Norte, acusado de vendas de sentenças.

⁴ Tem 3 inquéritos abertos como senador (2015 – 2023) e 1 como Ministro da integração nacional (2011 – 2013).

Tabela 6 - Nome dos ministros de estado e juizes com inquéritos abertos

NOME	PARTIDO	NÚMERO
FERNANDO BEZERRA COELHO - MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (PERÍODO 1 DE JANEIRO DE 2011 A 1 DE OUTUBRO DE 2013).	PSB (PE)	1
GILBERTO KASSAB - MINISTRO DAS CIDADES (PERÍODO 1º JANEIRO 2015 - 15 ABRIL 2016).	PSD (SP)	2
PAULO BERNARDO - MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES (PERÍODO 1 JANEIRO 2011 - 1 JANEIRO 2015).	PT (PR)	1
JOSÉ DANTAS (JUIZ RN) - 2015.	-	1

6 RESULTADOS: O DESEMPENHO DO STF NA APURAÇÃO DOS INQUÉRITOS (2004-2015)

6.1 RELAÇÃO PROPORCIONAL ENTRE INQUÉRITOS ABERTOS E CONCLUÍDOS

Considerando os 203 inquéritos no período de 2004 – 2015, o desempenho do STF, em termos de decisões, foi medido: 1.1) *na relação entre o número de inquéritos abertos e o número de concluídos*; e 1.2) *no tempo de tramitação dos inquéritos concluídos*. Em todas as subseqüentes arguições foram analisados, simultaneamente, os inquéritos movidos contra Deputados Federais, Senadores e Ministros de Estado. Dos dados obtidos, o número total de inquéritos que *receberam decisões finais foi de 58 (28,5%) dentro do universo de 203 (100%) inquéritos*, dentre os quais 13 (22,4%) inquéritos indicam que foram aceitas as denúncias, abrindo ação penal, e 45 (77,5%) das denúncias foram arquivadas. Dos 203 inquéritos, 4 (0,21%) estão sob sigilo de Justiça sobre as quais não foi possível verificar o andamento e a decisão final obtida. *A maior parte 141 (69,4%) dos 203 inquéritos ainda seguem em andamento*. Os resultados estão dispostos na tabela 7 abaixo:

Tabela 7 - Proporção numérica entre inquéritos abertos e inquéritos concluídos

TIPO DE DECISÕES	QUANTIDADE DE INQUÉRITOS	%	TIPO DE DECISÃO FINAL	QUANTIDADE DE INQUÉRITOS	%
Inqueritos que receberam decisões finais	58	28,5	Abriu ação penal	13	22,4
			Arquivado	45	77,5
Inqueritos em andamento	141	69,4	-	-	-
Inqueritos em segredo de justiça	4	0,21	-	-	-
Total	203	100%	-	58	100%

A partir dos números, é possível perceber que, apesar da legislação (CPP, 1941, Art. 10) prever que o inquérito deva ser concluído em 30 dias (prorrogáveis por mais 30 dias) no caso do investigado estiver solto, e 10 dias (prorrogáveis por mais 10 dias) naqueles em que o investigado preso. A maior parte dos inquéritos em análise demonstra que, mesmo tendo passado mais de 10 anos, a maioria dos inquéritos, 141 (69,4%) permanece sem conclusão e, assim, o infrator impune. Em termos institucionais, isso demonstra um baixo desempenho da Corte no que diz respeito à punição ou mesmo à remissão da investigação sobre os investigados. Em termos republicanos, isso aponta para uma instituição incapaz de garantir a aplicação da justiça na política brasileira.

Ainda sobre os dados obtidos, dentre os arquivamentos efetuados é possível observar que os principais motivos foram: ausência de infração penal: 27 (60%) inquéritos, por renúncia ao mandato: 9 (20%) inquéritos, prescrições: 4 (8,8%) inquéritos, mudança de foro (término de mandato, perda mandato e não reeleição): 3 (6,66%) inquéritos, e outros motivos (não disciplina pedido de explicação e o acusado se retratou): 2 (4,4%) inquéritos. Com relação aos arquivamentos, é possível observar que a razão de renúncia ao mandato aparece em segundo lugar e, em terceiro lugar, a razão de prescrição. Isso permite proceder à reflexão de que o número de renúncia ao mandato 9 (20%) permite avaliar que existe uma predisposição de os investigados renunciarem ao mandato quando percebem que serão alvo de uma ação penal. Além disso, os números de prescrições também evidenciam a lentidão com a qual os inquéritos são apurados pela corte, na medida em que extrapolam em muito o prazo para conclusão.

Outra análise de desempenho institucional, em termos de decisões, foi o estudo da relação proporcional entre a quantidade de inquéritos abertos e a quantidade que chega a uma decisão final dos relatores, por ano de abertura, cujos números estão dispostos na tabela 8 abaixo.

Tabela 8 - Proporção de Inquéritos abertos e inquéritos que tiveram decisão por ano de abertura

ANO DE ABERTURA	INQUÉRITOS ABERTOS	INQUÉRITOS QUE TIVERAM DECISÃO	MÉDIA DE INQUÉRITOS CONCLUÍDOS	%
2004	1	0	0,5	0
2006	2	1	1,5	50
2007	2	2	2	100
2008	2	0	1	0
2009	6	3	4,5	50
2010	5	1	3	20
2011	22	9	15,5	8,18
2012	14	3	8,5	21,4
2013	35	12	23,5	34,2
2014	14	3	8,5	21,4
2015	100	24	62	24
TOTAL	203	58	329,18	29,92%

A partir dos dados, é possível perceber que o STF, apenas quando julgou poucos inquéritos, conseguiu chegar a uma decisão em relação a todos ou metade dos inquéritos abertos, como é possível observar para os anos de 2006, 2007 e 2009. Inversamente, na maioria dos casos, esse número raramente chega próximo de 35 % de inquéritos que tiveram decisão, como demonstra os demais anos e, em especial, o ano de 2013. É notória a queda desse desempenho quando há um aumento considerável no número de abertura dos inquéritos, como, por exemplo, no ano de 2015, quando foi iniciada a *operação lava-jato*. Portanto, podemos dizer que, em 11 anos, o melhor desempenho de decisões da instituição foi para os inquéritos abertos no ano de 2013, embora inferior a 35 %, dos inquéritos que chegaram a uma decisão. Como desempenho total, a instituição chegou à decisão de 29,92% dos 203 inquéritos considerados em todo o período (desconsiderados os que estão sob segredo de justiça), o que equivale, portanto, a um desempenho inferior a 30% do total na proporcionalidade entre inquéritos abertos e inquéritos que tiveram decisão.

6.2 TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS INQUÉRITOS CONCLUÍDOS

Outra análise de desempenho do STF foi a estabelecida para avaliar a celeridade, a partir: 1) do índice de desempenho elaborado pelo autor, mensurando o número de inquéritos que tiveram decisão por tempo de tramitação, considerando uma escala qualitativa de desempenho; e 2) da análise do tempo de tramitação entre a abertura do inquérito e o menor tempo de registro individual para se chegar a uma decisão final, ou seja, o inquérito que chegou a uma decisão em menor tempo, considerando o ano da sua autuação.

O índice de desempenho foi uma elaboração feita pelo autor e teve como base o dispositivo do Código de Processo Penal, que prevê um tempo máximo de 10 a 30 dias, considerando as suas devidas prorrogações, conforme apontado linhas acima. Considerando o determinado no CPP, o objetivo é avaliar o desempenho do STF para o período total analisado. Considera-se que o índice permite uma avaliação qualitativa por escala a partir do registro numérico da porcentagem de inquéritos que tiveram decisão por tempo de tramitação, o que permite analisar o maior número de ocorrências em que os inquéritos chegaram a uma decisão final. Pondera-se a possibilidade de a maioria dos inquéritos extrapolarem o período determinado no CPP e, assim, foi construído um índice que vai da escala Ótimo (0 a 1 ano), Bom (1 a 2 anos), Razoável (2 a 3 anos), Ruim (3 a 4 anos), Muito Ruim (4 a 5 anos) e péssimo (a partir de 5 anos).

Os resultados permitem analisar o maior número de ocorrências em que os inquéritos chegaram a uma decisão final, cujos resultados podem ser observados na tabela 9.

Tabela 9 - Índice de desempenho do número de inquéritos que tiveram decisão por tempo de tramitação (2004 – 2015)

TEMPO DE TRAMITAÇÃO (ANOS)	NÚMERO DE INQUÉRITOS QUE TIVERAM DECISÃO	%	ÍNDICE DE DESEMPENHO
0 A 1	2	3,44	ÓTIMO
1 A 2	20	34,4	BOM
2 A 3	10	17,2	RAZOÁVEL
3 A 4	7	12,06	RUIM
4 A 5	5	8,6	MUITO RUIM
A PARTIR DE 5	14	24,3	PÉSSIMO
TOTAL	58	100,00	-

Na análise dos dados é possível perceber que os números apontam que o melhor índice de desempenho institucional foi considerado como *BOM* (34,4%), na medida em que a maioria dos inquéritos no período total considerado teve decisão entre 1 e 2 anos. Entretanto, é necessário considerar que, dos 20 inquéritos que tiveram de-

cisão, 17 foram inquéritos abertos no ano de 2015, ou seja, no início da *operação lava-jato*, o que pode se considerar como um fator de grande impacto na mensuração dos dados, uma vez que há um aumento na velocidade na apuração desses inquéritos em função das pressões sociais e políticas, da mídia, do contexto de mudanças, das agitações políticas, da descoberta de vários episódios de práticas de corrupção, do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, dentre outros fatores que impactaram enquanto exigências por soluções da parte do Poder Judiciário e do STF. Se levarmos em consideração a pressão provocada por esses fatores na instituição, veremos que, somente a partir de 2015, o STF melhorou o seu desempenho atingindo um bom índice e que, sem a consideração desses fatores, o maior número alcançado pela instituição foi como índice *PÉSSIMO*.

Outra análise que pode conformar com os dados da tabela 9 acima foi a que considera a avaliação entre o menor tempo de decisão registrado para um inquérito em relação ao ano de abertura, cujos resultados estão dispostos na tabela 10 a seguir.

Tabela 10 - Maior e menor tempo de decisão final por ano de abertura do inquérito

ANO DO INQUÉRITO ABERTO	NÚMERO DE INQUÉRITOS ABERTOS	NÚMERO DE INQUÉRITOS CONCLUÍDOS	MEHOR ANO DE DECISÃO REGISTRADO	TEMPO DE TRAMITAÇÃO (ANOS)	MAIOR ANO DE DECISÃO REGISTRADO	TEMPO DE TRAMITAÇÃO (ANOS)
2004	1	0	-	-	-	-
2005	0	0	-	-	-	-
2006	2	1	2011	5	2011	5
2007	2	2	2016	9	2016	9
2008	2	0	-	-	-	-
2009	6	3	2015	6	2016	7
2010	5	1	2016	6	2016	6
2011	22	9	2013	2	2017	6
2012	14	3	2016	4	2017	5
2013	35	12	2014	1	2017	4
2014	14	3	2016	2	2017	3
2015	100	24	2016	1	2017	2
TOTAL	203	58	-	-	-	-

Conforme o achado na tabela 10, é possível perceber que em termos de velocidade para o período total, que vai de 2004 a 2015, e considerando os anos com os maiores tempos de tramitação, o menor tempo de decisão registrado para um inquérito foi de 2 anos para ter uma decisão final, como demonstra o ano de 2015 na tabela, considerando a existência de alguns que chegaram em poucos meses. Deve-

mos considerar, conforme discutido em linhas acima, a pressão exercida pelos vários setores da sociedade diante do contexto político na passagem para esse ano. Mas, além disso, é possível perceber que o STF, até o ano de 2012, chegou a precisar de no mínimo 5 anos para chegar à decisão final de um único inquérito e, a partir de 2013, esse número tendeu a reduzir para 4, 3 e 2 anos nos anos subsequentes.

Não foi possível, na presente pesquisa, precisar as causas para essa mudança, o que exige estudos mais aprofundados em termos quali-quantitativos. Entretanto, diante do exposto na tabela, podemos perceber que, embora a maioria dos casos aponte que não houve uma tendência à prescrição, apenas nos anos 2013, 2014 e 2015 houve uma redução no tempo mínimo de tramitação para que um inquérito chegasse a uma decisão final. Sendo assim, de 2004 a 2012, o órgão tendeu a demorar entre 5 e 9 anos para chegar à decisão final de um inquérito e, a partir de 2013, esse número reduziu para 2 e 4 anos.

Em termos de registro de tramitação registrado no período total, podemos afirmar então que, dentre os inquéritos que chegaram a uma decisão final, o STF demorou na maioria do período considerado de 9 a 5 anos para ter uma decisão final e o tempo médio para o período total da análise foi de 5 anos. Dentre a totalidade de dados analisado, foi possível encontrar o inquérito que teve maior período de tramitação, registrando 13 anos e 1 mês, envolvendo o senador Romero Jucá (PMDB – RO), tendo o mesmo iniciado em 2004 sem prescrição e seguindo em andamento até a data de conclusão das presentes análises (2017).

7 O DESEMPENHO DOS MINISTROS DO STF

As análises subsequentes foram construídas a partir da comparação do desempenho dos Juízes na apuração dos inquéritos relacionados aos partidários da coalizão presidencial com a apuração de casos de políticos investigados que não fazem parte da coalizão, a partir de três pontos centrais: 2.1) *tipo de decisão*; 2.2) *tempo de tramitação para os inquéritos concluídos* e 2.3) *inquéritos que seguem em andamento*. Esses três parâmetros permitirão verificar se os Ministros indicados tenderam a beneficiar a base aliada com decisão final mais favorável, com menos tempo de tramitação e com um maior número de casos que seguem sem decisão final, o que poderia demonstrar indícios de obstrução, no sentido de levar esses casos a prescrição, quando comparados aos não-aliados.

Contudo, sobre os inquéritos, foi necessário considerar uma alternativa metodológica em função dos dados disponíveis neles. Cada inquérito foi desagregado, de forma que foram considerados os investigados ao invés dos próprios inquéritos em todas as subsequentes análises, uma vez que foram encontrados vários inquéritos que continham denúncias contra Deputados Federais, Senadores e Ministros de Estado ao mesmo tempo. O objetivo de considerar os investigados ao invés dos inquéritos é evitar a duplicidade de inquéritos, em função dessa repetição de mais de

um investigado. A partir dessa desagregação, cada ator identificado foi classificado segundo aliado e não aliado.

Conforme discutido em capítulo anterior, os atores ligados foram mapeados a partir dos dados disponíveis nos inquéritos dispostos no site do STF, a partir de onde foram identificados os aliados e não-aliados em função da sua relação com o presidente e os partidos que formam a base da sua coalizão. Conforme quadro 4 abaixo, podemos observar as indicações presidenciais e os partidos que compõem a base governamental dos presidentes eleitos.

Quadro 4 - Partidos que formam a coalização presidencial com o Ministro indicado pelo presidente

MINISTRO	ANO DA INDICAÇÃO AO STF	PRESIDENTE E PARTIDO	PARTIDOS QUE FORMAM A BASE DA COALIZÃO NO PERÍODO DA INDICAÇÃO
CELSO DE MELLO	1989	JOSÉ SARNEY (PMDB)	PMDB/PFL (DEM)
MARCO AURÉLIO	1990	FERNANDO COLLOR (PRN)	PRN/PDS (PP)/PL (PR)/PTB/PFL (DEM)/PJ (PTC)
GILMAR MENDES	2002	FHC (PSDB)	PSDB/PFL (DEM)/PTB/PMDB/PDS (PP)
CARMEN LUCIA	2006	LULA (PT)	PT/PC do B/PV/PMDB/PDS (PP)/PCB (PPS)/PTB/PL (PR)/PSB/PDT
RICARDO LEWANDOWSKI	2006	LULA (PT)	PT/PC do B/PV/PMDB/PDS (PP)/PCB (PPS)/PTB/PL (PR)/PSB/PDT
DIAS TOFFOLI	2009	LULA (PT)	PT/PC do B/PV/PMDB/PDS (PP)/PCB (PPS)/PTB/PL (PR)/PSB/PDT
LUIS FUX	2011	DILMA ROUSSEFF (PT)	PT/PMR (PRB)/PDT/PL (PR)/PMDB/PDS (PP)/PSB/PC do B/PTB/PSD/PROS

MINISTRO	ANO DA INDICAÇÃO AO STF	PRESIDENTE E PARTIDO	PARTIDOS QUE FORMAM A BASE DA COALIZÃO NO PERÍODO DA INDICAÇÃO
ROSA WEBER	2011	DILMA ROUSSEFF (PT)	PT/PMR (PRB)/PDT/PL (PR)/PMDB/PDS (PP)/PSB/PC do B/PTB/PSD/PROS
TEORI ZAVASCKI	2012	DILMA ROUSSEFF (PT)	PT/PMR (PRB)/PDT/PL (PR)/PMDB/PDS (PP)/PSB/PC do B/PTB/PSD/PROS
LUÍS ROBERTO BARROSO	2013	DILMA ROUSSEFF (PT)	PT/PMR (PRB)/PDT/PL (PR)/PMDB/PDS (PP)/PSB/PC do B/PTB/PSD/PROS
EDSON FACHIN	2015	DILMA ROUSSEFF (PT)	PT/PMR (PRB)/PDT/PL (PR)/PMDB/PDS (PP)/PSB/PC do B/PTB/PSD/PROS

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados estatísticos do Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro de Pesquisa e Planejamento (CEBRAP)

7.1 TIPOS DE DECISÃO

Sobre os tipos de decisão, foram avaliados os inquéritos que tiveram uma conclusão e foi analisada a hipótese de que os Ministros tendem a *dar decisões mais favoráveis (arquivamento), do que desfavoráveis (abertura de ação penal) aos investigados que compõem a base governativa dos respectivos presidentes que os indicaram ao cargo*. Os resultados da análise estatística confirmam a hipótese, por meio da análise de frequência (figura 1) e do Teste Qui-quadrado de Pearson, confirmando que os valores $P\text{-Value} = 0.030$ são significativos. Conforme dispostos, tanto na tabela 11, quanto na figura 1, é possível observar que, *em termos coletivos*, a proporção de decisão final do tipo arquivamento (28; 47,5%) ocorrem em maior proporção aos investigados que compõem a base governativa dos respectivos presidentes (base aliada), do que no grupo de investigados que não são da base aliada (17; 28,8%). Em outras palavras, para a totalidade de casos, nota-se uma tendência coletiva de os Ministros do STF tomarem decisões favoráveis à base aliada dos respectivos Presidentes que os indicaram ao cargo.

Contudo, é necessário destacar que, em nível estatístico, também há um alto número de arquivamento entre a base não-aliada (17; 28,8%). Além disso, é possível observar o maior número de abertura de ações penais se encontra entre a base aliada (13; 22,0%), o que faz com que os resultados, em sua totalidade, apontem para um achado maior de imparcialidade coletivamente, da parte dos Ministros do STF. Por-

tanto, conclui-se quedar refutada a hipótese de que os Ministros tendem a decidir, coletivamente, mais favoravelmente aos aliados do Presidente que o indicou ao cargo, a partir desse parâmetro.

Tabela 11 - Distribuição das decisões judiciais para os casos (investigados) criminais movidos contra os membros dos Poderes Executivo e Legislativo Federais no Supremo Tribunal Federal, segundo o tipo de decisão e da relação com a coalizão presidencial

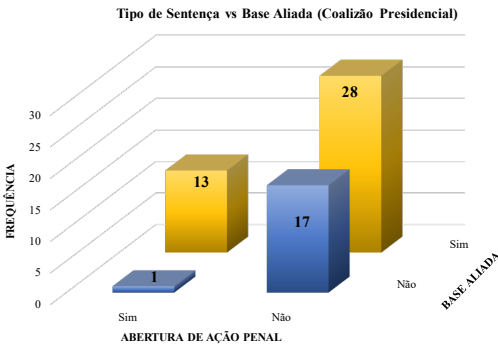
TIPO DE DECISÃO	BASE ALIADA (COALIZÃO PRESIDENCIAL)				TOTAL	
	SIM		NÃO		N	%
	N	%	N	%		
Abertura de Ação Penal	13	22,0	1	1,7	14	23,7
Arquivamento	28	47,5	17	28,8	45	76,3
Total	41	69,5	18	30,5	59	100,0

Fonte: Supremo Tribunal Federal, 2017

⁽¹⁾ Teste Qui-quadrado de Pearson para independência entre as variáveis (p-valor <0.05)
Chi-Sq = 4.727; DF = 1; P-Value = 0.030*

** Valores Altamente significativos; *Valores Significativos; ^{NS} Valores Não Significativos
H₁: Existe uma relação de dependência significativa entre as frequências (p<0.05)

Figura 1 - Distribuição das decisões judiciais para os casos (investigados) criminais movidos contra os membros dos Poderes Executivo e Legislativo Federais no Supremo Tribunal Federal, segundo o tipo de decisão e da relação com a coalizão presidencial



No que diz respeito *ao desempenho individual dos Ministros*, os resultados apontados na tabela 13 abaixo demonstram que, para os casos da base aliada, é possível identificar que a maioria das decisões é do tipo arquivamento, exceto no caso do Ministro Teori Zavascki, para o qual a maioria das decisões é abertura de ação penal para esse grupo (7; 70%). Observando os demais juizes, verifica-se que há um padrão de casos onde o arquivamento para os atores da base aliada predomina.

Tabela 13 - Distribuição dos casos (investigados) contra os membros dos Poderes Executivo e Legislativo Federais no Supremo Tribunal Federal, segundo o tipo de decisão e do relator em relação à base aliada da coalizão

BASE ALIADA	RELATOR	BASE ALIADA						
		TIPO DE DECISÃO (N = 59)				TOTAL	P-VALOR	
		ABERTURA DE AÇÃO PENAL		ARQUIVAMENTO				
		N	%	N	%	N	%	
SIM ⁽¹⁾ (n = 41)	Min. Carmen Lúcia	0	0,0	1	100,0	1	2,4	0.0921*
	Min. Celso de Mello	0	0,0	4	100,0	4	9,8	
	Min. Dias Toffoli	0	0,0	2	100,0	2	4,9	
	Min. Edson Fachin	1	25,0	3	75,0	4	9,8	
	Min. Gilmar Mendes	0	0,0	3	100,0	3	7,3	
	Min. Lewandowski	2	50,0	2	50,0	4	9,8	
	Min. Luiz Fux	1	20,0	4	80,0	5	12,2	
	Min. Marco Aurélio	1	25,0	3	75,0	4	9,8	
	Min. Rosa weber	1	25,0	3	75,0	4	9,8	
	Min. Teori Zavascki	7	70,0	3	30,0	10	24,4	
Total		13	22,0	28	47,5	41	69,5	
NÃO ⁽²⁾ (n = 18)	Min. Celso de Mello	0	0,0	2	100,0	2	11,1	0.8516 ^{ns}
	Min. Dias Toffoli	0	0,0	2	100,0	2	11,1	
	Min. Gilmar Mendes	0	0,0	1	100,0	1	5,6	
	Min. Luiz Fux	0	0,0	3	100,0	3	16,7	
	Min. Marco Aurélio	1	14,3	6	85,7	7	38,9	
	Min. Teori Zavascki	0	0,0	3	100,0	3	16,7	
Total		1	1,7	17	28,8	18	30,5	

Fonte: Supremo Tribunal Federal, 2017

⁽¹⁾ Teste Qui-quadrado de Pearson para independência entre as variáveis (p-valor <0.10)

(1) Chi-Sq = 14.9582; DF = 9; P-Value = 0.0921*

(2) Chi-Sq = 1.9825; DF = 5; P-Value = 0.8516*

** Valores Altamente significativos; *Valores Significativos; ^{NS} Valores Não Significativos
H₁: Existe uma relação de dependência significativa entre as frequências (p<0.10)

Estatisticamente e em *nível individual*, podemos confirmar a hipótese de que os Ministros tendem a tomar decisões favoráveis à base aliada do respectivo presidente que o indicou ao cargo, a partir desse parâmetro.

7.2 TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS INQUÉRITOS CONCLUÍDOS

As análises subsequentes demonstram os resultados relativos ao estudo da hipótese de que os Ministros indicados demoram mais tempo para chegar a uma decisão nos casos (investigados) que compõem a base aliada dos respectivos presidentes que os indicaram ao cargo, com o objetivo de retardar ao máximo a sua conclusão e, assim, talvez manifestar a vontade de levar o inquérito à prescrição. A análise dos dados estatísticos refutou a hipótese, ao demonstrar que, coletivamente, os Ministros demoram menos tempo para chegar à conclusão. Conforme se verifica na tabela 14 e na figura 3, o grupo de investigados que compõem a base aliada apresentou tempo médio de tramitação menor ($\mu = 35,8 \approx 36$ meses), se comparado com o tempo médio do grupo de investigados que não fazem parte dessa base aliada ($\mu = 44,1 \approx 44$ meses).

Tabela 14 - Distribuição do tempo médio de tramitação das decisões judiciais para os casos (investigados) criminais movidos contra os membros dos Poderes Executivo e Legislativo Federais no Supremo Tribunal Federal, segundo a Coalizão Presidencial

Base Aliada (Coalizão Presidencial)	Casos (n)	Tempo Médio de Tramitação (meses) ¹	±DP (meses)
Sim	140	35,8	21,5
Não	77	44,1	28,7

Fonte: Supremo Tribunal Federal, 2017

⁽¹⁾ Teste t de Student (p-valor <0.05)

Estimate for difference: 8.31

95% CI for difference: (0.90; 15.73)

T-Test of difference = 0 (vs not =): T-Value = 2.22 P-Value = 0.028*

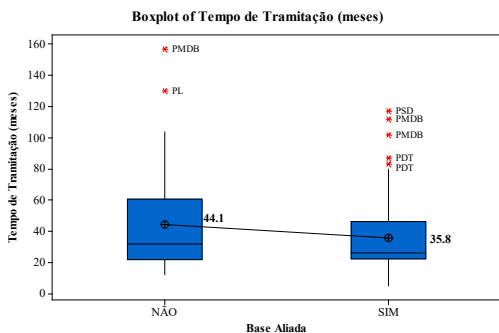
** Valores Altamente significativos; *Valores Significativos; ^{NS} Valores Não Significativos

H₁: Existe diferença significativa entre as médias (p<0.05)

Nota: DP – Desvio padrão

Por meio da figura 3 é possível observar a diferenciação do tempo de tramitação entre a base aliada e os demais investigados, além dos casos de alguns partidos cujo tempo de tramitação foi muito distante da média geral, demonstrados na pesquisa como *outlier* (discrepância).

Figura 3 - Boxplot do tempo médio de tramitação das decisões judiciais para os casos (investigados) criminais movidos contra os membros dos Poderes Executivo e Legislativo Federais no Supremo Tribunal Federal, segundo a coalizão presidencial



Ressalta-se ainda que, além de os processos da base aliada apresentarem um tempo médio menor de tramitação, a proporção de casos da base aliada é significativamente maior ($n = 140$) do que o número de casos do grupo que não é da base aliada ($n = 77$). Isto significa dizer que, devido ao elevado volume de processos de investigados da base aliada, esperava-se que o tempo médio de tramitação fosse maior do que dos investigados que não são da base aliada, o que reforça ainda mais a confirmação da refutação da hipótese.

7.2.1 TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS INQUÉRITOS CONCLUÍDOS: DISTRIBUIÇÃO POR MINISTRO

As análises subsequentes se referem ao tempo de tramitação demonstrado por Ministro do STF. Os resultados apontaram, a nível individual e conforme disposto na tabela 16 e na figura 7 abaixo, que a maioria dos Ministros apresentou diferenças significativas no tempo médio de tramitação dos processos, de modo a também refutar a hipótese de haver uma tendência ao beneficiamento dos políticos da base aliada do presidente que o indicou ao cargo, mediante a demora na conclusão dos inquéritos. Na maioria dos casos, é possível observar que o tempo médio de tramitação para investigados da base aliada foi maior apenas no caso dos juízes/relatores Dias Toffoli, Roberto Barroso e Luiz Fux. Verifica-se também como exceção o caso dos relatores Lewandowski e Luiz Fux que não apresentaram diferença significativa ($p > 0.05$) no tempo de tramitação dos processos, ou seja, para estes Ministros o tempo médio de tramitação dos processos da base aliada não difere do tempo médio de tramitação dos processos dos demais investigados.

Tabela 16 - Tempo médio de tramitação dos processos judiciais de casos (investigados) contra os membros dos Poderes Executivo e Legislativo Federais no Supremo Tribunal Federal, segundo a Coalizão Presidencial e o relator

Relator	Base Aliada	Média	DP	N	P-Valor
Min. Carmen Lúcia	SIM	48,5	48,8	2	-
	NÃO	-	-	0	
	Total	48,5	48,8	2	
Min. Celso de Mello	SIM	38,5	32,5	4	0.0004**
	NÃO	52,6	26,6	12	
	Total	49,1	27,7	16	
Min. Dias Toffoli	SIM	47,3	24,1	12	0.0147*
	NÃO	41,9	16,4	9	
	Total	45,0	20,9	21	
Min. Edson Fachin	SIM	46,8	28,7	17	-
	NÃO	52,0	-	1	
	Total	47,1	27,9	18	
Min. Gilmar Mendes	SIM	36,3	19,0	8	0.0004**
	NÃO	47,5	27,0	8	
	Total	41,9	23,3	16	
Min. Lewandowski	SIM	24,8	10,6	8	0.4157ns
	NÃO	26,5	10,9	4	
	Total	25,3	10,2	12	
Min. Luiz Fux	SIM	31,5	17,2	19	0.5872ns
	NÃO	30,4	9,4	5	
	Total	31,3	15,7	24	
Min. Marco Aurélio	SIM	50,6	21,3	9	0.0149*
	NÃO	56,5	36,5	20	
	Total	54,7	32,3	29	
Min. Roberto Barroso	SIM	39,5	22,8	11	<0.0001**
	NÃO	24,3	3,6	4	
	Total	35,5	20,6	15	

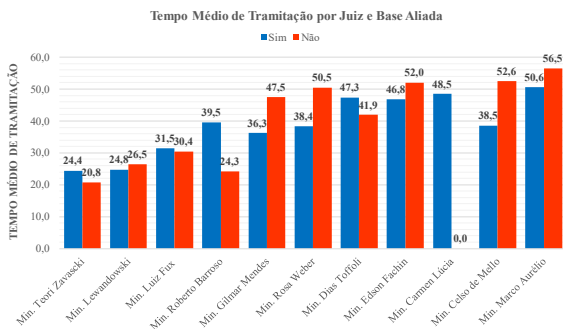
Relator	Base Aliada	Média	DP	N	P-Valor
Min. Rosa Weber	SIM	38,4	25,4	14	0.0003**
	NÃO	50,5	42,6	6	
	Total	42,0	30,8	20	
Min. Teori Zavascki	SIM	24,4	5,8	36	0.0003**
	NÃO	20,8	2,9	8	
	Total	23,8	5,6	44	
TOTAL	SIM	35,8	21,5	140	<0.0001**
	NÃO	44,1	28,7	77	
	Total	38,7	24,6	217	

Fonte: Supremo Tribunal Federal, 2017

⁽¹⁾ Teste t de Student para comparação de médias (p-valor <0.05)

** Valores Altamente significativos; *Valores Significativos; ^{NS} Valores Não Significativos
H₁: Existe uma diferença significativa entre as médias (p<0.05)

Figura 7 - Tempo médio de tramitação dos processos judiciais de casos (investigados) contra os membros dos Poderes Executivo e Legislativo Federais no Supremo Tribunal Federal, segundo a Coalizão Presidencial e o relator



7.3 INQUÉRITOS QUE SEGUEM EM ANDAMENTO

Nesse tópico, foi testada a hipótese de que os Ministros indicados tendem a ter maior número de inquéritos que seguem em andamento da base aliada do presidente que o indicou ao cargo, quando comparado aos demais, o que poderia demonstrar indícios de demora dos casos dos aliados em relação aos não-aliados. Esta hipótese foi confirmada, a partir dos resultados encontrados. De acordo com a tabela 17, é possível perceber que a maioria dos casos não decididos é de investigados da base aliada (99; 62,7%) e esta tende a ser uma disposição altamente significativa ($p < 0.05$).

Tabela 17 - Distribuição dos casos (investigados) que seguem em andamento, movidos contra os membros dos Poderes Executivo e Legislativo Federais no Supremo Tribunal Federal, segundo a Coalizão Presidencial

Não decididos	Base Aliada (Coalizão Presidencial)				Total	
	Sim		Não		n	%
	N	%	n	%		
Seguem em andamento	99	62,7	59	37,3	158	100,0

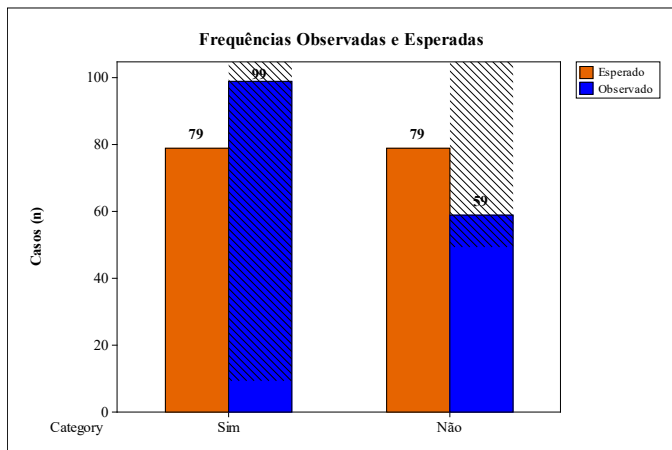
Fonte: Supremo Tribunal Federal, 2017

⁽¹⁾ Teste Qui-quadrado de Pearson para independência entre as variáveis (p -valor < 0.05)
Chi-Sq = 10.126; DF = 5; P-Value = 0.001**

** Valores Altamente significativos; *Valores Significativos; ^{NS} Valores Não Significativos
H₁: Existe uma relação de dependência significativa entre as frequências ($p < 0.05$)

O esperado é que, de acordo com o teste Qui-quadrado para variáveis independentes, a proporção de processos em andamento fosse de 79 casos para cada grupo, tanto para os aliados, quanto para os não-aliados, conforme figura 8. Contudo, os resultados demonstraram que a frequência de casos foi maior ($n = 99$) para os aliados e menor ($n = 59$) para os não-aliados, sendo esta uma diferença significativa apontada pelo teste.

Figura 8 - Distribuição dos casos (investigados) que seguem em andamento, movidos contra os membros dos Poderes Executivo e Legislativo Federais no Supremo Tribunal Federal, segundo a Coalizão Presidencial



7.3.1. INQUÉRITOS QUE SEGUEM EM ANDAMENTO: DISTRIBUIÇÃO POR MINISTRO

As análises abaixo foram produzidas para o teste da hipótese de que os Ministros tendem a não concluir, a nível individual, os inquéritos da base aliada em maior número. Verifica-se na tabela 18 que, dentre os casos que seguem em andamento, analisados por relator, há diferenças significativas, em função da Coalizão Presidencial, apenas para alguns Ministros, de modo que os juízes Edson Fachin (92,9%), Luiz Fux (87,5%), Roberto Barroso (73,3%) e Teori Zavascki (83,9%) apresentam maior frequência de casos em andamento para investigados da base aliada.

Tabela 18 - Distribuição dos casos (investigados) que seguem em andamento, movidos contra os membros dos Poderes Executivo e Legislativo Federais no Supremo Tribunal Federal, segundo a Coalizão Presidencial e o Ministro relator

Relator	Base Aliada				Total		P-valor
	Sim		Não		n	%	
	n	%	n	%			
Min. Carmen Lúcia	1	100,0	0	0,0	1	0,6	-
Min. Celso de Mello	0	0,0	10	100,0	10	6,3	-
Min. Dias Toffoli	10	58,8	7	41,2	17	10,8	0.4669ns
Min. Edson Fachin	13	92,9	1	7,1	14	8,9	0.0013**
Min. Gilmar Mendes	5	41,7	7	58,3	12	7,6	0.5637ns
Min. Lewandowski	4	50,0	4	50,0	8	5,1	1.000ns
Min. Luiz Fux	14	87,5	2	12,5	16	10,1	0.0027**
Min. Marco Aurélio	5	27,8	13	72,2	18	11,4	0.0593*
Min. Roberto Barroso	11	73,3	4	26,7	15	9,5	0.0707*
Min. Rosa Weber	10	62,5	6	37,5	16	10,1	0.3173ns
Min. Teori Zavascki	26	83,9	5	16,1	31	19,6	0.0002**
Total	99	62,7	59	37,3	158	100,0	0.0001**

Fonte: Supremo Tribunal Federal, 2017

⁽¹⁾ Teste Qui-quadrado de Pearson para tendência entre as variáveis (p-valor <0.10)

** Valores Altamente significativos; *Valores Significativos; ^{NS} Valores Não Significativos

H₁: Existe tendência significativa entre as frequências (p<0.10)

8 CONCLUSÕES

A presente pesquisa tinha como objetivos fazer uma análise institucional e uma análise individual do STF e dos seus Ministros, respectivamente, na condução dos inquéritos criminais abertos para investigar os políticos eleitos, a nível federal, tanto do Poder Executivo (Ministros de Estado e Presidente da República), quanto do Poder Legislativo (Deputados Federais e Senadores), os quais, até a conclusão das aná-

lises, gozavam da garantia de prerrogativa de função, conhecida popularmente como Foro Privilegiado, para os casos de suspeitas de crimes de responsabilidade ou em razão da função, legislação que, conforme explicado, foi alterada após as conclusões da pesquisa, quanto aos atores e as condições para o seu usufruto.

Avaliou-se, de um lado, o desempenho institucional do STF, em termos de apuração eficaz da totalidade de inquéritos abertos, bem como em tempo hábil, garantindo, assim, à sociedade brasileira a capacidade de aplicação da Lei Penal de forma ágil e eficaz, na medida em que garantiria a conclusão dos inquéritos em avaliação dentro do tempo previsto. De outro lado, foi desenvolvida a análise dos Ministros que compõem a corte na condução das investigações, enquanto relatores dos processos, mensurando se há imparcialidade desses atores do órgão de cúpula do Judiciário brasileiro na condução das peças investigativas, ou se há interferências do Poder Executivo, quando a indicação dos Ministros por parte do Presidente da República garante uma espécie de compromisso pré-assumido, no que tange ao beneficiamento dos aliados daquele em matérias que os atingem, como a penal. Dito de outro modo, avaliou-se se há uma tendência de os Ministros indicados ao cargo beneficiarem os atores e partidos aliados dos Presidentes que os indicaram ao cargo.

A metodologia aplicada foi a quantitativa, através da análise estatística dos dados. Para a análise de desempenho institucional do STF, foi utilizada a estatística descritiva, mensurando o aumento ou a redução dos dados numéricos das variáveis intercruzadas (1 - análise descritiva da relação proporcional entre o número de inquéritos abertos e o número de inquéritos finalizados; e 2 - análise do tempo de tramitação dos inquéritos). Já para a análise de desempenho dos Ministros do STF, foi utilizada a estatística inferencial, através do teste Qui-quadrado de Pearson, mensurando as variáveis em três etapas: 2.1) tipo de decisão; 2.2) tempo de tramitação para os inquéritos concluídos e 2.3) inquéritos que permanecem sem decisão final, de forma comparativa para os casos da base aliada e da base não-aliada do Presidente que indicou o devido Ministro para o cargo.

Na análise de desempenho do STF, foi testada a hipótese de que os inquéritos não são apurados no tempo previsto, levando a uma morosidade institucional, o que favoreceria a impunidade do sistema político brasileiro, quando um baixo número de inquéritos não seria concluído no tempo previsto, ou levado à prescrição. A análise das variáveis, na relação entre a proporção de inquéritos abertos e concluídos, demonstrou que demonstra que, mesmo tendo passado mais de 10 anos, a maioria dos inquéritos, 141 (69,4%) permanece sem conclusão. Apesar de o número de prescrições ser baixo, 4 (8,8%) inquéritos, pelo menos até a data de conclusão da pesquisa (2017), é possível considerar a possibilidade de esse número ter aumentado consideravelmente até a publicação dos presentes dados da pesquisa. Complementa-se a esses resultados a análise sobre os inquéritos apurados, por ano de abertura, a qual evidenciou que o STF, apenas quando julgou poucos inquéritos, conseguiu chegar a uma decisão em relação a todos ou metade dos inquéritos abertos, como nos casos dos anos de 2006, 2007 e 2009. Inversamente, na maioria dos casos, esse número raramente chega próximo de 35 % de inquéritos que tiveram decisão, como demonstra

os demais anos e, em especial, o ano de 2013. É notória a queda desse desempenho quando há um aumento considerável no número de abertura dos inquéritos, como, por exemplo, no ano de 2015, quando foi iniciada a *operação lava-jato*.

Além disso, foi analisado o tempo de tramitação dos inquéritos na corte, por meio de um índice de desempenho elaborado pelo autor e tendo como base o dispositivo do Código de Processo Penal, que prevê um tempo máximo de 10 a 30 dias, considerando as suas devidas prorrogações pelo dobro do tempo. Os resultados demonstraram que, somente a partir de 2015, quando pressões populares, midiáticas e da própria política, o STF melhorou o seu desempenho atingindo um bom índice. Contudo, considerando a totalidade dos anos, que vão de 2004 a 2014, o índice demonstrou que a maior parte se enquadrou na categoria *PÉSSIMO*. Esses resultados foram complementados pela análise entre o menor tempo de decisão registrado para um inquérito em relação ao seu ano de abertura. É possível perceber que, em termos de celeridade para o período total que vai de 2004 a 2015 e considerando os anos com os maiores tempos de tramitação, o menor tempo de decisão registrado para um inquérito foi de 2 anos para ter uma decisão final. Nos demais anos, foi possível perceber que o STF, até o ano de 2012, chegou a precisar de no mínimo 5 anos para chegar à decisão final de um único inquérito e, a partir de 2013, esse número tendeu a reduzir para 4, 3 e 2 anos nos anos subsequentes. Isso revela um mau desempenho, quando se observa que, de 2004 a 2012, o órgão tendeu a demorar entre 5 e 9 anos para chegar à decisão final de um inquérito e, a partir de 2013, esse número reduziu para 2 e 4 anos.

No que diz respeito às análises sobre o desempenho dos Ministros da Corte, foi avaliada a hipótese de que os Ministros tenderiam a beneficiar em decisões os aliados (partidos e atores) do presidente que o indicou ao cargo, tomando como base as alianças construídas metodologicamente a partir dos dados legislativos do CEBRAP. Essa análise foi feita a partir de três parâmetros: 2.1) tipo de decisão; 2.2) tempo de tramitação para os inquéritos concluídos; e 2.3) inquéritos que permanecem sem decisão final. Em cada caso, foi feita uma análise comparativa com os demais investigados mensurando, através do teste do Qui-quadrado de *Pearson*, mensurando a relação de independência entre as variáveis.

No que diz respeito ao 2.1) tipo de decisão, os resultados não demonstraram uma relação significativa, refutando, assim, a hipótese, na medida em que, apesar de os ministros coletivamente decidirem pelo arquivamento da base aliada, por outro lado, o número de arquivamento para os que não fazem parte desta são equivalentes, em certa medida, o que faz com que os resultados, em sua totalidade, apontem para um achado maior de imparcialidade coletivamente da parte daqueles. Porém, em nível individual, é possível observar o contrário, quando a maioria dos Ministros decidiu pelo arquivamento dos políticos da base aliada.

No parâmetro sobre 2.2) o tempo de tramitação para os inquéritos concluídos, foi avaliada a hipótese de os Ministros tenderam a demorar mais para concluir um inquérito que envolve um membro da base aliada do Presidente que o indicou, apontando para a possibilidade de tentar demorar mais para concluir e levar a uma

possível prescrição. Esta hipótese foi refutada, a nível coletivo, pois se observa que o tempo de tramitação dos inquéritos que foram concluídos, observa-se que, coletivamente. Conforme se verifica na tabela 14 e na figura 3, o grupo de investigados que compõem a base aliada apresentou tempo médio de tramitação menor ($\mu = 35,8 \approx 36$ meses), se comparado com o tempo médio do grupo de investigados que não fazem parte dessa base aliada ($\mu = 44,1 \approx 44$ meses). Em nível individual, em apenas três casos, os dos Ministros Dias Toffoli, Roberto Barroso e Luiz Fux, notou-se uma tendência a demorar mais tempo para concluir os inquéritos da base aliada, o que difere dos oito Ministros restantes, para quem não fez diferença a relação com a base aliada, o que tornou refutada a hipótese, a nível individual.

Quanto ao parâmetro 2.3), que avaliou os inquéritos que permanecem em análise, foi possível concluir que, a nível coletivo, a hipótese se confirma, quando os Ministros indicados tendem a ter maior número de inquéritos que seguem em andamento da base aliada do presidente que o indicou ao cargo, quando comparado aos demais, na proporção de 99 (62,7%) inquéritos para a base aliada. No que diz respeito a essa mesma análise, a nível individual, os resultados demonstraram que apenas para os casos dos Ministros Edson Fachin (92,9%), Luiz Fux (87,5%), Roberto Barroso (73,3%) e Teori Zavascki (83,9%) se apresenta uma maior frequência de casos em andamento para investigados da base aliada, o que não corresponde à totalidade e, portanto, torna refutada a hipótese em questão.

Conclusivamente, é possível perceber que o STF não dá respostas à corrupção brasileira de forma eficaz, tomando como base a análise estatística proposta, a qual versou sobre a proporção de inquéritos abertos e concluídos no tempo previsto em lei, nem eficiente, tomando como base o tempo de tramitação para que os inquéritos cheguem a uma decisão. A presente pesquisa demonstra que o desempenho do STF no quesito apuração de um crime, através o inquérito, é precário, o que aumenta as chances de prescrição e contribui, portanto, para a impunidade do sistema político brasileiro. No que diz respeito ao desempenho dos Ministros dessa corte, os dados apurados estatisticamente não são suficientes para sustentar a tese de que há parcialidade na apreciação das peças investigativas da parte destes, pois ora as hipóteses se confirmam, ora são refutadas, quando comparadas a nível coletivo e individual.

O presente trabalho demonstrou, por intermédio dos resultados estatísticos, os números relacionados à instituição e aos atores que dinamizam o STF, contudo, é necessário reconhecer as limitações da pesquisa e do método, o que não reduz a importância das análises e das conclusões obtidas, uma vez que apontaram algumas tendências a respeito da corrupção política no Brasil e do desempenho institucional e individual do STF e seus membros, no que tange às respostas punitivas às práticas corruptas dos políticos brasileiros que cometem corrupção. Entretanto, é necessário destacar que os números obtidos na análise demonstram uma tendência estritamente institucional, isto é, considerando o período da abertura da instauração da peça investigativa à decisão final pelo Ministro relator, sem considerar a relação entre instituições que existe na investigação de cada inquérito. Podemos, assim, questionar sobre o desempenho de outras instituições na investigação, a exemplo do MP e da

PF, pois a morosidade na conclusão dos inquéritos poderia estar ligada à demora dos trabalhos dessas instituições, no que tange o início das investigações e diligências à data da apresentação do relatório conclusivo das investigações. Isso apontaria para eventual responsabilidade do judiciário somente se no momento em que, ciente do relatório conclusivo, não se decide pelo recebimento da denúncia ou arquivamento.

Além disso, há que se considerar ainda a peculiaridade de cada fato criminoso, pois os que são geralmente imputados aos agentes com foro por prerrogativa de função diferem daqueles que mais encarceram no Brasil, a exemplo do tráfico de drogas, roubo, furto, homicídio etc., que alcançam a população mais pobre e costumam ser seguidos de investigações mais simples e os seus devidos procedimentos (inquérito instaurado após prisão em flagrante do suspeito, adotando-se como diligências a oitiva da vítima, testemunhas e policiais, além de laudo pericial da droga/arma/corpo e apreensão das câmeras do local). Quando comparados aos crimes e aos atores de maior destaque político, sobretudo a nível nacional, podemos apontá-los como menos complexos, pois estes últimos demandam elementos indiciários mais robustos, laudos periciais, além de busca e apreensão e quebra de sigilo telemático, bancário etc. Esses procedimentos costumam ser mais demorados, por conta da complexidade, mas também da insuficiência da PF e do MP para desempenhar de maneira mais célere esse trabalho.

Desse modo, é necessário fazer a ressalva de que a hipótese sobre a morosidade e a insuficiência do STF em dar uma resposta rápida e eficaz aos atos corruptos dos políticos a nível federal se torna incompleta, pela ausência de dados suplementares das outras instituições participantes supracitadas, o que não foi possível obter na presente pesquisa e, portanto, exige mais investigações futuras. Isso não quer dizer que a presente pesquisa acabe quedando em demérito, dado que os números obtidos apontam de maneira exata para as falhas gerais e graves do processo que leva à investigação e posterior punição do infrator, onde o STF também se encontra enquanto instituição participante, dado o seu papel fundamental na apuração e na decisão final e considerando a legislação interna da instituição que versa sobre o tempo previsto para a conclusão da peça investigativa. Talvez também coubesse ao STF um papel mais enérgico na exigência de resposta das outras instituições no processo investigativo e na conclusão do relatório.

Sobre o desempenho dos Ministros dessa Corte, é possível também tecer algumas considerações. Os números apontam a refutação da hipótese de que os Ministros indicados pelos respectivos presidentes da república tendem a concluir a investigação de forma mais favorável aos seus aliados quando comparados aos demais atores, pois não se observa uma tendência geral bastante forte, tanto a nível individual, quanto a nível coletivo. No entanto, é ponderável investigar um pouco mais os números obtidos na amostra, os quais apontam alguma influência coletiva e individual dos Ministros a desfavorecerem alguns dos não-aliados, em uma pesquisa qualitativa, no sentido de fortalecer um pouco mais a hipótese acima, com a aplicação de entrevistas com esses investigados, membros não-aliados. O interesse está em saber sobre a forma como entenderam a própria investigação, a partir dos relatórios e dados obtidos, avaliando se não houveram ações políticas e/ou juridicamente irregulares na condução do processo,

o que permitiria, igualmente, analisar a atuação das outras instituições participantes no processo, o que não foi possível dinamizar a partir dos desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 31, nº 1, p. 5-34, 1998.

AMORIM NETO, Octavio. Formação de gabinetes presidenciais no Brasil: coalizão versus cooptação. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 4, nº 1, 1994.

ARANTES, Rogerio. B. *Judiciário e Política no Brasil*. São Paulo: IDESP/Sumaré, Educ., 1997.

AVENA, Norberto. C. *Processo penal: esquematizado*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

AYRES, M. et al. BioEstat 5.4: aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas. 5. Ed. Belém - PA: Publicações Avulsas do Mamirauá, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Código Penal*. [Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#). Dispõe sobre a legislação penal brasileira. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 10/11/2018.

BRASIL. *Código De Processo Penal*. [Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941](#). Dispõe sobre a legislação do processo penal brasileiro. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 10/11/2018.

BIZON, Caio. A. O foro especial por prerrogativa de função em face do princípio da igualdade. *Revista Brasileira de Direito Constitucional* – RBDC, nº 18, jul./dez., 2011.

CARVALHO, José. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: _____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, p. 130-154, 1999.

_____. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, J.; STARLING, Heloísa. M. (Orgs.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, p. 200-205, 2012.

CARVALHO, Ernani. et al. Pretores condenando a casta? A atuação do supremo tribunal federal no julgamento das ações penais originárias. In: *9º congresso latinoamericano de ciência política* (ALACIP 2017). Montevideo, Uruguai, 2017.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do Patronato Político brasileiro*. São Paulo, SP: Globo, 1958.

FILGUEIRAS, Fernando. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo horizonte, MG: editora da UFMG, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, SP: IEB/USP, 1969.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro, RJ: Maia & Schmidt, 1933.

GRECO FILHO, Vicente. *Manual de processo penal*. 9. Ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

HOLANDA, Sérgio. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo, SP: José Olympio, 1936.

LEAL, Vitor. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, SP: Forense Editora, 1948.

LIMONGI, Fernando. *Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório*. Novos estudos, nº 76, novembro, 2006.

MATTA, Roberto Da. *Carnavais, malandros e heróis*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

MOREIRA, Romulo Andrade. A competência por prerrogativa de função. *Revista Brasileira de Direito Público*, Belo Horizonte, v. 1, nº 2, jul./set., 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

RENTE NETO, F. A corrupção no Brasil contemporâneo: um estudo sobre os crimes políticos federais no Brasil (2004-2015). *Revista Em Tempo de Histórias*, [S. l.], v. 1, n. 39, 2021. DOI: 10.26512/emtempos.v1i39.39903. Disponível em: <https://pe->

riodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/39903. Acesso em: 22 set. 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Regimento Interno 2020*: Estabelece a composição e a competência dos órgãos do Supremo Tribunal Federal, regula o processo e o julgamento dos feitos que lhe são atribuídos pela Constituição da República e a disciplina dos seus serviços. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF.pdf>. Acesso em: 10/11/2018.

TAVARES FILHO, Newton. Democratização do processo de nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. *Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados*: Estudo, Abril, 2006.

_____. Foro privilegiado: pontos positivos e negativos. *Revista Consultoria Legislativa*: estudos técnicos. Câmara dos Deputados, julho, 2016.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

VIECILI, Edmir. Competência pela prerrogativa de função Ratione Personae. *Revista jurídica da UniFil*, Ano VI, nº 6, 2018.

THE FEDERAL SUPREME COURT AND THE OUTCOMES OF CRIMINAL INVESTIGATIONS OF MEMBERS OF THE LEGISLATIVE AND EXECUTIVE BRANCHES IN BRAZIL (2004-2015).

ABSTRACT: This article aims to analyze the institutional performance of the Federal Supreme Court and the performance of its Ministers in the investigation of criminal investigations initiated in the period 2004 - 2015 against politicians with a federal mandate, both from the executive branch (Presidents and Ministers of State) and of the legislative power (Federal Deputies and Senators), which were assessed under the prerogative of function. The problem examined is to know, on the one hand, whether the number of inquiries opened is completed and within the deadline; and, on the other hand, if there is impartiality or if the position of politicians and parties allied to the president who appointed the appropriate Minister to the position is an element of interference in the judgment of criminal investigations by the latter, considering whether the ministers appointed by the respective presidents of the republic tend to conclude the investigation more favorably to its allies when compared to other actors.

KEYWORDS: STF. Criminal Inquiries. Federal Politicians. Prerogative of function.

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: COMO FICA A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES

Ana Valéria Oribes Dias¹

Fabricia Sônego²

RESUMO: Este texto aborda a temática da saúde mental dos professores e suas consequências durante a pandemia da covid-19. Se caracteriza como um estudo teórico de caráter reflexivo em que a análise apresenta três conceitos que emergiram no estudo e fundamentam a discussão trazida no texto: saúde mental; mal-estar docente; e as consequências da pandemia para os professores. A partir dos conceitos citados é discutida a relação desses com o momento pandêmico e conclui-se que a saúde mental dos professores esteve e está fragilizada frente a situação de emergência sanitária mundial e as incertezas do momento vivido durante a pandemia covid-19.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental docente. Pandemia Covid-19. Educação.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade viveu um momento atípico de forma mundial a partir de uma situação inesperada e que deu origem a uma pandemia. A palavra pandemia consta no dicionário como “doença epidêmica de ampla disseminação” (MICHAELIS, 2021), porém tal definição nunca foi tão utilizada quanto nos anos de 2020 e 2021. Ao final do ano de 2019 surgiu na China um vírus denominado de coronavírus, que se tornou fatal ao ser humano segundo a mídia e corroborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2021). Não havendo medicamentos específicos para tratar a doença num primeiro momento, os meios de conter a transmissão e contaminação entre as pessoas indicados pelas autoridades sanitárias e reafirmados pelos governos foram

1 Instituto Federal Farroupilha, E-mail: avoribesd@gmail.com.

2 Instituto Federal Farroupilha, E-mail: fabriciasonego@gmail.com.

o isolamento social, evitar as aglomerações de pessoas, o uso de máscaras, a higienização frequentes das mãos com água e sabão e uso de álcool em gel (OMS, 2021).

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que vivemos uma pandemia do novo coronavírus, chamado de Sars-Cov-2, que provoca a doença covid-19, assim a pandemia foi definida pelo grande número de pessoas atingidas por uma infecção no mundo. O surto inicialmente detectado na China, na província de Wuhan, em dezembro de 2019, logo se espalhou por 28 países e territórios, sendo a Itália um desses países que apresentou uma forma grave de contaminação. No Brasil o primeiro caso da infecção foi confirmado pelo Ministério da Saúde em 26 de fevereiro de 2020, sendo um brasileiro de 61 anos que estava em viagem pela Itália (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

A partir desse cenário, que foi se agravando significativamente ao longo dos meses, os países - união, estados e municípios - passaram a fomentar discussões sobre quais as medidas que poderiam ser tomadas a fim de diminuir os impactos da situação de crescente elevação do número de pessoas contaminadas pelo vírus. Entre as medidas adotadas pelo Brasil, destaca-se a chamada “Lei da quarentena”, *Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020*, a qual a ementa “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019” (BRASIL, 2020). Entre as medidas previstas na referida lei, e nas demais orientações relativas à esse momento para população no primeiro semestre de 2020, mais especificamente em meados do mês de março; no que se refere à esfera educacional, as escolas foram fechadas temporariamente, sendo que a suspensão das atividades escolares teve o objetivo de efetivar as medidas de contenção da propagação do vírus pelo território nacional. Segundo Saviani e Galvão (2020, p. 37),

Nessas circunstâncias, nos vimos obrigados a entrar em isolamento social como medida preventiva para a contenção da pandemia, adotada com mais ou menos seriedade e compromisso, conforme entendimento de cada governo municipal ou estadual, tendo em vista o abandono do governo federal nas providências que precisariam ser tomadas. Comércio, indústrias e serviços tiveram suas rotinas alteradas e não foi diferente com as escolas, nas quais, logo após o início do ano letivo, as atividades presenciais foram suspensas.

Em vista disso, as relações estabelecidas a partir da suspensão das atividades escolares geraram diferentes interpretações e discussões acerca das condições de realização, acesso e permanência dos estudantes. Muitas dessas discussões giraram em torno das condições vividas pelos estudantes e como foram sendo conduzidas frente a situação de insegurança trazida pela pandemia. Porém, no meio das ações propostas pelas mantenedoras às escolas e a real situação vivida pelos alunos, estavam os professores. Como estavam esses professores? Como seres humanos, como trabalhadores da educação, como afetados pela situação social e histórica que se instaurou de forma repentina no mundo? Por essas, entre outras angústias, justifica-se

a realização deste estudo, a fim de compreender a situação vivida pelos docentes e evidenciar o direito à saúde, em especial a saúde mental e bem estar dos profissionais da educação.

O objetivo da pesquisa foi estudar os impactos causados pela pandemia da covid-19 durante a suspensão das atividades nas escolas, tendo como foco a saúde mental dos professores. Assim, o problema de pesquisa questionou: Qual o estado de saúde mental dos professores, decorrente da pandemia da covid-19? A partir desse questionamento foi realizado o levantamento de interlocutores teóricos que embasaram a pesquisa e que oportunizaram refletir sobre aspectos que interferiram na saúde mental docente, como apresentamos a seguir.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na realização da pesquisa para compreender os impactos da pandemia na saúde mental dos professores desenvolveu-se pelo estudo teórico de caráter reflexivo. O estudo teórico baseou-se em obras atuais de acordo com o momento vivido pela pandemia, uma vez que foram realizadas leituras de artigos científicos que abordam o tema, aproximando a metodologia utilizada com a pesquisa bibliográfica. Para Marconi (2009, p. 183)

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

A partir disso, o estudo buscou respostas para o seguinte problema de pesquisa: Qual o estado de saúde mental dos professores, decorrente da pandemia da covid-19? Para chegarmos a elementos que pudessem conduzir as reflexões acerca desse questionamento, optou-se pela realização da pesquisa com uma abordagem qualitativa, que se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na descrição, compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Assim explica Minayo (2009, p. 21)

Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com os seus semelhantes.

Dessa maneira, esta pesquisa partiu do estudo teórico e buscou refletir acerca da realidade vivida durante o período de pandemia a fim de verificar qual a relação dessa situação com o contexto vivido, enaltecendo os direitos constitucionais em favor da saúde como bem de todos.

Os procedimentos utilizados no estudo foram desenvolvidos da seguinte forma (JUNIOR, 2020):

Levantamento: Neste momento realizou-se a busca de artigos na literatura a partir dos descritores “saúde mental”, “professores” e “pandemia da covid-19” na base de dados escolhida, bem como estabelecemos os critérios de inclusão para seleção do corpus da pesquisa, como: o recorte temporal de 2020 a 2021 (período da pandemia da covid-19); a observância de artigos nacionais; a presença dos três descritores no mesmo artigo; e a temática da saúde mental relacionada especificadamente à docentes.

Revisão: Nesta etapa procedemos com a leitura e sistematização dos elementos dos artigos a partir da leitura do título, palavras-chave e resumos dos artigos catalogados anteriormente a fim de selecionar apenas os artigos que se enquadravam nos critérios indicados. Nessa etapa também foi criada uma tabela com expressões e/ou palavras chave, que serviu de base para análise dos dados.

Análise: Por fim, no momento da análise, nos baseamos na tabulação anterior para apresentar nossas discussões e conclusões preliminares. A análise se baseou na leitura dos artigos catalogados, essa leitura apontou expressões similares, expressões chave que nos levaram à reflexão acerca da questão de pesquisa e fizeram emergir três subtemas que apresentaremos detalhadamente na próxima seção. Ao mesmo tempo que apontamos esses subtemas, trazemos à tona parte do estudo teórico que conduz a reflexão acerca do que emergiu da pesquisa.

O referido estudo foi desenvolvido de março de 2020 até maio de 2021 e se baseou em 05 artigos publicados até maio de 2021, que se enquadraram nos critérios pré-estabelecidos e supracitados.

3 REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA, PROFESSORES E SAÚDE MENTAL

A pandemia da covid-19 trouxe, a toda população, uma situação de incertezas e inseguranças. As informações que chegavam às casas todos os dias pelas diferentes mídias, mostravam uma pandemia que se relacionava diretamente com a vida das pessoas, com a saúde pública. Além dessas incertezas e medos, as questões inerentes à sobrevivência apareceram com grande força, trabalhar e manter a família protegida foi uma das questões chave desse período. Conforme Santos (2020, p. 11) “sujeitos a tantos seres imprevisíveis e todo-poderosos, o ser humano e toda a vida não-humana

de que depende não podem deixar de ser eminentemente frágeis”. E esse sentimento de fragilidade e sobretudo de incerteza permeou a vida em meio a essa situação.

Diante disso, o trabalho nas escolas, o qual não pode ser realizado de forma presencial trouxe à tona ainda mais questionamentos aos docentes, uma vez que esses conheciam as realidades vividas por seus alunos e percebiam que o “ensino remoto”, difundido nesse período, não chegava a todos. Conforme Saviani e Galvão (2020, p. 38-39)

Redes de ensino estaduais e municipais, assim como diversas instituições públicas de ensino superior, lançaram mão do “ensino” remoto para cumprir o calendário escolar e o que se observou de maneira geral foi que as condições mínimas não foram preenchidas para a grande maioria dos alunos e também para uma parcela significativa dos professores, que, no mais das vezes, acabaram arcando com os custos e prejuízos de saúde física e mental decorrentes da intensificação e precarização do trabalho.

Assim, o sentimento de impotência gerado por essa situação aflorou angústias docentes nas áreas pedagógicas e humanas. A saúde mental foi abalada tanto pela vida cotidiana quanto pelas situações do trabalho. Entender que os docentes também precisavam de apoio foi ponto essencial nesse período, a acolhida no contexto da pandemia da covid-19 teve um papel fundamental nesse momento em que os professores se encontram com sua saúde mental afetada. O suporte emocional, a interação acolhedora era o que se necessitava para auxiliar no sofrimento dos professores que se encontram com sua saúde mental fragilizada. Como nos explica Tostes et al. (2018, p. 90), “quando nos referimos ao sofrimento mental dos professores, compreendido por meio de um conjunto de manifestações do corpo e da psique, como estresse, ansiedade, depressão e fadiga, estamos nos dirigindo ao que seria a introdução da expressão contemporânea ‘mal-estar docente’”.

Os professores em decorrência da pandemia tiveram suas atividades nas escolas interrompidas e a interação presencial com colegas e alunos cessaram. Passaram a viver e trabalhar de casa, junto de seus familiares, e acumularam tarefas escolares com a rotina doméstica, as cobranças e a pressão dos governos e da sociedade pelo retorno às atividades presenciais geraram transtornos como estresse, tensão, ansiedade, depressão e fadiga. O depoimento do professor Grabowski (2020, s./p.) traz a tona essa realidade:

Enquanto docente das ciências humanas, estou cada vez mais convicto e seguro, a partir desta experiência de 50 dias de isolamento, de que a educação (inclusive escolar) é uma atividade eminentemente humana que requer a interação entre professor e estudante em ambientes planejados de aprendizagem; que a Ciência e os saberes dela derivados prevalecerão sobre o senso comum vulgar e o obscurantismo da ignorância; que a economia para a vida deve prevalecer sobre a economia do capital, da produção, da exploração da natureza e do consumismo; que a saúde e o meio ambiente devem ser nossa prioridade e nossa principal riqueza a cuidar; que a aprendizagem na escola, resulta da interação de uns com os outros e o seu meio; que a aprendizagem presencial

é insubstituível por qualquer rede virtual; que as tecnologias são ferramentas complementares à ação humana e que, as pessoas devem estar no centro de tudo, e não o mercado.

O professor precisa dessa interação social com o ambiente onde exerce suas atividades, precisa fazer parte do local onde trabalha. O coletivo é um aspecto essencial à esfera educacional como um lugar de aprendizagens, de trocas, entre alunos, professores, colegas, entre o grupo. E é nesse sentido que os professores passaram a sofrer com a pandemia, uma vez que isolados socialmente, isolaram-se também de suas interações espontâneas que fazem a rotina escolar criativa e interativa.

A partir desse movimento vivido pela sociedade, este estudo buscou refletir acerca do cuidado com a saúde mental dos professores e ao mal-estar docente evidenciado nesse período. Para Silva (2021, s./p.)

Qualquer pessoa, independentemente de qualquer característica, deve ter acesso à promoção de sua saúde física e mental, bem como aos tratamentos eventualmente necessários para que se recupere. Significa ainda que o Estado precisa mobilizar recursos e pessoas para assegurar toda uma estrutura em prol disto. No entanto, não podemos ignorar o seguinte fato, que a saúde mental perpassa pela própria colonização do imaginário, frente a concepção do entendido como sendo normal ou patológico no indivíduo. Pois, tal entendimento sobre saúde mental, também é atravessado pelo momento histórico no qual vivemos, delimitado pela fluidez dos vínculos, marca desta sociedade contemporânea, inserida nas próprias características da modernidade, mas também, pela sobrevivência em tempos de covid-19 e futura recessão econômica. Nesse momento, adentramos numa projeção de possíveis transformações que impactarão na sociedade pós-coronavírus.

A saúde é um direito de todos e dever do Estado conforme a nossa Constituição Federal, e ainda mais em um tempo em que a saúde mental é abalada pelo contexto social, histórico e emocional, esse dever do estado se torna mais inerente. Apontar as necessidades dos professores, indicar as situações decorrentes da pandemia da covid-19 é uma forma de buscar esse direito público. Nesse sentido este estudo além de verificar a saúde mental dos educadores, buscou um direito do povo em favor de todos. Nosso foco nesta pesquisa foram os educadores, mas nossa luta é por todas as pessoas que precisam de cuidado no período da pandemia e pós pandemia.

Para Freire (2019, p. 102) “a educação se refaz constantemente na práxis. Para ser tem que estar sendo” e é nesse sentido, buscando um movimento cíclico que se faz uma sociedade verdadeiramente democrática, sociedade esta que busca seus direitos em nome de todos.

Diante desta contextualização inicial e dos artigos analisados, emergiram três temáticas que apresentamos de forma mais detalhada a seguir: saúde mental; mal-estar docente; e as consequências da pandemia para os professores. Tais temáticas apresentaram-se nos textos entrelaçadamente, porém de forma evidente inferem aspectos essenciais para que possamos refletir sobre o estado de saúde

mental dos professores, decorrente da pandemia da covid-19. O estudo mostrou que essas três temáticas são recorrentes nos artigos analisados uma vez que aparecem em expressões semelhantes, expressões-chave que demarcam as temáticas como potenciais discussões para compreensão do momento vivido pelos docentes em relação à saúde mental. Dessa forma, apresentamos a seguir a reflexão acerca desses três subtemas, permeados pelo referencial teórico que em basa este estudo.

3.1 O QUE É SAÚDE MENTAL?

A saúde mental caracteriza-se por todo um conjunto de manifestações do corpo e da mente, como estresse, ansiedade, depressão e fadiga (TOSTES et al., 2018). Pensar sobre saúde mental requer pensar o que significa esse termo. Muitas vezes a expressão é entendida como doença mental ou como loucura, pois falar de medos, angústias, insegurança e sentimentos para alguns é sinal de fraqueza. Assim é necessário compreender o que essas duas palavras significam e como são entendidas segundo a literatura. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) “saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade” (BRASIL, 2017). A saúde mental é um acontecimento psicológico, vivido ao longo da vida cotidiana. Diante disso, podemos apontar que a saúde mental está intrinsecamente relacionada ao estado de saúde, neste caso de sofrimento das pessoas quanto às suas funções psíquicas, ou seja, quanto a sua organização mental como ser humano.

O contexto da pandemia gerada pela doença covid-19 “não apenas desencadeou como agravou processos de adoecimento mental provocados por uma conjuntura de crise generalizada que já vinha ocorrendo em diversas dimensões, como política, econômica, social e cultural” (MENEZES et al., 2020, p. 53) e trouxe a tona o aceleramento dos casos de saúde mental abalada devido às ações de contenção e proteção contra o coronavírus que incluíram desde o isolamento social até o aumento significativo das atividades de trabalho devido ao *home office* e as rotinas domésticas entrelaçadas às atividade de trabalho. Essa situação foi vivida por grande parte da população paralelamente ao sentimento de insegurança e medo causado pela pandemia. Conforme destaca Cruz et al. (2020, p. 328):

Pesquisas recentes indicam a necessidade de monitoramento dos impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental, assim como na implementação de programas controle e prevenção de crises e de quadros importantes de transtornos mentais e do comportamento, tendo em vista a duração do confinamento social, o temor da contaminação, as pressões por sustentação econômica e a necessidade de retorno ao trabalho.

Entre os profissionais afetados estão os professores, os profissionais da educação que por força do isolamento social como medida de prevenir o contágio e disseminação da doença, tiveram alterações em suas rotinas de trabalho e convívio familiar, esses fatores entre outros causadores de sofrimento mental.

Os professores, com a suspensão das atividades presenciais nas escolas, buscaram outras alternativas para atender seus alunos de suas residências com aulas *on-line*, utilizando tecnologias digitais, incluindo em suas rotinas gerenciamento de plataformas de educação *on-line* e grupos em redes sociais digitais. Alguns com pouco ou nenhum conhecimento sobre as ferramentas digitais, fator este que gerou estresse, insatisfação e ansiedade acarretando transtornos a saúde mental desses educadores conforme nos relata Cruz et al. (2020, p. 328) “do ponto de vista da saúde mental, verifica-se a exacerbação sintomas de transtornos de humor, especialmente ansiedade, depressão, além de episódios de pânico, estresse agudo e pós-traumático, não apenas entre os profissionais, mas na população de modo geral”.

Com o início da pandemia, os professores, a comunidade escolar e a sociedade em geral esperavam que a volta às aulas e a normalidade da vida escolar retornariam em poucos dias, mas isso não aconteceu e o prolongamento da pandemia, com mais de um ano de duração, levou a pressão dos pais, da sociedade e dos governos (Federal, Estadual e Municipal) para que os professores retornassem com as aulas presenciais nas escolas. O retorno às atividades presenciais ocorreria em algum momento certamente, porém esse momento exigia que fossem atendidas mínimas condições de segurança, de forma que a comunidade escolar sentisse segurança nesse retorno. Esse entre outros fatores caracterizaram o momento angustiante vivido, sobretudo pelos docentes, que além das atividades presenciais seguiam com atividades remotas e atendimentos em outras ferramentas aos alunos, uma vez que os modelos de ensino híbrido que passaram a ser utilizados mesclavam atividades presenciais na escola para turmas divididas ou reduzidas (devido ao número de alunos e o distanciamento necessário conforme legislações locais) e atividades *on-line* pelas plataformas digitais, além dos cuidados para manutenção da vida e não circulação do vírus no ambiente escolar e na própria residência do docente (SAVIANI & GALVÃO, 2021).

O trabalho do professor em *home office* o fez acumular muitas atividades que se entrelaçaram com a vida cotidiana e doméstica, fazer seu planejamento, preparo das atividades docentes, manusear as mídias digitais muitas vezes sem ter um treinamento e usando de seus próprios recursos como computador, internet e celular, causou uma sobrecarga e tensão na saúde mental dos docentes. Como nos esclarece Souza et al. (2020, p. 24)

A estratégia de retomada das aulas de maneira remota, sem um treinamento adequado e planejamento conveniente para ofertar a continuidade pedagógica aos estudantes, pode ocasionar a sobrecarga de informações, dificuldades na adaptação e na capacitação dos professores. Esses novos desafios impostos tendem a desencadear mal-estar físico e mental, surgindo sintomas como estresse, fadiga, ansiedade e depressão, o que repercute em prejuízos à saúde desses profissionais.

A saúde mental dos profissionais da educação vem sendo afetada mesmo antes do período pandêmico, mas com o evento da pandemia deu-se o seu agravamento com suas restrições, limitações e imposições, que resultaram em uma mudança de comportamento, de isolamento de um profissional que tem em sua rotina de trabalho o contato com várias pessoas, entre eles alunos, colegas, pais, gestores e toda uma vivência que envolve a comunidade escolar, neste contexto a saúde mental dos docentes merece cuidados. Como destaca Pereira et al. (2020, p. 31)

Vale frisar que o cuidado com a saúde mental dos educadores precisa ser levado a sério, como também, precisa ser considerado como um elemento crucial na elaboração de medidas tanto para as atuais condições de trabalho em formato home office, como para os planos de ação e estratégias para o retorno das aulas presenciais nas escolas.

Pensar no professor e na carga de trabalho que esse desempenha decorrente das ações da pandemia é pensar sobre sua saúde mental. É possibilitar qualidade de vida ao profissional e qualidade da educação que ocorre em decorrência disso. Planejar, criar estratégias, cuidar do professor são ações necessárias, ou melhor, intrínsecas ao momento vivido. A atenção à saúde mental do profissional da educação foi um dos aspectos evidenciados pela pesquisa e que é intrínseco à situação vivida durante a pandemia da covid-19 como forma de preservar o bem-estar docente.

3.2 O QUE É MAL-ESTAR DOCENTE?

O mal-estar docente se caracteriza por fatores que influenciam negativamente no desempenho das atividades do professor, afetando o aspecto psicológico e causando sofrimento mental. Esses fatores segundo TOLFO (2017, p. 27) são “cansaço, desânimo pela profissão, políticas inclusivas, falta de recursos adequados, a pouca qualificação, a precarização do trabalho docente, entre outros”. Já a psicanálise conceitua o termo mal-estar “quando se refere ao adoecimento psíquico” (PACHIEGA, MILANI, 2020, p.222). Destacamos ainda que “o mal-estar docente como um conjunto de consequências negativas que afetariam o professor a partir da ação combinada das condições psicológicas e sociais em que exerce a docência, devido a mudança social acelerada” (Esteve apud TOLFO, 2017, p.56). Diante dos conceitos trazidos pelos autores percebe-se que o mal-estar docente se caracteriza por uma dor característica dos professores devido a fatores internos e externos de sua profissão.

Para o bom desempenho das atividades docentes, do ensino e da aprendizagem, o professor necessita de equilíbrio na sua saúde mental e emocional. Pesquisas revelam que mesmo antes da pandemia Covid-19 os docentes passavam por alterações comportamentais no desempenho da prática docente (ANDRADE & CARDOSO, 2012), (DIEHL & MARIN, 2016), (TOSTES et al., 2018). Para Pachiega e Milani (2020, p. 221) os “educadores brasileiros passam por alterações comportamentais e emocionais durante a prática docente, chegando aos limites da psicopatologia e

do adoecer, principalmente nos diagnósticos de estresse, ansiedade e síndrome de *Burnout*". Esse fato traz à tona a presença do mal-estar docente na rotina dos profissionais de educação e leva a inferir que tal situação precede a pandemia da covid-19.

Para compreender o que representa de fato o mal-estar doente se faz necessário primeiro entender o que é trabalho docente. Tolfo (2017) apresenta um conceito de trabalho docente que se faz necessário trazer a conhecimento para a melhor compreensão o porquê do mal-estar docente, no qual destaca que o mesmo compreende "uma complexa rede de relações que extrapola a atuação profissional e considera as subjetividades dos envolvidos nesse processo, sendo aspectos determinantes da profissão, bem como os reflexos que a precarização do trabalho docente traz aos professores" (TOLFO, 2017, p. 30). Assim, o trabalho docente engloba as subjetividades do professor que relacionam aspectos implícitos a sua atuação e aspectos de sua subjetividade como ser humano. Vai além das atividades de sala de aula ou ensino formal, voltando aos saberes docentes e sobretudo sobre a trajetória de vida que constitui o professor. Dessa forma o professor é antes de mais nada, ser humano.

Com a declaração da pandemia da covid-19 e a necessidade de isolamento social houve a suspensão das aulas e a forma de trabalho dos professores sofreram alterações, "nesse momento, as formas de trabalho do docente e das instituições educacionais foram sendo revistas, renovadas, alteradas e sobretudo, repensados sob a ótica dos padrões até então praticados" (PACHIEGA & MILANI, 2020 p. 221). Esse fato acarretou situações de ansiedade, insegurança e mal-estar por se tratar de uma situação que remete ao cuidado com a vida.

Pachiega e Milani, (2020, p. 227) destacam outros fatores que contribuem com o mal-estar docente durante a pandemia da covid-19 como "lidar com a tecnologia, a distância física dos alunos e do ambiente escolar, as inovações pedagógicas e as adaptações didáticas, além de tantos outros fatores adjacentes a essas mudanças". Tais fatores intensificam a situação de mal-estar, trazendo à tona novos aspectos relacionados às tecnologias da comunicação e da informação aplicados à educação. Convém destacar que o mal-estar docente presente antes da pandemia, assemelha-se nas situações vividas pelos professores que remetem a desvalorização profissional e que nesse momento pandêmico são aguçados por outros aspectos inerentes ao momento histórico vivido, como a utilização dos meios tecnológicos.

Tolfo (2017, p. 89) destaca os elementos identificados como intensificadores do mal-estar docente como "descaso e falta de investimentos do governo no que diz respeito às condições de trabalho (infraestrutura e materiais), gerando um ambiente pouco favorável à atuação docente". Esta realidade faz parte de algumas escolas públicas que nem sempre dispõe de condições estruturais (conservação do prédio, ginásio, sala de aula, sala de informática, laboratório, biblioteca, sala de professores, banheiros, refeitório etc.) e recursos materiais (mesa, cadeira, lousa, copiadora, impressora, computador, giz, folhas, livros didáticos, materiais pedagógicos etc.) adequados para o professor desenvolver seu trabalho pedagógico. Estas condições de falta de recursos leva o professor a perceber a desvalorização pelos órgãos gover-

namentais que são os responsáveis pela manutenção das escolas públicas, (entidades mantenedoras estaduais e municipais), “a infraestrutura interfere no surgimento do sofrimento psíquico de professores porque se cria um campo de tensão entre o senso de desvalorização profissional, com déficit de recursos, que poderiam aprimorar as condições de trabalho e o ato do ensino” (TOLFO, 2017, p. 92).

No contexto da pandemia da covid-19 as condições de infraestrutura e materiais afetaram os professores que estiveram trabalhando de casa com recursos próprios sem ajuda dos órgãos governamentais uma vez que a mudança brusca na rotina docente “se caracteriza pela penetração insidiosa do trabalho em todos os espaços e momentos de seu cotidiano, não importando que seus empregadores [...] não lhes tenham garantido estrutura para o teletrabalho (Zaidan & Galvão apud PEREIRA et al., 2020, p. 29).

Vivenciando a pandemia com a nova “formulação” do trabalho docente através de meios digitais e da forma remota, os professores experimentam novas relações interpessoais. Relações essas muitas vezes entrelaçadas com as relações familiares, visto que os espaços não foram mais fisicamente distintos. Os professores se viram induzidos a “rever conceitos, reconfigurar ações e gestos, vivenciando os espaços virtuais como algo atual e presente nas relações de trabalho e convívio pessoal” (SOUZA, 2020, p. 1-24).

Embora o professor trabalhasse de casa e passasse a conviver mais com sua família essa nova situação também gerou sofrimento mental, pois passou a dividir sua família com seus alunos durante suas aulas *on-line*, podendo sofrer interferências de familiares durante a transmissão de suas aulas ou reuniões, o que pode lhe causar tensões, em especial as mulheres professoras como nos detalha Souza (2020, s./p.) “foi preciso reaprender a ensinar diante das dificuldades de adaptação às novas tecnologias, com treinamento insuficiente, concomitante ao cotidiano de ser mãe, esposa, dona de casa e professora ao mesmo tempo”.

O professor sempre trouxe trabalho da escola para casa, planejamentos, leituras, pesquisas, correção de atividades, e todas as tarefas que não se tem tempo de exercer na escola, mas neste período pandêmico o professor está vivenciando uma experiência única, pois parte da escola está em sua casa, e este professor queixa-se que de sobrecarga de trabalho. Como nos explica Pereira, Santos, Manenti (2020, p. 27)

Essa conjuntura não se instala com a Pandemia, antes disso, é consequência do acirramento de forças conservadoras e neoliberais na política brasileira, que esmaece as fronteiras do público e privado, ao passo que fortalece à exploração da mão-de obra, que Zaidan e Galvão (2020) nomeiam como a superexploração da força de trabalho, visto que o trabalho passa a fazer parte de todos os momentos do cotidiano das professoras e professores, sem que os mesmos possam computar formalmente as horas extras ou até mesmo serem preparados para utilizarem as ferramentas para as aulas remotas. A pandemia então escancara essa nova conjuntura, a qual buscamos desvelar.

A pandemia revelou ou escondeu um quantitativo de trabalho extra inerente à rotina docente. Inerente porque se constrói no dia a dia, no lar, na família e essa relação entre família e trabalho confunde-se numa exploração assumida que causa sofrimento pela ausência de outra alternativa no momento vivido.

O mal-estar docente foi mais um aspecto evidenciado pela pesquisa e que infere que o professor é um profissional que procurou se reinventar e buscar reconfigurações do seu trabalho para garantir o direito à educação de seus alunos, mesmo que isso signifique um sofrimento psíquico, um mal-estar docente. 3

3.3 QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA PARA OS PROFESSORES?

A pandemia da covid-19 acarretou situações e consequências que poderão ser sentidas a curto, médio e longo prazo na vida dos professores, na sua saúde física e mental e na vida profissional. As respostas adaptativas a essa situação englobam o medo, o estresse, as mudanças de rotina devido a infecção causada pelo vírus nos locais de trabalho, de convívio familiar, espaços sociais (CRUZ, 2020).

A preocupação com a contaminação com o vírus que causa a doença covid-19 levou a comunidade escolar a refletir sobre formas de retorno escolar presencial. Esse retorno, em meio a pandemia aguçou o sentimento de mal-estar docente como já mencionado neste texto. Como podemos observar por meio de Cruz (2020, p. 338)

Os principais achados mostraram que os docentes estão preocupados com a exposição ao novo coronavírus e a maioria está em isolamento social e com baixa expectativa de retorno ao trabalho. Além disso, as alterações na saúde mental mais frequentes nos docentes foram a ansiedade e a depressão, com maiores chances de desenvolver estes problemas os docentes do sexo feminino, com faixa etária de 46 à 56 anos e solteiros.

As características citadas podem ser sutis, mas são exacerbadas após a vivência da pandemia, alterações na saúde mental que levam ao mal-estar docente e se caracterizam como consequências da pandemia na rotina docente. Uma sequência de fatores e situações comumente descritas na literatura pesquisada.

A pandemia impactou a rotina de toda a população, de um modo geral todos tiveram que mudar seus hábitos e isso inclui desde ações simples como com o uso de máscaras, lavar as mãos com frequência etc., acarretando tensão e ansiedade. Com os professores esses fatos não foram diferentes, como nos explica Rocha e Rosseto (2020, p. 4-5)

Ao se considerar que um evento de pandemia produz alterações significativas na realidade dos indivíduos, quadros patológicos compatíveis com os diagnósticos de transtornos ansiosos e de humor podem ter se intensificado. Dentro desse aspecto, é esperado perceber como as complicações para a

execução das mediações pedagógicas pelos professores, em tempos de isolamento social, pode ter afetado o estado mental dos mesmos.

Essa constatação demonstra que as consequências da pandemia não serão vistas apenas a curto prazo, mas que certamente deixarão marcas nas pessoas e sobretudo nos profissionais da educação, como vimos destacando neste estudo. Isso significa que a pandemia do novo coronavírus trouxe várias influências e reconfigurações na vida das pessoas e dos professores, na saúde biológica e psíquica, nas profissões e relações entre os indivíduos, esses impactos merecem atenção e estudos futuros, como nos relata Cipriano e Almeida (2020, p. 04)

A reconfiguração social e espacial do ser humano em tempos de pandemia do SarsCoV-2, trouxe inúmeros pontos de discussão dentro da saúde biológica das pessoas, bem como, daquilo que chamamos como a psique do indivíduo, neste sentido, discutimos que a covid-19 trouxe para quaisquer profissões ou no sistema de relações humanas uma espécie de privação da formação afetiva e profissional, contudo, este contexto social é de certa forma novo e com isso dentro do ponto de vista acadêmico é necessário que seja alvo de maiores análises.

A colocação de Cipriano e Almeida (2020) corrobora a ideia que trazemos aqui de que a pandemia deixará rastros nos seres humanos e não poderá ser entendida como uma fase histórica, mas sim como uma catástrofe social, histórica e emocional.

Aliado as consequências citadas, é evidente na literatura que o momento pandêmico trouxe à tona questões específicas da “nova rotina” docente e que influenciam fortemente a saúde mental do professor, uma vez que esse se preocupa com todo contexto de proteção e cuidado a vida, mas também à oferta, ao acesso e a permanência de seus alunos à uma educação de qualidade. Nesse sentido percebe-se que um fator presente neste momento remete aos serviços de internet, de infraestrutura precária que influenciam na logística das aulas remotas. Este fator ou fato traz aos professores, estresse, cansaço mental, ansiedade e privação do sono, uma vez que não conseguem realizar todas as atividades que planejam com seus alunos pois o sinal de internet é interrompido ou é “fraco” e em alguns casos seus alunos não possuem serviços de internet com wi-fi, acessando as aulas pelo celular com internet limitada, ou por falta de estrutura técnica (rede inexistente na localidade onde moram) ou pelo alto custo deste serviço. Cipriano e Almeida (2020, p. 05) destacam que

Quando comparamos a precariedade do serviço de internet compatível com a necessidade educacional, a privação das relações presenciais nos ambientes escolares e o isolamento social, podemos, ver que professores e alunos estão sendo prejudicados neste processo. O educador pela alta carga de trabalho e com uma estrutura com qualidade não adequada e o estudante por não exercer de forma cidadã o seu direito de assistir as aulas por meio do ensino remoto, são prejudicados por conta da baixa qualidade da conexão,

gerando para ambos o estresse emocional, sentimento de impotência e de autorresponsabilização.

Sobre o uso das mídias digitais pelos professores e alunos, notamos que apesar de todos os esforços disponibilizados pelos professores para ensinar de maneira virtual, eles não conseguiram atingir todos os alunos por problemas que estão fora de seu alcance, a falta de estrutura de *internet* e a exclusão digital. É notável a necessidade de investimento pelos governos em programas de políticas públicas que promovam o acesso e a permanência aos alunos em tempos de pandemia e pós-pandemia, mas, sobretudo, que garantam e preservem a saúde psicológica e o autocuidado para os profissionais da educação.

As consequências da pandemia para os professores, terceiro aspecto apontado pelo estudo, enaltece as questões de cuidado ao ser humano, à saúde do corpo e da mente, sendo essa permeada pelos sentimentos de insegurança e incerteza tanto da vida do professor quanto a sua busca pela qualidade da educação, a qual envolve acesso e permanência do aluno na educação, fator evidente como exacerbador do adoecimento mental docente durante a pandemia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento realizado neste estudo partiu da busca de informações sobre a temática da saúde mental dos professores frente à pandemia. A situação marcante e que juntamente com a pandemia, justificam este estudo, foi que as escolas suspenderam suas atividades de forma presencial e com isso os alunos e professores foram para casa, “se proteger” a fim de evitar a transmissão e a infecção pelo coronavírus. Essa medida de proteção gerou angústia e dificuldades na realização das atividades laborais, favorecendo o adoecimento mental docente.

Diante disso, o estudo apontou três questões que aguçaram o adoecimento mental docente, entre elas: a saúde mental fragilizada, fato esse evidenciado pelos interlocutores teóricos como situação vivida por grande parte da população durante a pandemia; o mal-estar docente, que afetou de forma específica os professores e que mesmo existindo antes da pandemia, foi exacerbado nesse período devido às inseguranças e incertezas características do período pandêmico; e as consequências da pandemia da covid-19 para os professores que envolveram questões como medo, estresse, mudanças de rotina.

Por fim, mas não como conclusão do estudo, visto que não pretendemos esgotar as discussões a respeito da saúde mental dos professores durante a pandemia, buscamos responder nosso problema de pesquisa: Qual o estado de saúde mental dos professores, decorrente da pandemia da covid-19? Constatamos que o estado de saúde mental dos professores decorrente da pandemia encontra-se fragilizado. Tal fragilidade, como vimos destacando, se dá devido a alguns fatores como alterações importantes na rotina tanto de trabalho, como familiar; sobrecarga de trabalho, re-

formulação na forma de trabalhar, incluindo nesse processo as tecnologias digitais; tensão e sofrimento mental decorrentes de questões que estão fora de seu alcance, como serviços precários de *internet* e falta de acesso às aulas pelos seus alunos, contaminação pelo vírus Sars-Cov-2, a alta letalidade que a doença covid-19; medo da transmissão e contaminação pelo vírus; transtorno de humor, ansiedade, depressão, síndrome do pânico, estresse agudo e pós-traumático.

A saúde mental fragilizada dos docentes se manteve durante o período pandêmico frente a instabilidade das ações realizadas pelos governos, a indefinição quanto ao retorno das aulas presenciais, a insegurança gerada por esse momento, o agravamento da pandemia, a restrição de contato presencial com colegas e alunos, entre outros aspectos. É evidente que os fatores psicológicos e sociais afetaram diretamente o trabalho docente devido ao fator subjetivo envolvido e mantiveram abalada a saúde mental de todos os profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei 13.979/2020*. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13979&ano=2020&ato=fe8Mzaq1EMZpWT445>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Biblioteca virtual em saúde*. “Saúde mental no trabalho” é tema do Dia Mundial da Saúde Mental 2017, comemorado em 10 de outubro. Disponível em: www.saude.gov.br. Acesso em: 29 mai. 2021.

CIPRIANO, Jonathan A.; ALMEIDA, Leila C. C. S. Educação em tempos de pandemia: análises e implicações na saúde mental do professor e aluno. *Anais VII CONEDU - Edição Online*. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68417>. Acesso em: 25 jun. 2021.

CRUZ, Roberto M.; ROCHA, Ricelli E. R. da.; ANDREONI, Solange; PESCA, Andrea D. *Retorno ao trabalho?* Indicadores de saúde mental em professores durante a pandemia da COVID-19. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/66964>. Acesso em: 26 abr. 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 71 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2019.

GRABOWSKI, Gabriel. *A experiência da pandemia e a educação*. Disponível em: <https://www.sinprocaxias.com.br/noticias/clipping/a-experiencia-da-pandemia-e-a-educacao.html>. Acesso em: 05 fev. 2021.

JUNIOR, Francisco P. de P. As pesquisas recentes sobre o ensino remoto. In: *Ensino remoto em debate*. 1. ed. Belém: RFB Editora, 2020. Disponível em: www.rfbeditora.com. Acesso em: 03 jun. 2021.

MARCONI, Lakatos. *Fundamentos de Metodologia*. RJ. Ed. Vozes, 2009.

MENEZES, Kelly M. G.; MARTILIS, Luiz F. de S.; MENDES, Virzangela P. S. Os impactos do ensino remoto para a saúde mental do trabalhador docente em tempos de pandemia. In: *Pandemia da COVID-19: trabalho e saúde docente*. UNIVERSIDADE E SOCIEDADE 67, ANDES-SN, janeiro de 2021. Disponível em: <file:///E:/Livro%20pandemia.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2021.

MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MINAYO, Maria C. de S. (org.). *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OMS. *Organização Mundial de Saúde*, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/portuguese/countries/bra/pt/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

PACHIEGA, Michel D.; MILANI, Débora R. da C. *Pandemia, as reinvenções educacionais e o mal-estar docente: uma contribuição sob a ótica psicanalítica*. *Dialogia*, São Paulo, nº 36, p. 220-234, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/download/18323/8712>. Acesso em: 25 jun. 2021.

PEREIRA, Hortência P.; SANTOS, Fábio V.; MANENTI, Mariana A. *Saúde mental de docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas*. Disponível em: [file:///C:/Users/humbe/Downloads/6701-25564-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/humbe/Downloads/6701-25564-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: 03 mai. 2020.

ROCHA, Geovane dos S. da.; ROSSATO, Elisabeth. Saúde mental de professores em contexto de pandemia. *III Seminário Nacional de Pesquisa em Educação*. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/SENPE/article/download/14705/9750/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. EDIÇÕES ALMEDINA, S.A. Coimbra, Portugal, 2020.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. *Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto*. *Universidade e Sociedade*, ano XXXI, nº 67, 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

SILVA, Aline. Educação em tempos de quarentena. *Revista BSBMACK*, nº 8 - Junho de 2020. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/1-mackenzie/faculdades/brasil/2020/Revistas/Revista_BSBMack_8_-_Educa%C3%A7%C3%A3o_em_tempos_de_quarentena.pdf. Acesso em: 06 fev. 2021.

SOUZA, Jeane B.; HEIDEMANN, Ivonete T. S. B.; BITENCOURT, Julia V. O. V.; AGUIAR, Denise C. M.; VENDRUSCOLO, Carine; VITALE, Maria S. S. Enfrentamento da COVID-19 e as possibilidades para promover a saúde: diálogos com professores. *Revista De Enfermagem Da UFSM*, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/61363>. Acesso em: 28 mai. 2021.

TOLFO, Silvia R. B. *Organização do trabalho escolar e o mal estar dos professores: o desafio de integrar pessoas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, 2017.

TOSTES, Maria Vaz; ALBUQUERQUE, Guilherme S. C. de.; SILVA, Marcelo J. de S.; PETTERLE, Ricardo R. Sofrimento mental de professores do ensino público. *Saúde em Debate*, vol. 42, nº 116, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2021.

VEJA. *OMS decreta pandemia do novo coronavírus*. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em: 08 fev. 2021.

EDUCATION IN TIMES OF PANDEMIC: HOW TEACHERS' MENTAL HEALTH IS

ABSTRACT: This text addresses the theme of teachers' mental health and its consequences during the Covid-19 pandemic. It is characterized as a theoretical study of reflexive character in which the analysis presents three concepts that emerged in the study and ground the discussion brought in the text: mental health; teacher malaise; and the consequences of the pandemic for teachers. Based on the concepts mentioned, the relationship between these and the pandemic moment is discussed and it is concluded that the mental health of teachers was and is weakened in the face of the global health emergency situation and the uncertainties of the moment experienced during the Covid-19 pandemic.

Keywords: Teacher mental health. Pandemic Covid-19. Education.

EDUCACIÓN EN TIEMPOS DE PANDEMIA: CÓMO ES LA SALUD MENTAL DE LOS MAESTROS

RESUMEN: Este texto aborda el tema de la salud mental de los docentes y sus consecuencias durante la pandemia de Covid-19. Se caracteriza por ser un estudio teórico de carácter reflexivo en el que el análisis presenta tres conceptos que surgieron en el estudio y fundamentaron la discusión traída en el texto: salud mental; malestar del maestro; y las consecuencias de la pandemia para los docentes. A partir de los conceptos mencionados, se discute la relación entre estos y el momento de pandemia y se concluye que la salud mental de los docentes se debilitó y se debilita ante la situación de emergencia sanitaria mundial y las incertidumbres del momento vivido durante la pandemia de Covid-19.

Palabras clave: Salud mental del profesor. Pandemia Covid-19. Educación.

TRANSGRESSÃO SENSÍVEL: A HISTÓRIA E AS CIÊNCIAS HUMANAS NAS MARGENS DA FICÇÃO

Lucas Florianovitch¹
Fernando Vojniak²

RESUMO: O presente artigo consiste de uma reflexão sobre importantes noções contemporâneas de ficção, suas implicações, de maneira geral, na vida e nas ciências humanas, e, particularmente, na produção do conhecimento histórico. Para tanto, analisamos as definições de ficção elaboradas por Wolfgang Iser e Jacques Rancière, a partir de seus textos e de estudos especializados sobre suas obras e sobre teoria da história, e o modo como, na relação entre os autores, é possível pensar a ficção como construção/transgressão das realidades, especialmente quando se considera a interdependência entre realidade e ficção.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências Humanas; Ficção; Realidade; Jacques Rancière (1940); Wolfgang Iser (1926-2007).

1 INTRODUÇÃO

Os clássicos *Meta-História* e *Trópicos do Discurso*, de Hayden White (1928-2018), ambos publicados ainda na década de 1970, são obras elementares para os estudos de teoria e metodologia da história. (WHITE, 2008; WHITE, 1994). Elas consagraram ao autor uma cadeira na primeira fila do debate contemporâneo sobre a escrita da história, tanto pela força provocativa de suas análises, quanto pela polêmica talvez demasiado superlativa desencadeada como reação às suas considerações em torno do parentesco entre história e literatura ou entre história e ficção, na medida em que elas problematizaram as condições narrativas e ficcionais do discurso histórico. Para White, história e literatura, ciência histórica

1 Graduado em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Mestre em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH - UFFS). E-mail: lucas.florianovitch@gmail.com.

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul. Atua na graduação em História e no PPGICH. E-mail: fernando.vojniak@uffs.edu.br.

e ficção, não são formas de conhecimento do mundo assimétricas, mas construções narrativas da realidade, que têm em comum o fato de se estruturarem narrativamente. Dentre as grandes polêmicas geradas pela obra do historiador estadunidense, para além da aproximação dos fazeres historiográficos e artísticos, está a consideração de que a história contém, em alguma medida, aspectos literários, imaginativos e ficcionais (ALBUQUERQUE JR., 2007). Diante dessa afirmação, não foram poucas as vozes que denunciaram uma invasão literária na história, assim como foram diversas as acusações de que, ao se pensar a história como uma espécie de ficção próxima da ficção literária, se estaria rebaixando epistemologicamente e cientificamente o campo historiográfico (ALBUQUERQUE JR., 2019).

Para muitos, essa querela é ponto pacífico, mas a ojeriza ao debate ainda é vista com alguma frequência nos meios acadêmicos. Nesse sentido, o presente artigo busca retomar esse debate no estabelecimento de um diálogo entre duas contribuições de autores não historiadores. Se o debate das relações entre história e ficção mais acalorado e mais recente ainda pode ser remetido a historiadores clássicos como Hayden White, passando por David Carr, Allan Megill e Frank Ankersmit nas décadas de 1980 a 2000, as contribuições da teoria literária na figura de Wolfgang Iser e da filosofia na obra de Jacques Rancière merecem atenção por dois motivos: de um lado, a baixa circulação das contribuições da teoria literária entre os historiadores nesse debate, e, de outro, a circulação ainda tímida do pensamento de Rancière na teoria da história, considerando a importância e a centralidade que o autor vem ganhando no pensamento filosófico, estético e político contemporâneo, além de que uma parte considerável de sua obra é voltada à crítica da escrita da história, especialmente seu trabalho com os arquivos da história do movimento operário francês, em que apresenta, entre outras, críticas à história social. Há bastante tempo e amplamente traduzida no Brasil, a obra de Rancière é conhecida e discutida, sobretudo, na filosofia, na política e nas artes, entretanto, sua contribuição à crítica da escrita da história ainda merece maior atenção. Visualizado há bastante tempo, podendo ser remetido sobretudo à publicação do livro *Os nomes da história* (1992) – estudo clássico que, neste ano de 2022, completa 30 anos de seu aparecimento – o lado historiador ou crítico da história de Jacques Rancière pode ser observado mesmo nas suas críticas à história social nos anos 1970 e 1980, porém os temas da estética e da ficção ganharam robustez somente nos anos 1990 e 2000, ainda que não estivessem desconectados destes estudos anteriores.

Acreditamos que esse debate merece atenção pela necessidade de recuperação de um pensamento que, não obstante datado ainda ecoa nos dias atuais – como são as considerações de White e Iser – e de um pensamento em franca produção e circulação como é o caso de Rancière. Dado que a afirmação de que a história seria também uma forma de ficção é um dos pontos de maior contestação e aversão à obra White, como extensão do debate, propomos, por meio das considerações de Iser e Rancière, analisar outros olhares sobre a noção

de ficção. Trata-se de uma aproximação um pouco improvável, reconhecemos, sobretudo porque envolve duas obras um pouco distantes, mas suas considerações estão longe de serem antitéticas e são, especialmente, não provenientes do campo historiográfico no que diz respeito ao debate sobre a ficção, não porque este último seja insuficiente para pensar questão tão complexa, mas porque consideramos necessário trazer outros autores para o debate, em busca do permanente aprofundamento da análise da relação entre ficção e realidade a partir da hipótese de que a ficção é uma forma de constituição da realidade, além de ser a forma como se compreende e se constrói essa realidade na vida, nas Ciências Humanas e na História, assim como na Arte, na Literatura e em muitas outras áreas de produção do saber.

Para Iser (1999), mais do que uma forma não real de interpretação e conhecimento do mundo, a ficção apresenta-se como uma estrutura antropológica constituinte da própria capacidade do ser humano de se conhecer e de se autorrepresentar em outras palavras, para o autor, a ficção é uma instância de ligação, projeção e criação a partir da interação entre o real e o imaginário, entre o mundo textual e o extratextual, cujo objetivo é tanto a criação da(s) realidade(s), quanto a sua própria transgressão (ISER, 1999). Para Jacques Rancière, a ficção é uma ferramenta responsável pela desordenação das partilhas do sensível,³ de forma que a alteração de uma cosmologia ficcional altera a própria cosmologia social, altera as relações entre conceito e realidade, entre parecer e ser. Para Rancière, a ficção, especialmente a ficção do regime estético, também tem um poder de transgressão.

Assim, a partir das contribuições de Jacques Rancière e Wolfgang Iser, pretendemos demonstrar a ficção como instância criadora do entendimento do ser humano e de sua realidade, marcada pelo papel transgressor que lhe cabe: ultrapassar, modificar e desordenar as realidades que pensamos solidamente estabelecidas, principalmente, no campo das Ciências Humanas. Pretendemos, inspirados por estes outros olhares sobre a noção de ficção, questionar a oposição, estabelecida ainda por Platão, entre ficção e realidade, buscando demonstrar as condições que sugerem a interdependência entre ambas, assim como visamos desvincular da palavra ficção as interpretações que a tomam como mentira, falsificação ou invenção dos fatos e que acabam por opor muitos historiadores à aproximação saudável com a literatura que vem sendo experimentada desde o século passado.

3 No livro *A Partilha do Sensível: estética e política*, Rancière define a partilha do sensível como “[...] o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” (RANCIÈRE, 2009, p. 15, grifos do autor).

2 CONHECIMENTO HISTÓRICO E FICÇÃO: BREVE APRESENTAÇÃO

A aproximação entre história e literatura durante a década de 1970, a partir da *virada linguística*, faz parte do processo de conciliação entre a arte e a ciência, a literatura e a história, separadas durante as décadas finais do século XIX (ANKERSMIT, 2012; WHITE, 1994). No processo de cientificação e formação de disciplinas do período, segundo o historiador e filósofo neerlandês Frank Ankersmit, arte e ciência são separadas por uma linha clara e intransponível, ao menos até as reviravoltas epistemológicas da segunda metade do século XX. No século XIX, para que se transformasse em ciência, a história teve de abandonar as estreitas relações que mantinha com a literatura, em nome da objetividade e criação da “Verdade Universal Científica” (ANKERSMIT, 2012). A literatura, não podendo ou desejando acompanhar o mesmo processo, fica de fora do campo científico; no campo “oposto” ao da Ciência/Verdade, coube à literatura se “limitar” a trabalhar com a ficção. Em prol de seu caráter e beleza artísticos, sua sensibilidade e liberdade, a literatura é excluída como fonte confiável para a definição da “Verdade” sobre o real/realidade.

Na esteira da *Verwissenschaftlichung* (cientificação) da história, no séc. XIX, historiadores como Leopold von Ranke (1795–1886) passaram a reivindicar uma escrita histórica voltada à verdade e à instrução da humanidade (MEGILL, 2016). Nessa perspectiva, a função do historiador deixa de ser a retirada de lições morais do passado, a história como repetição e exemplo, tal como a compreensão da *história como mestra da vida - historia magistra vitae* - como bem demonstrou François Hartog (2013, p. 102-103) a partir do pensamento de Reinhart Koselleck (1923-2006), e passa a ser o mostrar e o contar o passado como *realmente aconteceu*, daí a grande defesa das fontes visualizada no historicismo rankiano, ainda que a defesa do compromisso da história com a verdade dos fatos, com a objetividade e o apartidarismo não significou para Rank a recusa da imaginação e a presença da subjetividade no trabalho do historiador (BENTIVOGLIO, 2010, p. 138). De todo o modo, a influência de Rank no historicismo da segunda metade do século XIX exigiu a transformação da história, conforme o professor do Departamento de História da Universidade de Virgínia, Allan Megill (2016), em um empreendimento coletivo, que buscava a convergência dos historiadores em prol da construção de uma história única e universal ainda não contada, reveladora do real significado da mudança histórica. Em suma,

o impulso de Ranke e de incontáveis historiadores depois dele foi o de remover da história a rubrica da retórica e classificá-la como, fundamentalmente, uma busca científica (a busca pela história também foi definida como essencialmente masculina, como Bonnie Smith tem mostrado). Entretanto, com o advento do que hoje consideramos pré-romantismo e romantismo, a literatura passou a ser vista em muitos lugares como tendo uma especial preocupação com o subjetivo e o pessoal, uma mudança que tendeu a colocá-la

em uma distância maior da história na tradição disciplinar rankiana, a qual estava preocupada com o público e o político (MALERBA, 2016, p. 266)

A *virada linguística*, assim como a obra de autores como Michel de Certeau e Paul Ricoeur, e a do próprio Hayden White, constituem uma contribuição fundamental para o questionamento desse caráter científico, impessoal e não subjetivo reivindicado pelo historiador ao fabricar sua verdade sobre o passado (WHITE, 2008). Ao colocar a cientificidade da história em questão, o debate promovido por esses autores e escolas acabou por questionar a demarcação excludente feita entre história e literatura, ou entre arte e ciência, pelos historicistas do século XIX, a despeito de Rank ter considerado a história também como uma arte em seu famoso texto *Sobre o caráter da ciência histórica* ao dizer que “a história distingue-se de todas as outras ciências por ser também uma arte”, porque ela é científica ao coletar, buscar e investigar, e artística porque “requer habilidade para recriar” (RANK apud BENTIVOGLIO, 2010, p. 141).

Em todo o caso, a tática fabiana⁴ dos historicistas não impediu que sua prática conferisse um caráter cientificista à história que marcou especialmente a produção historiográfica no último quartel do século XIX, mas continuou determinando grande parte do trabalho historiográfico ao longo do século XX, especialmente a primeira metade. Nesse período, a hierarquização entre história e literatura postulou, de um lado, a demarcação do campo histórico como representante e investigador do real e, de outro, a literatura como representante do imaginário e do ficcional, muito especialmente em decorrência da rejeição ao romantismo presente no realismo histórico de Rank e de outros historicistas como Humboldt (WHITE, 2008).

Ao perceber a história como uma forma de linguagem e discurso próprio para tratar do passado, a crítica ao historicismo evidencia o peso da escrita na produção historiográfica (WHITE, 1994), implicando a reaproximação dos campos da história e da literatura como epistemologias, dado que ambos constroem de forma muito semelhante seu conhecimento acerca do “mundo” e da realidade que o envolve, apesar de possuírem regras e parâmetros de validação distintos.

Como indicado por Albuquerque Jr. (2019), desde os iluministas ensaiava-se uma separação radical entre fato e ficção, mas somente com o advento da ciência e do método científico foi possível separar arte e ciência como representantes de

4 “Por mais de um século, muitos historiadores acharam útil empregar uma tática fabiana contra críticos em campos afins do labor intelectual. A tática funciona mais ou menos desta maneira: quando os cientistas sociais lhe criticam a amenidade do método, a imperfeição do sistema de metáforas ou a ambigüidade das pressuposições sociológicas e psicológicas, o historiador responde que a história jamais reivindicou o *status* de ciência pura, que ela depende tanto de métodos intuitivos quanto analíticos e que os juízos históricos não deveriam, portanto, ser avaliados a partir de modelos críticos que só podem ser aplicados com propriedade às disciplinas matemáticas e experimentais. Tudo isso sugere que a história é um tipo de arte. Porém, quando os literatos lhe criticam a incapacidade de sondar as camadas mais sombrias da consciência humana e a relutância em utilizar modos contemporâneos de representação literária, o historiador volta à concepção de que história é, afinal de contas, uma *semiciência*, de que os dados históricos não se prestam à ‘livre’ manipulação artística e de que a forma das suas narrativas não é uma questão de escolha, mas é exigida pela natureza da própria matéria histórica” (WHITE, 1994, p. 39).

verdades distintas, de forma que a história, após esse período, parece revestir-se de um manto de legitimidade cientificamente construída por trabalhar com o real, este último identificado com o que acontece e é relevante à vida dos seres humanos, enquanto a literatura, expurgada dos domínios da razão, é relegada quase ao caráter de mentira, de invenção, não tendo nada para dizer à “Ciência Histórica”.

Entretanto, na segunda metade do século XX, com a produção de autores como Michel Foucault, Roland Barthes, Paul Veyne e outros, a própria relação direta com a representação “verdadeira” do real que dava legitimidade científica à história é abalada (ALBUQUERQUE JR., 2007). Percebida a impossibilidade de conexão direta com o real que existe sem o próprio ser humano e a redescoberta da linguagem, alteram-se as bases “reais” sobre as quais se assentava o conhecimento histórico (ANKER-SMIT, 2012). Assim, se o real inevitavelmente existe e não pode ser capturado *in natura*, é a linguagem quem fará a ponte entre o real e a formulação deste real em uma realidade que não é una e nem mesmo única, mas direcionada, moldada, confeccionada, dependente dos desejos, das intenções e dos contextos de sua fabricação e, ainda, de quem a fabrica (ALBUQUERQUE JR., 2019).

O ato de despojar a história de seu posto de conhecedora por excelência do real passado, considerando-a como um dentre outros possíveis discursos da realidade, foi alvo de muitas críticas e a percepção da *ficcionalidade* que envolve a produção da realidade histórica, e não do real, motivou a denúncia de uma suposta “invasão literária” na história. Essa denúncia via as novas abordagens da história e seu modo de conceber as noções de ficção, ciência, real e realidade histórica como um projeto destinado à desmoralização epistemológica do conhecimento produzido historiograficamente. Diante da percepção da ficcionalidade e da discursividade como condição da produção da história, da realidade histórica, mas não necessariamente do real, o próprio tom de denúncia é sintomático da relação que os historiadores estabeleceram, desde o final do século XIX, com a ciência e a verdade, ao entendê-las como sinônimos. Todavia, essa compreensão não se dá conta de que, como alertado por Albuquerque Jr., remetendo-se a Michel Foucault, a própria ciência é uma forma de ficção, é discurso e é fruto das relações de poder e saber na sociedade (ALBUQUERQUE, JR., 2019), o que não significa que a ciência ou a história sejam irrelevantes ou mentirosas, como elucidaremos a seguir.

Desse modo, acreditamos que não há demérito algum em perceber que, já que impossibilitados de acessar o real, os historiadores sejam em algum grau ficcionistas. A partir da afirmação e da compreensão de Foucault de que toda sua bibliografia é constituída de ficções, a ficção pode servir para induzir *efeitos de verdade*. Assim, pensamos em conjunto com Albuquerque Jr. e Foucault que

é possível fazer funcionar ficções no interior da verdade, de induzir efeitos de verdade com um discurso de ficção, e de fazer com que o discurso de ficção suscite, ‘fabrique’ alguma coisa que não existe ainda – portanto, ficcione. ‘Ficcional’ a história a partir de uma realidade política que a torne verdadeira, ‘ficcional’ uma política que não existe ainda a partir de uma

verdade histórica”. Esses efeitos de verdade não têm somente o objetivo de produzir uma verdade alternativa, mas também de tornar manifesto que a verdade se produz e que é necessário descrever, analisar as operações de sua formação (ALBUQUERQUE JR., 2019, p. 11).

A afirmação de que a história é também, entre muitas coisas, uma ficção, portanto, não implica na descaracterização ou na desvalorização do conhecimento histórico, mas implica reconhecer que o historiador, assim como o literato, o poeta, o jornalista, entre outros, também opera com a “ficcionalização” da realidade, lançando sobre esta última olhares, perspectivas e horizontes que não eram provenientes dela. Diante da impossibilidade do acesso ao real acontecido, que é modificado, alterado e moldado pelos próprios rastros deixados por seus contemporâneos e que podem ser acessados pelo historiador muito parcialmente pelos testemunhos – documentos, fontes, etc. –, não existe demérito algum em percebermos que, como o literato, o historiador constrói um passado, mesmo que essa construção seja balizada e sustentada por documentos, além de validada por uma comunidade científica e por procedimentos específicos acordados pelos pares e pela comunidade científica. Em suma, diante da inacessibilidade do real acontecido, não parecem ser consideradas ofensivas ou desmerecedoras as questões/experimentos ficcionais que dizem respeito à construção do conhecimento na história e nas ciências humanas, já que a relação da ficção com a realidade e com a “verdade” é muito mais próxima e intensa do que se possa imaginar, o que significa dizer que ficção e realidade/verdade possuem uma relação bastante explícita de interdependência.

3 TRANSGREDIR, ALTERAR E DETURPAR: A FICÇÃO DESORDENADORA DE WOLFGANG ISER

De acordo com Luiz Costa Lima (2008), aclamado teórico da literatura brasileiro, tradutor e divulgador da “estética da recepção”, teoria que Iser, juntamente com Hans Robert Jauss, foi um dos maiores expoentes, as ficções não podem ser consideradas como formas estruturantes somente da literatura, mas precisam ser reconhecidas também como constituintes de nosso cotidiano, representadas em ficções não literárias. Assim como a narrativa (CARR, 2016), a ficção confunde-se com a estruturação e a significação da própria vida, ela é elemento central em nossa existência como sociedade e comunidade e dá sentido às nossas ações em meio às espacialidades e às temporalidades que experimentamos e criamos. É a forma prática pela qual criamos interpretações, caminhos, destinos, histórias, instituições, poderes e discursos que atuam concretamente em nossa construção da realidade e, até mesmo, em nosso entendimento daquilo que nos torna humanos.

Um primeiro passo para compreendermos a importância e a necessidade da ficção à vida e às ciências humanas no questionamento do saber tácito que, desde Platão, opõe realidade e ficção, posto que, para Iser (2002), é infundado, e, até mesmo,

errôneo, postularmos que o texto literário e ficcional se opõem à realidade entendida como uma instância extratextual. Para o autor, é muito clara a relação estabelecida entre ficção e realidade, uma vez que a primeira, não surgindo do nada, tem como referencial a realidade. Dessa forma, se a ficção não é desprovida de realidade, apesar de ser distinta desta última, Iser propõe uma nova relação entre realidade e ficção, não mais pautada na oposição entre ambas, mas nas relações estabelecidas entre elas. Relações pelas quais a ficção se estabelece como ponte entre a realidade e o imaginário, uma ponte que permite o trânsito de concepções em que realidades históricas e científicas são construídas e ultrapassadas, principalmente na literatura. Entretanto, para Sandra de Pádua Castro, a aproximação entre o real e a ficção não pretende, de forma alguma, equipará-las e relativizá-las, mas busca demonstrar que as realidades e as ficções não podem ser interpretadas oposicionalmente, como se pretendeu desde Platão, mas devem ser entendidas como interdependentes, complementares, diferentes e intercambiáveis (CASTRO, 2007). Em uma interação em que o imaginário, não podendo ser encarado como uma instância ontológica, opera uma constante e perpétua transgressão da ficção e da realidade, a ficção, atuando como ponte entre o real e o imaginário, é responsável pela própria reformulação e reatualização da realidade. Conforme Sandra de Pádua Castro,

experimentamos o imaginário de modo difuso, informe, fluido e sem um referencial específico que o objetifique. Mas, apesar de sua existência no estado difuso, ele é a condição para superar o existente e projetar o ainda inexistente. O Imaginário é similar a um espaço aberto que, sem indicar limites, permite a invenção do possível como prenúncio de uma outra realidade. Também Castoriadis afirma que, somente “porque há imaginação radical e imaginário instituinte, que há para nós realidade, e esta realidade” (CASTRO, 2007, p. 55).

Assim, é importante destacarmos que a própria realidade, apesar de existir além dos seres humanos, em um mundo extratextual, tem como origem e fonte nós mesmos (CASTRO, 2007). Porém, ainda de acordo com a autora, se a realidade se funda no humano, em sua relação textual com o mundo extratextual, real, não significa que a designação do que seja realidade se dê sem nenhum limite ou parâmetro. Significa afirmar que

o imaginário é a instância onde se projetam, criam e também se forjam realidades. Nesse sentido, podemos abstrair a definição de realidade como algo construído de acordo com uma intencionalidade de um indivíduo ou de uma coletividade que detenha um poder para tal a partir de uma seleção naquilo que é difuso do imaginário. E que definição é essa, senão a anteposta por Iser para a ficção? “A ficção é a configuração do imaginário”. É isso: ficção e realidade são formadas do mesmo material do imaginário e a realidade não é apreendida e sim construída, numa dinâmica incansável com o imaginário (CASTRO, 2007, p. 55-56).

O reconhecimento do imaginário e do ficcional como constituintes da realidade, portanto, não implica a negação ou anulação desta última, mas indica o quão importante é a atividade imaginativa na constituição do próprio entendimento que possuímos da realidade. O imaginário, em sua relação com a realidade através da ficção, proporciona o rompimento da realidade, ao passo que a reconstrói novamente, já que a realidade não se produz por si própria e necessita do impensado e do (im) possível contido no imaginário para recriar-se. A título de exemplo, é interessante pensarmos a clássica gênese do capitalismo proposta por Eric Hobsbawm (2015). Para o historiador inglês, a Revolução Industrial, que permitiu a evolução e a consolidação do capitalismo, antes de ser uma mudança tecnológica abrupta e extrema, se constitui como uma alteração de percepção sobre o trabalho e as formas de se trabalhar. Enquanto a produção anterior à capitalista se pautava em um trabalhador que produzia todas as partes de um produto, a produção capitalista diminuiu e fragmentou as atividades executadas na linha de produção, mas antes, ocorreram diversas transformações de ordem cultural, na ordem dos valores em relação ao tempo, ao trabalho, por exemplo, que permitiram essa nova organização da produção. A mudança de postura frente à realidade e ao trabalho não se deu por si mesma, mas necessitou do imaginário, da criação de perspectivas de rompimento das formas de trabalho executadas até então para a formação de novas realidades da atividade laboral. Necessitou da criação de ficções não literárias que, através dos jogos de influência e poder, moldaram uma nova realidade, em que o ser humano, não mais conhecedor integral de seu ofício, passou a realizar partes ínfimas e repetitivas em seu trabalho, assemelhando-se a uma engrenagem da máquina. Escravo do relógio, em uma nova perspectiva na qual o tempo se transforma em dinheiro, a realidade se transforma na acumulação de capital e riquezas rumo ao progresso. A ficção do progresso como filosofia da história, antes inexistente como realidade, passa então a ordenar as ações dos seres humanos, das comunidades, das empresas, dos estados e das sociedades, demonstrando a importância e a interdependência entre os aspectos reais e imaginários na construção da existência humana.

Para Iser (2002), a ficção não se apresenta apenas como uma forma artística, literária, de se produzir um outro mundo que não o real, mas como a própria condição pela qual a realidade é criada e transformada. Por intermédio de uma relação tripla entre realidade, ficção e imaginário, a realidade é ultrapassada, dobrada sobre e a partir de si mesma, na criação de um outro mundo ficcional e literário, que questiona, impacta e transgride o seu referencial, se debruça sobre ele. O autor conclui:

a relação opositiva entre ficção e realidade retiraria da discussão sobre o fictício no texto uma dimensão importante, pois, evidentemente, há no texto ficcional muita realidade que não só deve ser identificável como realidade social, mas que também pode ser de ordem sentimental e emocional. Estas realidades, por certo diversas, não são ficções, nem tampouco se transformam em tais pelo fato de entrarem na apresentação de textos ficcionais. Por outro lado, também é verdade que estas realidades, ao surgirem no texto ficcional, neles não se repetem por efeito de si mesmas. Se o texto ficcional

se refere à realidade sem se esgotar nesta referência, então a repetição é um ato de fingir, pelo qual aparecem finalidades que não pertencem à realidade repetida. Se o fingir não pode ser deduzido da realidade repetida, nele então surge um imaginário que se relaciona com a realidade retomada pelo texto. Assim o ato de fingir ganha a sua marca própria, que é de provocar a repetição no texto da realidade vivencial, por esta repetição atribuindo uma configuração ao imaginário, pela qual a realidade repetida se transforma em signo e o imaginário em efeito do que é assim referido (ISER, 2002, p. 958).

No ato de fingir, portanto, é imprescindível a relação tripla entre o real, o fictício e imaginário na transgressão da realidade que, mesmo repetida no texto ficcional, é extrapolada pela ordenação e ativação do imaginário. *Grosso modo*, o que Iser propõe é a necessidade de ver a ficção não como uma cópia pura e simples da realidade, mas como uma outra realidade, um mundo virtual, abstrato, que não existe em si (ISER, 2002). O ato de fingir, portanto, constitui-se como um processo em que a ficção retira da realidade certos aspectos a serem trabalhados e repetidos no texto, mas não nele esgotados, já que a ficção, ao ativar e ordenar o imaginário presente e experimentado no cotidiano, por meio dos sonhos e devaneios, dá uma outra constituição à realidade, ultrapassando o contexto do texto. Assim,

é pelo fictício que o imaginário é ativado, sendo por ele direcionado, moldado. Na literatura, um mundo de possibilidades é aberto, mas são possibilidades abstratas em essência, colocadas em oposição à realidade concreta, sendo preciso imaginá-las. É o que para Husserl se define como “fantasia”, que uma vez ativada transforma o que é, numa modificação radical que leva à recriação das realidades ultrapassadas e à transgressão de fronteiras. “Sendo assim, a ativação desse potencial precisa ser moldada, e disso se encarregam os atos de fingir, ao forçarem a fantasia a assumir uma forma, para que as possibilidades abertas por eles possam ser concebidas, já que o próprio ato de fingir não pode conceber aquilo para que apontou” (CANCIAN, 2009, p. 541).

Os atos de fingir, a relação estabelecida entre imaginário e realidade pela ficção, constituem a forma como a ficção encena a “(...) transformação do mundo real para uma realidade virtual que de outra forma seria impossível ao homem” (CANCIAN, 2009, p. 543). O primeiro dos três atos de fingir realizados em um texto ficcional é o da *seleção*. A seleção é um ato de transgressão das fronteiras da realidade, marcado pela decomposição de elementos pertencentes ao mundo real no texto ficcional. Como produto de um autor, o texto literário é uma forma de tematização do mundo, em que o autor, ao retirar elementos da realidade que irão compor o texto ficcional, desvincula estes elementos do significado que até então possuíam. De certa forma, a partir da leitura de Iser, o ato de seleção pode ser considerado também como a forma pela qual o autor proporciona ao leitor a reflexão sobre o mundo real em um primeiro momento (ISER, 2002), pois ao destacar certos elementos do real, e fazer incursões sobre ele, o autor direciona a reflexão que deve ser realizada a partir do

imaginário ativado no texto ficcional. Assim, a seleção desloca e dá novo significado aos elementos reais que compõem, tanto a vida, quanto o texto ficcional, posto que

pela seleção há uma série de incursões ou buscas no mundo extratextual, cujos elementos serão incorporados à construção ficcional do texto. Retirados da vida cotidiana, esses componentes, percebidos como campos referenciais, são dispostos no texto numa aparente desordem, mas constituindo, ao se combinarem, um todo significativo, ou “gestalt”. Para tanto, os elementos selecionados são constantemente reembaralhados, e terão ainda uma função diversa daquela que tinham no mundo concreto, sem que se perca de vista o campo de referência do qual foram originados. A seleção também passeia por outros textos, num intercâmbio contínuo de informações que ganham nova roupagem no texto novo que surge. Nessa intertextualidade coexistem os dois discursos (o de referência e o novo discurso constituído), numa alternância de “fade-ins e fade-outs” (CANCIAN, 2009, p. 541).

Se a seleção é o primeiro ato de transgressão realizado pelo texto ficcional, ao incorporar elementos extratextuais aos textuais, a segunda ultrapassagem da realidade se dá pelo ato da *combinação*, no qual ocorrem os relacionamentos intratextuais da ficção. No processo de combinação ocorrem a justaposição e o contraste entre os elementos selecionados do mundo real e os esquemas organizativos pelos quais o autor construirá a obra, como o enredo e as personagens. Nessa etapa, o texto ficcional realiza a reorganização e a reordenação dos elementos, os provenientes da realidade e os imaginados, de forma a ultrapassar o real, mediante combinações e relações que não existem no mundo que serve de base ao texto ficcional. Dessa forma, na combinação,

o texto passa a ser o crisol que, pela química do imaginário, reposiciona e ressemantiza os elementos. Ao se combinarem, criam “relacionamentos intratextuais”, abrindo novas perspectivas com os elementos não escolhidos para a associação. De acordo com a intencionalidade do texto, “cada relação estabelecida altera a faticidade dos elementos e os converte em posições que obtêm sua estabilidade através do que excluem” (CASTRO, 2007, p. 57).

Os processos de seleção e combinação são percebidos pelo leitor durante a leitura, apontando a sua irrealidade e abstração frente à realidade, residindo aí o último dos atos de fingir: o *desnudamento* do texto literário (CASTRO, 2007). Esse último ato de fingir é a revelação do texto literário como um mundo que, não sendo o mundo real, deve ser acolhido como tal para fins específicos (ISER, 1999). Assim, para que o leitor, ao tomar o mundo literário *como se fosse* o real, tome o próprio mundo empírico como um espelho, “(...) orientando o receptor para a concepção de algo que não existe e permitindo que esse inexistente seja visualizado como se fosse realidade. Neste sentido, podemos chamá-lo de realidade virtual” (ISER, 1999, p. 73). O autodesnudamento posiciona o leitor, portanto, entre dois mundos: o mundo real do leitor, de onde a ficção retira as suas referências, e o mundo ficcional, onde o ima-

ginário é convocado a desalojar e deslocar os sentidos que os aspectos referenciais possuíam no mundo empírico.

Dessa forma, o mundo do *como se fosse real*, do literário, não se impõe como cópia do mundo real, mas é apreendido pelo contraste e pela comparação frente à realidade. O leitor, suspenso entre seu próprio mundo e um outro que é o do como se fosse, ou do como poderia ou deveria ser, vive a experiência do não-ser, a experiência de irrealizar-se e, provisoriamente, realizar-se num outro. O mundo do texto possibilita que por ele sejam vistos os dados do mundo empírico por uma ótica que não lhe pertence, mas que poderá pertencer ao leitor após a experiência (CASTRO, 2007).

Essa capacidade da ficção literária de ver o não visto, tornar visível o escondido, de dizer o não dito, constitui a grande potencialidade que esta forma de conhecimento e escrita tem para com as ciências, e para com as ciências humanas sobretudo, pois, como trânsito do imaginário sobre a realidade, a ficção atua como focalizadora de elementos e sensibilidades do mundo extratextual que, muitas vezes, passam despercebidos e podem soar estranhos ao leitor (ISER, 1999). Assim,

a ficção narrativa torna-se o canal de descoberta do mundo por fazer uma leitura desse mundo. A ficção acaba dando “roupagem” para o que é ausente e imperceptível ao homem envolvido em suas atividades sociais naquilo que Iser considera possível no âmbito de uma antropologia literária: a “percepção vívida daquilo em que os seres humanos estão inextricavelmente enredados, quando desempenham suas atividades corriqueiras [...] um modo de apreender o que não é dado”. A criação ficcional, pode-se dizer, congela um tempo-espaco para que se experimente a estranha situação de se estar em algo, estando fora dele. Um acontecimento onde a transitividade entre mundos oferece ao homem a possibilidade de reconhecer-se no outro por meio da representação. Assim, distanciando-se de si por meio da ficção, o homem pode transpor suas limitações e retornar às profundezas do seu ser a partir de onde pode reconhecer-se nos dramas de outros seres e transpor seus reais limites. Humanizando-se, pode, enfim, criticamente, avaliar a si e às estruturas a que está vinculado (DUARTE; NASCIMENTO, 2017, p. 18).

Um exemplo desse enfoque literário a respeito do mundo extratextual estranho ao leitor é a tematização da morte, proporcionada por Liév Tolstoi (2013) em *A Morte de Ivan Ilitch*. Nesse texto, o autor descentra o leitor da infinitude que parece ser a vida, e coloca no horizonte a sombra do nada, do não mais existir. A partir da doença e da morte de Ivan Ilitch, um caprichoso membro do alto escalão estatal e social russo, Tolstoi convida o leitor a viver, sentir e experimentar o sentimento de morte, mesmo que ficcionalmente, junto a Ivan. Este último, como pertencente a estratos abastados da sociedade russa do século XIX, preza muito por questões materiais e de *status*: pela decoração de sua casa, sua carreira profissional, pela aquisição de bens, pela boa vida – regada a jogos de cartas e champanhes – e permeada pelas aparências e futilidades que dão a tônica da sociedade nobre russa do período. Entretanto, de forma repentina, Ivan é acometido por uma doença grave, de prognóstico duvidoso por parte dos médicos, que revira as certezas de sua vida metricamente equilibrada.

Diante do sentimento de iminência e espera do fim, Tolstói apresenta as nuances e questionamentos mais limítrofes da vida imaginados por ele, e, momentaneamente, vividos por nós leitores, como presentes no leito de morte: o que fazemos com nosso tempo? Que tipo de vida cultivamos? Que relacionamentos mantemos? O que cativamos nas pessoas ao nosso redor? O que fazemos de nossas vidas? Somos felizes? O que faríamos se pudéssemos voltar atrás? E se tudo tivesse sido diferente?

O mundo ficcional, que tem por excelência o texto literário, é, portanto, uma oportunidade de rompimento das expectativas que o leitor possa ter com o próprio texto, com o mundo extratextual e consigo mesmo (CASTRO, 2007). É uma experiência antropológica que faz parte do ser humano e da sua realidade, no constante repensar-se a si mesmo e aos demais (ISER, 1999). Em um processo dinâmico, o rompimento de limites do texto ficcional amplia o espaço que o próprio texto preenche, para logo em seguida rompê-lo novamente. Assim, o texto literário se apresenta como um dinamizador da realidade, se apresenta como algo que não percebe limite ou fim para a reformulação desta mesma realidade a partir de novos enfoques.

4 REVOLUÇÕES SENSÍVEIS: JACQUES RANCIÈRE E A DEMOCRACIA NA LITERATURA

Se a ficção é uma forma de dinamizar e reformular a realidade, umas das formas pelas quais ela o faz é através da alteração do sensível em uma sociedade. Essa é uma das proposições de Jacques Rancière (2009). Para o filósofo francês, nascido na Argélia em 1940, Professor da European Graduate School de Saas-Fee e professor emérito do Departamento de Filosofia da Universidade de Paris VIII, à medida que a literatura, ao alterar a sua própria cosmologia ficcional nos séculos XVIII e XIX, ao inserir o diverso, ou as figuras antes consideradas supérfluas no regime representativo, transformou a cosmologia social (RANCIÈRE, 2010). Com a inclusão dos dispensáveis, dos insignificantes, dos pobres, dos desajustados, dos “pervertidos” e tantas outras figuras muitas vezes reunidas pelo autor na noção do “qualquer um”, que antes não se encontravam nas páginas e pensamentos das “belas letras”, a literatura operou uma revolução do sensível, através da reconfiguração dos campos político e estético; seu efeito foi a quebra das relações entre conceito e realidade, entre o ser e o parecer que, desde Aristóteles,⁵ demarcavam rigidamente as fronteiras entre ser e estar, tanto

5 De acordo com Rancière, a revolução sensível operada pela literatura revoga “[...] a linha divisória aristotélica entre duas ‘histórias’ – a dos historiadores e a dos poetas, a qual não separava somente a realidade e a ficção, mas também a sucessão empírica e a necessidade construída. Aristóteles fundava a superioridade da poesia, que conta ‘o que poderia suceder’ segundo a necessidade ou verossimilhança da ordenação das ações poéticas, sobre a história, concebida como sucessão empírica dos acontecimentos, ‘do que sucedeu’. A revolução estética transforma radicalmente as coisas: o testemunho e a ficção pertencem a um mesmo regime de sentido. De um lado, o empírico traz as marcas do verdadeiro sob a forma de rastros e vestígios. ‘O que sucedeu’ remete pois diretamente a um regime de verdade, um regime de *mostração* de sua própria necessidade. Do outro, ‘o que poderia suceder’ não tem mais a forma autônoma e linear da ordenação de

na literatura quanto na sociedade. Dessa forma, a partir do romance de formação, ocorre o desordenamento sensível da sociedade, que não nasce na política, mas na nova proposta estética dos romancistas, apontando novamente a importância e o impacto da ficção literária no real, já que, mais do que uma escrita, esta é também metamorfose do ser e do sentir (BLANCO, 2019).

As novas ficções realistas do século XIX são analisadas por Rancière a partir das relações que estabelecem entre estética e política, no sentido de pensar o poder de transformar e afetar vidas que a materialidade sensível dessas produções artísticas permite (BLANCO, 2019). As práticas artísticas influem, delimitam e ressignificam o sensível e as partilhas que se faz desse sensível. Para Rancière, esse sensível é entendido como “(...) o sistema das formas *a priori* determinando o que se dá a sentir” (RANCIÈRE, 2009, p. 16). Assim, a partilha do sensível faz ver

quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter esta ou aquela “ocupação” define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum etc. Existe portanto, na base da política, uma “estética” (...) um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo (RANCIÈRE, 2009, p. 16)

A política, para Rancière, é essencialmente estética, pois trata do tecido sensível onde as partilhas definem os espaços ocupados pelos indivíduos, no sentido de que a política é uma forma de visibilidade na qual a ordem social aparece. Para o autor, a política trata das formas, correspondências e ordenamentos entre o parecer e o ser que constituem o tecido social e o lugar de cada indivíduo para o comum. Um exemplo disso apontado por Daniela Blanco é a disputa entre estratos políticos burgueses e intelectuais de esquerda pela interpretação do emprego do tempo livre dos trabalhadores franceses que, além do trabalho nas fábricas, dedicavam suas noites à poesia e à escrita (BLANCO, 2019).

A história do movimento operário e a emancipação social e política estavam novamente em questão na França após os eventos do *Mai de 1968*. Nessa época, Rancière, depois de publicar virulentas críticas a Althusser, seu antigo mestre na Escola Normal Superior, no livro *La leçon d'Althusser* (1974), passa a se dedicar ao estudo de arquivos da história dos operários franceses entre os anos 1830 a 1850. Esses estudos serão apresentados em *A noite dos proletários – Arquivos do sonho operário*, sua tese de doutorado publicada em 1981, e em seus artigos publicados nos anos 1970 e 1980.⁶ Para Rancière,

ações. A ‘história’ poética, desde então, articula o realismo que nos mostra os rastros poéticos inscritos na realidade mesma e o artificialismo que monta máquinas de compreensão complexas” (RANCIÈRE, 2009, p. 5657, grifos do autor).

6 Existem duas importantes traduções do livro para o português oriundas da 1ª. Edição da Arthème Fayard:

essa disputa entre burgueses e materialistas pela interpretação da história e pela concepção da identidade operárias resulta empatada nas afirmações de que os primeiros condenavam os operários por se ocuparem de uma tarefa intelectual e artística que não condizia com sua condição de reprodutores do capital e os segundos os condenavam por não ocuparem seu tempo livre pensando em como se libertar do jugo e exploração capitalistas. Por isso, a política, para Rancière, é antecedida pela estética, pois “nesse jogo dos modos de visibilidade toda uma miríade de preocupações do âmbito estético são movidas com o intuito de tornar harmônica a correspondência entre o aparecer e o ser dos operários” (BLANCO, 2018, p. 94).

A configuração política da sociedade e da razão passa, portanto, por um primeiro prisma estético, que diz respeito aos lugares e constituições de indivíduos, grupos e classes na sociedade marcados pela relação entre o que estes são e o que se espera que sejam, façam, sintam, pensem e etc. A política, em suas bases estéticas, se encarrega de definir hierarquias, posições e limites que determinam, em última instância, as ações esperadas do indivíduo, pelo lugar que ele ocupa nessa partilha do sensível.

Se a literatura em Wolfgang Iser se apresenta como ultrapassagem e redefinição do real, em Rancière ela se ocupa em desfazer, alterar e remarcar essa partilha do sensível que constitui a realidade, posto que antes da política existe o desejo estético de se romper com destinos pré-determinados por realidades concebidas: existe a ânsia e a busca de ser outra coisa que a imputada. (BLANCO, 2018). E é nesse sentido que a literatura realista do século XIX opera uma revolução na partilha do sensível, ao redefinir o parecer e o ser dos indivíduos e as correspondências entre ambos. Essa mudança de sensibilidade é proporcionada pela literatura que, ao embaralhar e desordenar o ser e o parecer, permite que qualquer pessoa, sentindo-se parte do jogo político, decida nele intervir. Assim, essa literatura contribui para pensar política e estética em novos ângulos na medida em que, tal como as identidades anfíbias dos operários franceses do século XIX reveladas por Rancière, permitem pensar também os modos de subversão dos lugares, das identidades e das hierarquias e questionar as partilhas desiguais que procuram justificar a exclusividade de uns e a marginalidade de outros, já que, para Rancière, “uma partilha do sensível fixa [...], ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas” (RANCIÈRE, 2009, p.15).

Um dos traços marcantes do romance realista, alvo de muitas das críticas tecidas a ele, foi a profusão de detalhes, pormenores e aspectos mínimos na descrição de personagens e ambientes. Em razão dessa prática não ser comum à produção literária realizada, anteriormente, por autores como Flaubert, Balzac, Baudelaire, Conrad e Dostoiévski foram acusados de virtuosistas e prolixos por incluírem em seus textos, segundo os críticos, excessivas descrições de barômetros, gente comum, mesas entulhadas, paredes revestidas de papel

RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários*. Trad. Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; e RANCIÈRE, J. *A noite dos proletários – arquivos do sonho operário*. Trad. Luis Leitão. Lisboa: Antígona, 2012. Jacques Rancière já vinha apresentando um debate sobre a questão da emancipação dos operários a partir dos estudos dos arquivos operários da primeira metade do século XIX, especialmente em artigos para revista *Les révoltes logiques*, periódico publicado pelo Centre de Recherche sur les Idéologies de la Révolte, que ajudou a fundar em 1974.

barato e outras quinquilharias que nada teriam a contribuir para a “edificação do homem” através da arte. Essa edificação deveria ocorrer a partir de grandes histórias, com heróis distintos, marcadas por início, meio e fim; assim como por personagens virtuosos, ações sublimes, pensamentos e sentimentos elevados, regulamentos internos que se erigiam como a coluna vertebral que mantinha a ficção de pé por si mesma, como um monumento acabado em que toda causa possuía um efeito, formando um sistema literário hermético em que as partes e o todo se recorriam e se ordenavam mutuamente (RANCIÈRE, 2017).

Desde Aristóteles, portanto, era esse regimento das coisas dentro da ficção que separava a literatura da vida ordinária, do simples relato: a subordinação dos detalhes à perfeição do todo, encadeamentos de causas e efeitos, e a inteligibilidade da narrativa através de sua evolução temporal no texto (RANCIÈRE, 2017). Assim, o sistema de representação aristotélico,

ao estabelecer para a arte a função de imitação da natureza, define o conjunto das hierarquias que determinam aquilo que deve ser representado, bem como o seu destinatário, constituindo-se na inter-relação entre as maneiras de fazer, ver e de receber uma determinada obra. Dessa maneira, esse sistema regula “as relações entre o dizível e o visível, entre o desdobramento de esquemas de inteligibilidade e o das manifestações sensíveis” (SILVA, 2018, p. 153).

Se os regimes artísticos e estéticos controlam as relações entre o dito e o visto, entre o inteligível e as manifestações sensíveis, então as formas de se constituir, escrever e pensar desses regimes definem e regulam as formas de ser, ver e sentir nas sociedades ordenadas por determinado regime, em uma estreita relação entre estética e política. Pelas premissas ficcionais aristotélicas, estrutura-se um modelo hierárquico em que as partes são submetidas ao todo, com a divisão da humanidade entre uma “elite”, composta por seres “ativos”, e a multidão, composta pelos seres “passivos”. Assim, a distinção poética entre o regime aristotélico e o da literatura realista não se restringe aos dois serem formas de encadeamentos dos acontecimentos distintos, mas diz respeito a *duas concepções opostas de humanidade*, segundo Rancière, devido ao fato de que a arte escrita, para Aristóteles, é uma organização das ações, no sentido de estas ações serem entendidas como *categorias organizativas de uma “divisão hierárquica do sensível”* (RANCIÈRE, 2017, p. 21). Segundo essa divisão

há homens ativos, homens que vivem ao nível da totalidade porque são capazes de conceber grandes fins e de tentar realizá-los enfrentando outras vontades e golpes do acaso. E há homens que simplesmente veem as coisas lhes acontecer, uma depois da outra, porque vivem na simples esfera da reprodução da vida cotidiana e porque suas atividades são, pura e simplesmente, meios para assegurar essa reprodução. Estes últimos são chamados de homens passivos ou “mecânicos”, não por não fazerem nada, mas apenas por não fazerem nada além de fazer, sendo excluídos da ordem dos fins que é o da ação. Esse é o âmago da política representativa. A boa organização aristotélica das ações do poema se baseia nessa divisão inicial entre homens ativos e homens passivos (...) A verossimilhança, que é o âmago da poética representativa, não

está ligada apenas à relação entre as causas e efeitos. *Ela também está ligada às percepções e aos sentimentos, aos pensamentos e às ações esperadas de um indivíduo segundo sua condição pessoal* (RANCIÈRE, 2017, p. 21, grifo nosso).

No regime representativo, portanto, prevalecem as hierarquias, as distintas posições e importâncias; prevalece a organicidade da escrita, em que o todo responde às partes e as partes respondem ao todo, cuja boa relação é baseada na divisão entre as almas da elite e os inominados prosaicos da plebe (RANCIÈRE, 2017). A revolução perpetrada pela nova literatura não é a entrada dos pobres nas artes escritas, pois estes, como pontua o autor, já estavam presentes anteriormente, como pano de fundo real, com suas vidas miseráveis, aos grandes heróis e sujeitos aristocráticos. A revolução levada a cabo pela ficção realista retira os insignificantes e dispensáveis da condição de subalternidade a que estavam submetidos no regime representativo. A entrada desses invisíveis no texto literário causa um efeito de igualdade, ao destruir essas hierarquias e ordenamentos que separavam a humanidade. No novo regime realista, a literatura constrói um “continente democrático” (RANCIÈRE, 2017) que não mais abraça as hierarquias, não distingue o significativo do insignificante, a elite do povo, o todo das partes, os sentimentos refinados das atividades prosaicas, ou as almas de ouro das almas de ferro da fábula platônica que Rancière evocou em diversos lugares para se referir a este antigo mandamento cuja fórmula havia sido cunhada na *República*: que cada um “faça seu próprio negócio e desenvolva a virtude própria de sua condição” (RANCIÈRE, 1996, p. 76; RANCIÈRE, 2013, p. 12).

A igualdade na literatura, entretanto, não pode ser tomada como um relativismo cego e absurdo, em que tudo se torna igual, sem distinção ou diferença alguma, pela simples profusão dos detalhes e das multidões no texto. A igualdade literária diz respeito, antes, à quebra da partilha do sensível realizada pelo regime representativo, retirando das elites a exclusividade do direito de sentir e ter grandes paixões, pensamentos elevados e alçar-se às grandes intensidades do mundo (RANCIÈRE, 2009). A igualdade literária consiste no fato de que o ser humano mais humilde pode experimentar e sentir qualquer coisa, e a partir disso mudar o seu destino e os dos demais. Trata-se da quebra da razão política hierarquizante e da profusão de uma outra sensibilidade, “(...) que pode ser compreendida como um desejo de ser e sentir-se como aquilo que não é permitido a alguém por motivos de origem, classe ou gênero” (BLANCO, 2019, p. 92).

A literatura realista e obras como *Madame Bovary* de Gustave Flaubert são pensadas por Rancière como ideias de rompimento entre as definições do ser e sentir. Assim, seguindo os passos do autor, mas também ampliando a sua interpretação do romance realista e ensaiando mais uma alternativa interpretativa da força do regime estético apresentado por Rancière, tomaremos a obra *Crime e Castigo* (1866), de Dostoiévski, como um exemplo desse rompimento, sobretudo pela força extensiva de abranger também o romance produzido fora da França e em rigor do mundo ocidental. A obra *Crime e Castigo* (DOSTOIÉVSKI, 2010) e seus personagens são um dos tantos exemplos de democracia literária. A democracia na literatura pode

ser compreendida, por exemplo, através do personagem Rodión Raskólnikov, um pobre e endividado estudante de São Petersburgo que, inspirado em Napoleão, decide cometer um crime e provar assim, para si e para a sociedade, que é um ser moral e intelectualmente superior; ou melhor, para provar que não é um ser ordinário, colocando-se no mesmo patamar de superioridade moral que os “grandes homens” da “História Universal”, como Napoleão. Temos, ainda, no mesmo romance, a personagem de Sônia, que, a despeito de ser uma profissional do sexo por necessidade, vista como maculada pela suposta “depravação” moral e espiritual que carregam os que vendem seus corpos para alimentarem outras bocas, se apresenta como a encarnação dos princípios de compaixão, amor e solidariedade cristãos, contrariando toda a suposta baixezça que ela deveria carregar pela sua profissão.

O assomo de todos esses seres indigestos, vidas insignificantes e sentimentos “rasos” na literatura, além da subversão dos sentimentos elevados que agora podem ser sentidos por pessoas anônimas, pelo *qualquer um*, foi recebido com assombro pelos críticos literários contemporâneos às primeiras obras transgressoras do regime representativo (RANCIÈRE, 2010). O novo romance foi visto pelos críticos como um monstro. Para eles, a concatenação de ideias e ações, causas e efeitos, não mais tinha espaço e davam lugar a um embaralhamento sem fim das estruturas e regimentos que edificavam a ficção. Críticos contemporâneos a Flaubert defendiam a poética representativa em oposição ao novo romance da “era estética” ou do “regime estético”, como costuma se referir Rancière a esse período e a esse paradigma moderno que “libera a arte das hierarquias de temas, gêneros e arte” (RANCIÈRE, 2009, p. 34). Essa crítica, para Rancière, reacionária

é evidentemente baseada nos princípios que estruturam a lógica clássica da representação. De acordo com essa lógica, a obra de arte é um tipo definido de estrutura — uma totalidade orgânica, dotada de todas as partes constituintes necessárias para a vida e nada mais; ela deve ter a aparência de um corpo vivo equipado de todos os membros requeridos, unidos na unidade de uma forma, sob o comando de uma cabeça organizadora. O romance “realista” não atende a este requisito (RANCIÈRE, 2010, p. 78).

O romance realista da era estética, portanto, “é exatamente o oposto do romance tradicional, o romance dos tempos monárquicos e aristocráticos que se beneficiavam do espaço criado por uma clara hierarquia social estratificada” (RANCIÈRE, 2010, p. 78). Para Rancière a crítica ao romance realista é reacionária porque

revela, com franqueza, a base social da poética representativa: a relação estrutural entre as partes e o todo fundamentava-se numa divisão entre as almas da elite e as das classes baixas. Quando essa divisão desaparece, a ficção se entope de eventos insignificantes e de sensações de todas aquelas pessoas comuns que ou não entravam na lógica representativa, ou entravam nos seus devidos lugares (inferiores) e eram representadas nos gêneros (inferiores) adequados à sua condição (RANCIÈRE, 2010, p. 78).

A democracia apontada pelos críticos na literatura, em nada diz respeito a um posicionamento político, tanto dos literatos quanto de seus romances, em prol de projetos políticos igualitários ou democráticos. Para Daniela Blanco, a democracia literária, esse desejo de ser outro, antes tem a ver com a capacidade de realização de uma revolução estética por parte da literatura, por “(...) um processo de reconfiguração dos modos de visibilidade e dos modos como este relaciona-se com um modo de ser”. A autora conclui que esse processo é a “dissociação ou desidentificação entre o conceito e a realidade, entre o aparecer e o ser” (BLANCO, 2019, p. 100), no qual a derrocada da ação e das hierarquias do modelo representativo apontam para uma nova sensibilidade, mais fluída, em que prevalecem a igualdade e a liberdade de ser, tanto dos seres quanto das coisas. Nesse sentido, o modernismo historicamente significou “(...) a construção de uma sensibilidade de igualdade radical, fazendo da arte e da vida a mesma coisa, uma vez que ele tornou todas as experiências equivalentes e conectou qualquer uma delas a todas elas” (RANCIÈRE, 2010, p. 90).

A partir das obras dos romancistas do séc. XIX, Rancière pensa a ficção como uma forma de narrativa que molda o sensível, a condição ordenada entre o ser e o parecer, e as percepções que possuímos desse sensível (do mundo sensível). Para Rancière, a ficção é uma estrutura de racionalidade em que o sensível, matéria e produto da ficção, afeta diretamente as realidades, tanto ao cristalizá-las nas relações entre o que se é e o que se parece, quanto ao diluí-las na igualdade e no desejo de se ser quem quiser, alçando a literatura como uma poderosa forma de expressão das coisas que definem as próprias formas de visibilidade pelas quais apresentamos o mundo, assim como as formas de modificarmos esse mesmo mundo (BLANCO, 2019). Assim, a literatura é expressão marcada pelo desvio, pela fenda, pelo limite, pela subversão, pelo não lógico e não racional; assim como pela letra incorpórea, que vaga sem destino ou forma específica, para encontrar e quicá afetar alguém. É a abertura da escrita para tudo que a excede, para a não hierarquia; para tudo que há de complexo e que nos afeta: é “(...) o ser literário cujo modo do pensamento é suspensivo, desviante, cheio de fendas de sensibilidade que modificam tudo que lhes toca, sendo impossível reconstruir as razões dessa relação” (BLANCO, 2019, p. 105).

Como em Iser, a ficção para Rancière também se apresenta como uma forma de constituição e alteração da realidade, que não é comum somente às artes ou literatura, mas que está presente até mesmo nas ciências humanas, que tendem a rechaçar seus aspectos fictícios em prol do contorno da aporia da verdade. A ficção é uma forma de constituição e alteração da realidade porque ela é a instância na qual ocorrem as relações entre política e estética: é a instância onde se definem as realidades do que é, das visibilidades, das hierarquias, dos campos e das diferenças. A ficção, portanto, é um ato de escrita que opera divisões, alterações e redefinições na partilha do sensível, modificando as relações que estabelecemos com o real. Nesse sentido, para Rancière, seria infundado fazermos uma divisão que separa realidade e ficção, literatura e ciências humanas, posto que, apesar de serem dois atos de escrita distintos, as artes e as ciências compartilham a escrita como (des)ordenadoras do sensível, pois

é sempre disto que se trata tanto nas ficções confessadas da literatura quanto nas ficções inconfessadas da política, da ciência social ou do jornalismo: construir com frases as formas perceptíveis e pensáveis de um mundo comum, determinando as situações e os atores dessas situações, identificando acontecimentos, estabelecendo entre eles laços de coexistência ou de sucessão e dando a esses laços a modalidade do possível, do real ou do necessário. O uso dominante, contudo, insiste em opô-las. Confere às ficções da ciência social ou política os atributos da realidade e analisa as formas da ficção confessa como efeitos ou reflexos deformados dessa realidade (RANCIÈRE, 2021, p. 13).

A questão central é que tanto a literatura quanto as ciências humanas surgem a partir da derrocada do regime representativo aristotélico, pela recusa da separação feita entre a racionalidade das ficções e a dos fatos corriqueiros. As ciências, tomando o exemplo de Marx utilizado por Rancière (2021), também passam a englobar em sua escrita a totalidade humana que era excluída da hierarquia representativa, aplicando a ela a racionalidade ficcional que antes lhe era negada. Segundo Rancière, o filósofo alemão demonstra que é no mundo obscuro da produção capitalista, das fábricas insalubres, dos acidentes de trabalho, da mão de obra infantil e da miséria que reside o princípio de racionalidade que governa a sociedade. É na exploração do proletariado, na extorsão de mais valia dos corpos, que se erige a nova sociedade: é no mundo da maioria insignificante, antes ignorado, que agora passa a vigorar o “mundo verdadeiro” (RANCIÈRE, 2021, p. 13).

Desse modo, é possível dizer que o processo iniciado na literatura, este que questiona o regime representativo através de uma prática de escrita igualitária, tornou possível a mudança de objeto, foco e tema das ciências humanas. Entretanto, apesar da inserção da maioria que escapava à ficção representativa no texto, as ciências não rompem totalmente com este modelo, como o faz a literatura, posto que as ciências humanas e seus cientistas ainda possuem a herança de se considerarem os únicos que podem apreender essa racionalidade ficcional que rege as comunidades humanas. Devido à sua relação com empiria, fatos, realidades e teorias, as ciências humanas ainda se veem como um degrau acima do restante do público, tal qual o escritor da ficção representativa que não só escrevia, mas *sabia* as “belas letras” e seus enredamentos. Mantido o regime representativo, o cientista das humanidades não só analisa a realidade e escreve a “Verdade” sobre esta, mas é o único que, dotado de conhecimento, pode acessá-la e compartilhá-la com as demais almas que nada entendem do mundo e da sua dinâmica.

Essa leitura crítica das ciências sociais já vinha sendo realizada por Rancière desde sua tese *A noite dos proletários*, publicada em 1981, já referida anteriormente, quando o autor demonstrou que os operários do século XIX desfaziam a ordem dos lugares, das classes e das castas, um lugar estabelecido para eles pela burguesia republicana e pela retórica marxista da consciência de classe. Essa crítica aprofundou-se também no livro *Le philosophe et ses pauvres*, publicado dois anos depois, ao “mostrar de que modo as formas da ciência social, que pretende desmascarar a domina-

ção, consagram de fato seu mais antigo axioma: aquele que incumbe aos dominados a permanecer em seu lugar já que é o único que corresponde à sua maneira de ser, e seguir sendo fieis a esta maneira de ser, pois é a única adequada para o lugar que ocupam (RANCIÈRE, 2013, p. 14).

O pensamento teórico e científico não pode ser considerado como a única e *exclusiva* forma de construção, conhecimento e entendimento das realidades, uma vez que ele “não se opõe à criação de mundos imaginários da literatura; de que o dado empírico na teoria é, antes de mais nada, um modo específico de ver o mundo, uma ficção que torna algo visível sob determinados aspectos” (BLANCO, 2018, p. 150). A ficção, portanto, faz parte do próprio enredamento do texto científico que tenta se apresentar como não ficcional: ela está na criação da trama, nos rearranjos materiais, na seleção espaço temporal do objeto de análise, ela está no elencamento de personagens, na construção dos conceitos, nas teorias e etc. Porém, não se trata de dizer que tudo é ficção como a literatura, “trata-se de constatar que a ficção da era estética definiu modelos de conexão entre apresentação dos fatos e formas de inteligibilidade que tornam indefinida a fronteira entre razão dos fatos e razão da ficção, e que esses modos de conexão foram retomados pelos historiadores e analistas da realidade social” (RANCIÈRE, 2009, p. 58).

Assim, a partir do pensamento sobre a ficção de Jacques Rancière e Wolfgang Iser, é inegável que as ficções, literárias ou não, fazem efeito no real, na partilha do sensível que dá o tom desse real, pois as ficções

definem modelos de palavra ou de ação, mas também regimes de intensidade sensível. Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos do ser, modos do fazer e modos do dizer. Definem variações das intensidades sensíveis, das percepções e capacidades dos corpos. Assim se apropriam dos humanos quaisquer, cavam distâncias, abrem derivações, modificam as maneiras, as velocidades e os trajetos segundo os quais aderem a uma condição, reagem a situações, reconhecem suas imagens. Reconfiguram o mapa do sensível confundindo a funcionalidade dos gestos e dos ritmos adaptados aos ciclos naturais da produção, reprodução e submissão (RANCIÈRE, 2009, p. 59).

A escrita, e a escrita de ficções literárias sobretudo, é imprescindível à vida e a ciência por ser elemento desordenador da razão policial⁷ que cristaliza o mundo em categorias, hierarquias e lugares. É vetor da razão política (RANCIÈRE, 2017) que não obedece a campos, áreas e fronteiras cristalizadas, mas que sempre opera pela

7 Aqui remetemos à distinção feita por Rancière entre política e polícia: “No conflito primário que põe em litígio a dedução entre a capacidade do ser falante qualquer e a comunidade do justo e do injusto, deve-se então reconhecer duas lógicas do estar-junto humano que geralmente se confundem sob o nome de política, quando a atividade política nada mais é que a atividade que as divide. Chamamos geralmente pelo nome de política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la *polícia*” (RANCIÈRE, 1996, p. 41.).

transgressão, no limite, nas bordas, “alargando as fronteiras do espaço que escreve” (BLANCO, 2018, p. 152). Por atravessar esses campos, a escrita constrói um espaço comum por onde ela flutua entre a realidade e a ficção, a ciência e a arte, a estética e a política, definindo as próprias bordas desses campos ao mover as barreiras que os separam (BLANCO, 2018). A escrita constrói, portanto, uma comunidade do pensamento, em que escrevemos, pensamos e nos afetamos mutuamente, sem ordenamentos racionais ou motivos aparentes, mas pela simples contingência, atração e repulsão.

Temos recorrido até aqui para pensar a ficção em Rancière especialmente os textos *A partilha do sensível: estética e política* (2009), *O efeito de realidade e a política de ficção* (2010) e *O fio perdido: ensaios sobre a ficção moderna* (2017). Em todos eles o autor discute sua noção de racionalidade da ficção com base em sua reflexão sobre o regime estético. Neles o autor recorre à obra de autores do dito romance realista, alguns já tratados ou mencionados aqui, como Flaubert, Balzac, Conrad e Dostoiévski, e ainda outros nomes consagrados da ficção moderna como Virginia Woolf, Rainer Maria Rilke na literatura e na poesia, ou Dziga Vertov no cinema e Loï Fuller na dança. Entre esses e outros autores apresentados em seus trabalhos mais recentes, como nos livros *O fio perdido* (2017), *As margens da ficção* (2021a) e *Tempos Modernos* (2021b), publicados na França respectivamente em 2013, 2017 e 2018, Rancière encontra o brasileiro João Guimarães Rosa, lido como uma importante obra entre as ficções que romperam com o paradigma representativo e aristotélico da ficção.

O autor de *Grande Sertão: Veredas* foi abordado no último capítulo de *As margens da ficção*, intitulado *O desmedido momento* (RANCIÈRE, 2021a) e na conferência de abertura para um ciclo sobre Literatura Brasileira do Seminário de Línguas Românicas da Universidade de Zuirque em 2019. Essa conferência foi publicada na forma de um pequeno livro em 2021 intitulado *João Guimarães Rosa: a ficção à beira do nada*. (2021c). Neste livro, Rancière retoma a revogação do modelo representativo aristotélico de ficção operada pela ficção moderna do regime estético. No regime representativo aristotélico da ficção, ainda reproduzidos na modernidade, há uma distinção entre ficção e vida, ficção e história, entre um tempo da ficção, das artes poéticas, e um tempo da história, do cotidiano, das coisas que acontecem umas após as outras. Na racionalidade aristotélica “a ficção não diz como as coisas acontecem umas após as outras” (RANCIÈRE, 2021c, p. 8-9). Na *Poética* de Aristóteles a história é menos filosófica que a poesia porque “só tem relação com o *kath' hekaston*, com a sucessão dos fatos”, enquanto que a ficção, a poesia “tem relação com a generalidade das coisas tomadas em sua totalidade (*ta katholou*), ou seja, com o encadeamento dos acontecimentos como eles *poderiam* acontecer segundo laços causais da necessidade ou da verossimilhança” (RANCIÈRE, 2017, p. 20 grifos do autor). Para Rancière:

Há, com efeito, duas maneiras de revogar o modelo representativo aristotélico. A primeira recusa os limites dentro dos quais ele limita seu campo de aplicação, mas mantém a estrutura interpretativa. É a maneira utilizada pelas ciências sociais em geral e pelo marxismo em particular. Ela pretende

abolir a hierarquia entre um tempo privilegiado da ação regido pela racionalidade causal e um tempo da reprodução da vida material abandonado à pura sucessão. [...] Mas essa transformação do modelo hierárquico mantém sua estrutura: segundo sua lógica, aqueles que vivem no tempo da produção ignoram suas leis. Vivem na sucessão dos fatos que ocorrem uns após os outros. Somente os que vivem no tempo da ciência possuem a compreensão dos mecanismos causais dos quais outros veem apenas os efeitos, ou seja, as sombras invertidas na caverna da ideologia.

Tal é a primeira forma de revolução do modelo ficcional clássico. Ela estende seu modelo explicativo ao conjunto das atividades humanas, mas mantém a estrutura hierárquica da separação dos tempos (RANCIÈRE, 2021c, p. 15).

A revolução específica da literatura, segundo Rancière é “completamente diferente”. A literatura

aboliu também a fronteira entre a razão das ficções e a razão dos fatos, mas ela o fez atacando o próprio modelo da dupla temporalidade. Ela o fez inventando maneiras de descrever as situações e de contar o tempo, abolindo a barreira que, de um lado, deixava sem história as vidas dos homens e mulheres do cotidiano e, de outro, as nobres vidas dos homens ativos na procura de seus objetivos. Cada vida tornou-se objeto digno de ficção (RANCIÈRE, 2021c, p.16).

Para Rancière, “a ficção moderna se baseia no direito de todas e de todos ficcionalizarem sua própria vida” e o modo como Guimarães Rosa contribui para admitir esse direito é um “duplo trabalho fundamental [...] sobre o tempo e [...] sobre a língua” (RANCIÈRE, 2021c, p. 16). Esse trabalho sobre o tempo ocorre na medida em que “a obra de Guimarães Rosa se inscreve na problemática das bordas da ficção”:

As bordas da ficção não são os territórios que a limitariam do exterior. São os lugares, as formas, as palavras e a organização das palavras que ela inventa para tornar visível a linha ao mesmo tempo radical e quase imperceptível que reúne e separa ao mesmo tempo duas formas de experiência: a experiência do tempo que passa e a experiência do tempo em que acontece alguma coisa. É aí que passa, com efeito, a linha de separação decisiva para a ficção, e não na oposição do real e da invenção. Pois as invenções são realidades, e, reciprocamente, é preciso um trabalho ficcional para construir um sentido de real, isto é, uma forma de coexistência das coisas percebidas que as mantenha juntas e uma forma de relação entre acontecimentos que lhes dê sentido. A verdadeira linha decisiva em que a ficção se constrói e ganha sentido é a que separa o “nada está acontecendo” do “está acontecendo alguma coisa”. A ficção moderna é a ficção do nada. Esse nada não é o “Nada”, é o comum do tempo que passa e da vida repetitiva. Ora, podemos dizer que é essa fronteira entre o nada e o acontecimento que fica no centro de todas as narrativas de Rosa (RANCIÈRE, 2021c, p. 22).

No trabalho sobre a língua, para tornar sensível essa fronteira entre o nada e o acontecimento, Rosa

inventa a todo momento uma língua que se mantém o mais próxima possível de uma origem fictícia da língua. Ser um habitante do sertão é saber que todo indivíduo é um pesquisador de sua própria vida, um ser habitado por palavras e ficções, um condutor de palavras e de ficções. O escritor do sertão é aquele que radicaliza essa função de guia das ficções criando formas narrativas e formas linguísticas que atravessem o território inteiro da língua para unir as invenções mais requintadas dos poetas ou as intuições mais puras dos místicos aos estribilhos ou provérbios da sabedoria dita popular (RANCIÈRE, 2021c, p. 23).

Nesse sentido, a ficção, segundo Rancière, tem um “poder de transgressão” porque ela “não é a ilusão consoladora que alivia as dores dos humildes” nem “a virtuosidade dos hábeis que jogam com as palavras e inventam histórias extravagantes”. A ficção “é a capacidade que tem a vida, entre os mais humildes e os mais ordinários, de se elevarem além dela mesma”. Cada uma das histórias de Rosa, para Rancière, “se instala como um centro na periferia, um centro precário onde a verdadeira vida vem lembrar a outra e lhe fornece a claridade como esse pedaço de mandioca, de uma brancura ofuscante em torno do qual Rosa constrói a história de amor entre um fazendeiro tímido e a filha de um leproso” (RANCIÈRE, 2021c, p. 52-53).

5 CONSIDERAÇÕES

As reflexões sobre a ficção operadas até aqui, a partir das contribuições do pensamento de Wolfgang Iser e Jacques Rancière, tiveram por objetivo tensionar e des-cristalizar as oposições entre ficção e realidade, literatura e ciências humanas que, desde o século XIX, continuam a impactar no ofício do historiador e nas pretensões científicas que dele são exigidas, por considerarem ainda, mesmo que velada e subjetivamente, a literatura como uma espécie de deleite, puro e simples, da escrita, da língua, que em nada tem a contribuir com o núcleo duro da realidade que somente a ciência saberia interpretar. As contribuições de Rancière e Iser assinalam, portanto, que a ficção é mais que literatura, e que a sua abrangência se estende às construções que se fazem da realidade em diversas áreas do conhecimento. A ficção é condição e condicionante das formas de se estar no mundo, de ser, sentir e pensar o mundo, “de fazer mundo” (RANCIÈRE, 2021c, p. 8), que também se estendem às ficções da política e das humanidades, como a revolução estética perpetrada pela literatura no século XIX tão bem demonstra. Pela ativação que faz do imaginário, a partir dos aspectos que retira da realidade, nos arriscamos a dizer que o processo ficcional é a própria condição de produção e renovação do conhecimento histórico e das ciências humanas. As ciências humanas, mesmo que a partir de pressupostos e finalidades distintas, além de métodos de validação diferentes, operam o mesmo congelamento, representação e reflexão sobre a realidade que a ficção literária realiza. Como o literato, o pesquisador das humanidades seleciona partes do real e as combina de uma forma que não existia no real, realizando uma reflexão que renova a percepção do

acontecido, do passado. Porém, ao contrário do literato, os historiadores geralmente se recusam a se desnudar enquanto tecelões (ALBUQUERQUE JR., 2019) e construtores do passado e da história: muitos ainda se recusam a reconhecer a subjetividade inerente ao seu ofício.

Entretanto, é inegável que a história possui um compromisso ético e um dever de construir, com a maior precisão e tenacidade possíveis, um conhecimento verdadeiro sobre o passado, coisa que, inegavelmente, ela constrói. Procurar dar conta do que aconteceu, construir um passado o mais próximo possível do que tenha acontecido, é uma das especificidades da história e o seu princípio diferenciador (LIMA, 2006). A busca pela verdade é um princípio ordenador da história, é a sua aporia, entendida

como concepção de verdade uniforme e sem fissuras, tida por autoevidente e sempre idêntica a si própria, puro objeto do reino dos fatos, independente de observação ou participação subjetiva. Superado o primado positivista do real, a linha de distinção entre a história e a ficção não passa mais pela distinção entre o documental e o imaginado, o factual e o fingido, mas sim pela reivindicação de verdade que sustenta uma, aporética, ao passo que a outra se isenta desse padrão pré-lingüístico e é, por isso, mais porosa (ALCIDES, 2006, p. 339).

A busca pela verdade inteira, plena e última é um dos motores que inegavelmente movem o ofício do historiador, até mesmo pela questão ética que deve compor a produção historiográfica. Entretanto, como Sérgio Alcides (ALCIDES, 2006) elucida, a palavra aporia, utilizada por Luiz Costa Lima para designar o desejo da “Verdade” na história, se apresenta como a sua própria armadilha. Essa obstinação pela verdade constitui um beco sem saída devido ao fato de que os historiadores sempre constroem um conhecimento que não é totalmente a “Verdade”, ou a “Verdade Final”, já que o conhecimento histórico, balizado por métodos científicos, é sempre temporário e transitório, dependente das novas descobertas e reflexões que farão surgir outros entendimentos do passado. Assim, se a verdade histórica não pode ser construída em sua plenitude, não pode receber um definitivo ponto final, a insistência cega na aporia da “Verdade” leva os historiadores a se assemelharem, de acordo com Alcides, com o inseto que cava a terra em busca de uma (im)provável saída, tema do poema “Áporo”, de Carlos Drummond de Andrade.⁸

O reconhecimento dos aspectos ficcionais, imaginativos e artísticos da história não implica, portanto, em um menor comprometimento com a construção verdadeira do passado, mas afirma

a necessidade de, reconhecendo-se a aporia específica da história, dar-lhe um tratamento flexível, submetê-la a um uso poroso”. Antes, o autor [Luiz Costa Lima] já tinha observado que é próprio da aporia o risco de se enrije-

8 O poema de Carlos Drummond de Andrade não é aqui referenciado porque não foi analisado por nós. A comparação do inseto do poema com o historiador obstinado e obcecado pela “Verdade” é de autoria de Sérgio Alcides.

cer contra o autoquestionamento, com a tendência ao dogma. *A tarefa por excelência do historiador, portanto, não será a montagem dessa superfície sem poros e veraz, mas, ao contrário, a “abertura de horizontes”.* O que faz lembrar o conhecido ditado segundo o qual “o passado é um país estrangeiro”. Mas, como nos ensina este Costa Lima teórico da história, para viajar nele é necessário bem mais do que um passaporte ou um diploma de bacharel (ALCIDES, 2006, p. 341).

Se a história não é literatura e vice-versa, o diálogo entre esses dois campos do conhecimento é vital contra a própria estagnação, esvaziamento de sentido e perda de reconhecimento social da história. Perceber a ficcionalidade da história implica em também refletirmos sobre a qualidade textual da pesquisa histórica, na medida em que a “verdade” sobre o passado, por si só, não é interessante, é necessário que esta “verdade” seja bem escrita, enredada e representada em boas histórias que despertem o interesse geral do público não acadêmico para o que é produzido na academia. Reconhecer os aspectos imaginativos, fictícios e literários da história, portanto, não incorre em demérito para o conhecimento produzido pelos historiadores, mas imputa à produção histórica a potencialidade de exercer o caráter transgressor, desordenador, anti-hierárquico e igualitário que constitui a literatura da era estética. Esse reconhecimento, por fim, pode permitir, a exemplo dos literatos dos séculos XVIII e XIX, transbordar as cátedras, disciplinas e paredes da academia, desordenando as hierarquias do ser e do parecer, permitindo redefinições mais incisivas, democráticas e igualitárias das partilhas do sensível.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval M de. *História: A Arte de Inventar o Passado*. Bauru: EDUSC, 2007.

_____. *O Tecelão dos Tempos: novos ensaios de teoria da História*. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALCIDES, Sérgio. História. Ficção. Literatura (Resenha). *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Porto Alegre, v. 8, n° 9, p. 336-344, 2006.

ANKERSMIT, Franklin R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

BENTIVOGLIO, Julio. Leopold von Ranke. Ranke, Sobre o caráter da ciência histórica. In: MALERBA, Jurandir, (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, p. 133-154, 2010.

BLANCO, Daniela C. *Rancière, bordas da escrita*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 215, 2018.

_____. Jacques Rancière e a revolução sensível: uma (outra) leitura política de Madame Bovary. *Princípios: Revista de Filosofia*, Natal, v. 26, nº 49, jan./abr. 2019.

CANCIAN, Juliana R.. Fictício e imaginário no romance sem nome: episódios da literatura e da vida real. In: CELLI – Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários. 3, 2007, Maringá. *Anais do Celli - Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários - Maringá*, p. 537-548, 2009.

CARR, David. A narrativa e o mundo real: um argumento a favor da continuidade. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016.

CASTRO, Sandra de P. O imaginário na construção da realidade e do texto ficcional. *Leituras Transdisciplinares de Telas e Tetos*, Belo Horizonte, v. 3, nº 5, p. 53-60, 2007.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Crime e Castigo*. São Paulo: Abril. Clássicos Abril Coleções, vol. 1, 2010.

DUARTE, Osvaldo C.; NASCIMENTO, Liliane P. S. Ficção, Imaginário e Necessidade de Autorrepresentação. *Sociopoética*, Campina Grande, v. 1, nº 18, jan./jun., p. 4-20, 2017.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Trad. vários tradutores. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

ISER, Wolfgang. O fictício e o imaginário. In: ROCHA, João Cezar de Castro. (org.). *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 65-77, 1999.

_____. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa Lima. (org.). *Teoria da Literatura e suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 2, 2002.

LIMA, Luiz Costa. História. Ficção. Literatura. Uma breve apresentação. *Eutomia*, Recife, v. 1, nº 1, p. 167-176, jul. 2008.

_____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

MALERBA, Jurandir. (org.). *História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016.

MEGILL, Allan. Literatura e História. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários*. Trad. Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. Trad. Luis Leitão. Lisboa: Antígona, 2012.

_____. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Mônica Costa Neto. São Paulo: Exo experimental org.; Editora 34, 2009.

_____. *As margens da ficção*. Trad. Fernando Scheibe. São Paulo: Ed. 34, 2021a.

_____. *João Guimarães Rosa: a ficção à beira do nada*. trad. Inês Oseki-Dépré. Belo Horizonte: Reilicário, 2021c.

_____. *O desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: ed. 34, 1996.

_____. O efeito de realidade e a política de ficção. *Novos Estudos*, São Paulo, ed. 86, v. 29, nº 1, mar. 2010.

_____. *O fio perdido: ensaios sobre a ficção moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

_____. *Os nomes da história: ensaios de poética do saber*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. Prefácio. In: RANCIÈRE, Jacques. *El filósofo y sus pobres*. Trad. Marie Bardet y Nathalie Goldwasser. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: INADI, p. 11-19, 2013.

_____. *Tempos modernos: arte, tempo, política*. Trad. Pedro Taam. São Paulo: nº 1 Edições, 2021b.

SILVA, Renan Ferreira da. Entre o romance e a poética representativa: Jacques Rancière e a ficção moderna. *Viso – Cadernos de Estética Aplicada*, nº 22, jan./jun. 2018.

TÓLSTOI, Liév. *A Morte de Ivan Ilitch*. Porto Alegre: L&PM, 2013.

WHITE, Hayden. *Meta-História: A imaginação do século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SENSITIVE TRANSGRESSION: HISTORY AND THE HUMAN SCIENCES ON THE MARGINS OF FICTION

Abstract: The present article consists of a reflection on important contemporary notions of fiction, their implications, in general, in life and in the human sciences, and, particularly, in the production of historical knowledge. In order to do so, we analyze the definitions of fiction developed by Wolfgang Iser and Jacques Rancière, based on their texts and specialized studies on their works and on the theory of history, and the way in which, in the relationship between the authors, it is possible to think of fiction as a construction/transgression of realities, especially when considering the interdependence between reality and fiction.

Key-words: Human Sciences. Fiction. Jacques Rancière (1940). Reality. Wolfgang Iser (1926-2007).

TRANSGRESIÓN SENSIBLE: LA HISTORIA Y LAS CIENCIAS HUMANAS AL MARGEN DE LA FICCIÓN

Resumen: El presente artículo consiste en una reflexión sobre importantes nociones contemporáneas de ficción, sus implicaciones, en general, en la vida y en las ciencias humanas, y, en particular, en la producción de conocimiento histórico. Para ello, analizamos las definiciones de ficción desarrolladas por Wolfgang Iser y Jacques Rancière, a partir de sus textos y estudios especializados sobre sus obras e sobre teoría de la historia, y la forma en que, en la relación entre los autores, es posible pensar en la ficción como construcción/transgresión de realidades, especialmente cuando se considera la interdependencia entre realidad y ficción.

Palabras-clave: Ciencias Humanas. Ficción. Jacques Ranciere (1940). La realidad. Wolfgang Iser (1926-2007).

O PROGRAMA COMPLETO DA DESORDEM: VIDAS NEGRAS, A FRANCA REBELIÃO E O DESEJO DURADOURO DE MUDAR O MUNDO

Resenha do livro de: HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais*. Tradução de Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022.

Fernando Boppré¹
Marília Amorim²

Um livro com formas rebeldes e experimentais. De uma parte, vidas singulares imersas nos guetos da Filadélfia e de Nova Iorque na virada do século XIX para o XX. De outra parte, o próprio modo de contar estas histórias produz um efeito revirada, uma obra audaciosa e tenaz capaz de revigorar as ciências humanas. É interessante que tal movimento venha do campo das letras — área de formação e docência de Saidiya Hartman. Afinal, as artes não apenas são objetivos de pesquisa para a história ou a antropologia; de fato, elas inventam novos modos de pensar, adicionam elementos até então imponderáveis no estabelecido.

Saidiya Hartman tem bacharel em ciências pela Universidade de Wesleyan (1984) e um PhD pela Universidade de Yale (1992). Foi bolsista de diversos programas como Fulbright, Rockefeller, Whitney Oates e MacArthur. Entre os anos de 1992 a 2006, lecionou no Departamento de Inglês e Estudos Afro-Americanos da Universidade da Califórnia, em Berkeley. No ano seguinte, em 2007, ingressou no corpo docente da Universidade de Columbia, onde atualmente é professora no Departamento de Inglês e Literatura Comparada. Recebeu prêmios como o *Narrative*

1 Formado em Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autor dos livros *Poço Certo* (Caiaponte Edições, 2020) e *Sándor Lénárd no fim do mundo* (Humana, 2022). E-mail: fernando.boppre@gmail.com.

2 Formada em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), mestranda e bolsista CNPq em História social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: mamorin1997@gmail.com.

Prize da *Narrative Magazine* e o Gustav Myers de Direitos Humanos. Ela é ex-diretora do Instituto para a Pesquisa em Gênero e Sexualidade da Universidade de Columbia e foi *Whitney Oates Fellow* na Universidade Princeton (2002), *Cullman Fellow* na Biblioteca Pública de Nova Iorque (2016–2017) e *Critical Inquiry Visiting Professor* da Universidade de Chicago (2018).

Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais (2022), publicado nos Estados Unidos pela editora W. W. Norton & Company, de Nova Iorque, em 2019, foi prontamente transposto para o Brasil, com tradução de Floresta, pela Fósforo, novo selo editorial criado em 2021 por Fernanda Diamant, Luís Francisco Carvalho Filho e Rita Mattar. Se o objetivo da editora é contribuir para a expansão do horizonte cultural e do debate público brasileiro, compondo seu catálogo com autores(as) nacionais e estrangeiros(as), como está escrito em seu *website*,³ a tarefa tem sido cumprida à risca e com méritos.

A mesma Fósforo já havia editado, dentre os seus primeiros títulos, *O cometa* (2021), do sociólogo e escritor estadunidense W. E. B. Du Bois, com tradução de André Capilé e Cecília Floresta, que conta com um importante ensaio de Hartman, *O fim da supremacia branca* (2021). Primeiro nome confirmado para a edição da Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) de 2022, seus títulos vêm arrebatando o pensamento histórico e literário brasileiro. Autora de *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão* (2021), publicado no Brasil pela Bazar do Tempo, com tradução de José Luiz Pereira da Costa, a professora da Universidade de Columbia tem colocado no horizonte existências e paisagens outrora omitidas ou deliberadamente apagadas.

É interessante observar os elementos pré e pós-textuais de *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais*. Em primeiro lugar, ela nos coloca um imenso título, dividido em cinco partes por vírgulas e dois pontos. Uma extensão corajosa para se intitular um livro, mas necessária, posto que não deixa de fora nada do que é fulcral à compreensão de suas ideias. São vidas negras e *queers*, desviantes da norma e da moral vigentes, intimidades vindas do gueto e da resistência. Como diz a epígrafe extraída de Nella Larsen: “Ela era, como sabia, de uma forma estranhamente indefinida, um fator perturbador” (p. 7).

Após o sumário — que é seguido de uma importante anotação sobre o método, que iremos abordar mais à frente — surge a lista das personagens que aparecerão ao longo do livro. Como em uma notação teatral que antecede os atos e as cenas, é ali que desfilam nomes como Mattie Jackson, Mamie Shepherd, Katty Clayton, Fanny Fisher, May Enoch, Gladys Bentley, Jackie Mabley — o bando desordeiro de anti-heroínas do livro. Há também os vilões, alguns deles estão no lado da lei. Junto a cada

3 As informações sobre a editora podem ser encontradas, disponível em: <https://www.fosforoeditora.com.br>. Acesso em: 09/10/2022.

nome, aparece uma pequena descrição, por exemplo: “Robert Thorpe: um homem branco que agarra May Enoch e bate em Arthur Harris” (p. 16).

Mais à frente, no corpo do texto, quando se embrenha nas histórias sórdidas da opressão branca na Filadélfia, toma-se conhecimento de que Arthur Harris era um policial à paisana que tinha por prática estuprar mulheres negras. Após agarrar May Enoch pelo braço, agrediu o marido dela, Arthur Harris, que tentava defendê-la. Harris, ao reagir, esfaqueou Robert Thorpe, fazendo com que caísse morto na sarjeta. A partir de então, foram dias de linchamento e terror aplicados ao povo negro das ruas e vielas do Quinto e Sétimo distritos, uma cruel onda de violência sobre quem era apartado pela “linha de cor”.

Este conceito, extraído de W. E. B. Du Bois,⁴ que é utilizado repetidas vezes ao longo do livro, ajuda a corrigir uma noção que a disciplina da história costuma difundir nos bancos escolares e até mesmo nas universidades. A ideia de que a geografia histórica dos Estados Unidos é dividida pelo sul escravista e segregador em oposição ao norte abolicionista e liberal. Pois bem, o livro expressa que decididamente os fatos não se deram dessa maneira. Em termos jurídicos, uma série de leis segregacionistas foram estabelecidas após a abolição em 1865, como as leis Jim Crow, que vigoraram entre 1877 e 1964 em diversos estados, estabelecendo o princípio de “separados, mas iguais”.

O país que gosta de se fantasiar como o berço da democracia e da liberdade, é o mesmo que constituiu um arcabouço jurídico legitimador da segregação nas escolas e universidades, nas forças armadas, nos transportes e nos serviços públicos em geral. E que hoje possui um “inventário de violências” (DU BOIS; HARTMAN, 2021, p. 55), um “atlas de um mundo em chamas” (Ibid., p. 57) a ser recontado e remontado, como bem e justamente o faz Saidiya Hartman, ao lembrar um episódio descrito por W. E. B. Du Bois, sobre o trucidamento de Mary Turner ocorrido na Geórgia em 1918:

Mary Turner ousou dizer que o assassinato de vários homens, incluindo seu marido, tinha sido injusto e que ela denunciaria as pessoas que participaram da turba que havia linchado seu marido e conseguiria mandados expedidos contra elas. Ela foi pendurada em uma árvore perto da ponte sobre o Little River. Então a embebedaram em diesel e gasolina e puseram fogo. ‘Ainda viva, uma faca, evidentemente uma daquelas usadas para abater porcos, abriu seu abdômen, e um nascituro caiu de seu útero até o chão. O bebê prematuro chorou debilmente duas vezes e então teve a cabeça esmagada pelo salto do sapato de um membro da multidão. Centenas de balas foram disparadas contra o corpo da mulher, agora misericordiosamente morta, e o trabalho estava feito’ Du Bois acreditava na importância de contar esse tipo de história. Em retrospecto, ele explicaria essa convicção (a crença de que argumentos inteligentes e juízos razoáveis poderiam derrotar o racismo) como uma consequência de não ter lido a psicanálise. Ele ‘não era freudiano

4 Segundo a autora, “linha de cor” descreve “[...] a desigualdade racial como um fenômeno que opera em escala global [...] um conjunto de mecanismos de exclusão de populações não brancas que está na base da manutenção do poder político, econômico e ideológico do grupo racial branco” (p. 29).

o suficiente para entender como as ações humanas são muito pouco baseadas na razão' ou para aprender o profundo investimento psíquico empregado no racismo, algo que outros descrevem como a economia libidinal de um mundo antinegro (Ibid., p. 58-59).

Após emigrarem de estados sulinos como Alabama, Georgia, Carolina do Norte ou Virginia para grandes cidades do norte como Chicago e Nova Iorque em busca de trabalho assalariado e do ideal da liberdade — já que no sul, mesmo após a abolição, a maior parte da gente negra trabalhava por casa e comida, numa continuidade imoral da maquinação econômica da escravidão — as coisas não mudavam substancialmente. Era a evidência do “alcance da *plantation* no gueto” (p. 48). Para as mulheres, a situação era ainda pior: ao chegarem aos portos e estações, eram insultadas e muitas vezes aliciadas para o tráfico sexual: “não há nenhum futuro mais brilhante pela frente, nenhuma oportunidade para garotas de cor a não ser a vassoura e o esfregão ou abrir as pernas nos tempos mais difíceis” (p. 29).

A partir de uma fotografia em albumina de Thomas Eakins, pertencente ao acervo da Academia de Belas Artes da Pensilvânia, “que mede 3,65 X 6,20 centímetros; seu tamanho diminuto anuncia seu status menor” (p. 44), de uma adolescente negra nua reclinada num sofá com arabescos cujo nome foi rabiscado — “um nome é um luxo que ela não pode se permitir” (p. 35) — Saidiya Hartman se detém nas possibilidades e perigos à espreita de jovens negras nas primeiras décadas do século XX.

A dimensão ética com que a autora lida com as imagens selecionadas no estudo é louvável. De partida, faz questão de cortar a referida fotografia: os seios da menina não aparecem, apenas seu rosto e cabelos trançados e separados como uma odalisca.⁵ Hartman reconhece que se trata de um retrato obtido sem o consentimento da modelo: “não é o tipo de fotografia de que ela gostaria e não foi tirada a seu pedido” (p. 44). Esta sensibilidade lhe autoriza a editar as imagens, manipulando-as de modo original e ético.

As demais fotografias, gráficos, gravuras e desenhos ao longo do livro surgem, umas após as outras, intercaladas entre dezenas de páginas, sem uma legenda sequer abaixo delas. De partida, o efeito desta ausência de texto explicativo pode ocasionar uma desorientação. Mas talvez esse seja o melhor efeito para o momento: que se observe a resplandecência da imagem por si, o que ela tem a contar como “máscara mortuária” (sentido etimológico originário do termo *imago* em latim). Se o(a) leitor(a) se der ao trabalho de percorrer todo o livro, encontrará ao final uma seção destinada aos créditos das imagens, algumas delas com comentários sagazes como “nas ilustrações nos jornais, elas eram apenas mulheres negras sem feições, desenhadas de modo a negar sua humanidade, corpos sem rosto arrastados pela rua” (p. 413).

5 “A odalisca, uma imagem de um nu reclinado, combina duas categorias distintas da mercadoria: a escrava e a prostituta” (p. 44). Esta mesma imagem, sem cortes, com os seios expostos, já foi utilizada na capa de um outro livro, *Black Venus*, da autora Angela Carter, publicado em 1985 pela Saint and Strangers, nos Estados Unidos. Apesar de ser uma autora feminista (branca), Carter não teve o cuidado de preservar o corpo adolescente na capa de sua obra.

A fotografia de Thomas Eakins, em especial, representa para o pensamento da autora, o oposto daquilo que ela procurava encontrar, mas que acabou se tornando uma constante nos milhares de imagens que passaram diante de seus olhos durante a pesquisa. Não era sua vontade expor registros fotográficos de linchamentos ou da miséria dos guetos; ao contrário, queria localizar mulheres negras dissonantes das fotografias tradicionais das violências aplicadas aos corpos negros, que representassem “os experimentos da liberdade desenvolvidos na sombra da escravidão [...] um antídoto necessário para as costas açotadas, os olhos marejados, os corpos despídos e marcados ou tornados grotescos para o prazer da branquitude” (p. 37).

Ao observar a fotografia, podemos discernir a *sinfonia da raiva* residindo na figura capturada. É uma imagem que não posso nem reivindicar nem recusar. Confesso que é um lugar difícil para se começar, com a declaração de que a violência não é uma exceção, mas define o horizonte da existência dela. É preciso reconhecer que *nunca fomos destinadas a sobreviver*, mas ainda assim estamos aqui. O emaranhado de violência e sexualidade, de cuidado e exploração, continua a definir o significado do que é ser negra e mulher (p. 49).

Outra potência do texto de Hartman se encontra nas notas que são dispostas ao fim do livro. A opção por não as apresentar no rodapé possibilita uma leitura *a posteriori*, como se fosse uma outra camada de texto, uma partitura complexa onde estão grafados os acordes e as origens do conjunto. O caráter heterodoxo das referências é evidenciado nas citações bibliográficas, artigos acadêmicos, filmes, álbuns fotográficos, jornais, processos judiciais, diários que mostram a extensão e profundidade da pesquisa. Nesta citação acima, por exemplo, após as duas marcações em itálico feitas pela própria autora, encontram-se notas que remetem à obra da poeta e ativista Audre Lorde, nome fundamental para se pensar o feminismo negro tanto no contexto acadêmico quanto na esfera social estadunidense e alemã.⁶

A força do livro de Hartman se encontra tanto na radicalidade de sua crítica contra o mundo hostil que a branquitude engendrou contra as vidas negras quanto nas singularidades e potências que ela consegue descobrir nas histórias registradas. A autora se detém tanto em descrições em grupo — “meninas ligeiras reunidas na esquina cantarolando o último rag” (p. 23) — quanto em indivíduos como o “luxuoso e pródigo” (p. 213) artista Gladys Bentley ou a sonhadora Mattie Nelson que fez das “ruas e salões de dança [...] seus melhores amigos” (p. 73).

6 Audre Lorde passou os últimos anos de sua vida em intensa atividade em Berlim, criando o movimento afro-alemão e estimulando as mulheres negras alemãs a se reunirem. Para saber mais, indica-se o filme *Audre Lorde: The Berlin Years - 1984 to 1992*, de Dagmar Schultz (2012).

Uma das seções mais importantes do livro é a sua breve, mas indispensável nota sobre o método, que abre a publicação: “todas as personagens e os eventos apresentados neste livro são reais: nada foi inventado” (p. 12). Uma leitura apressada poderia classificar a escrita de Saidiya Hartman como ficcional. Embora muitas vezes recorra às técnicas da escrita literária, estamos diante de um estudo histórico, elaborado por uma pesquisadora e professora da área das letras.

No primeiro parágrafo, informa: “este livro recria a imaginação radical e as práticas rebeldes dessas jovens ao descrever o mundo através dos olhos delas” (p. 11). Há, portanto, um exercício de deslocamento em direção ao ponto de vista do outro, mas não se trata apenas disso. Ela se aprofunda em “uma narrativa escrita de lugar nenhum, do não lugar do gueto e do não lugar da utopia” (p. 11) que resulta em um experimento de escrita que transforma discurso indireto em discurso direto: “minha abordagem especulativa e imaginativa é baseada nas pesquisas de arquivos e em uma atenção rigorosa às fontes” (p. 353). Não obstante, surgem as dificuldades de quem se dedica a historicizar vidas desposuídas, subalternas e escravizadas: é preciso enfrentar “o poder e a autoridade dos arquivos e os limites que eles estabelecem em relação àquilo que pode ser conhecido” (p. 11). Diante da ausência e da fragmentação das fontes sobre estas pessoas, a autora se dedicou à tarefa recriar vozes e dimensões de suas vidas íntimas a partir de poucos vestígios:

o que eu sei da vida dessas jovens foi apurado em registros de cobradores de aluguel; pesquisas e monografias de sociólogos; transcrições de julgamentos; fotografias do gueto; relatórios da delegacia de costumes; assistentes sociais e oficiais de condicional; entrevistas com profissionais da psiquiatria e da psicologia; e autos de prisão – e em todos esses documentos elas são representadas como um problema (Ibid., p.12).

Cabe assinalar a coragem do método de Saidiya Hartman: ela não se deixa vencer pelos arcontes⁷ que negaram às histórias negras o direito aos arquivos. A partir de outras fontes e de um singular manejo de ferramentas providas da literatura e da crítica literária, recria a experiência sensorial dos cinturões negros do período, a “rica paisagem da vida social negra” (p. 11). No ensaio *O fim da supremacia branca*, Saidiya Hartman definiu o conto *O cometa* como uma “ficção especulativa” (DU BOIS; HARTMAN, 2021, p. 58). O gênero da distopia de Du Bois é elucidativo dos procedimentos que a autora utiliza em *Vidas rebeldes, belos experimentos*.

No conto de Du Bois, um cometa atinge o planeta e na cidade de Nova Iorque sobrevivem apenas um homem negro e uma mulher branca. Jim, mensageiro de um banco, encontrava-se nas catacumbas da corporação bancária no momento do choque. Ao sair pelas ruas de Nova Iorque, pela primeira vez se depara com a ausência do medo e com a experiência da liberdade – uma liberdade paradoxal já que surgida do momento em que todos padecem: “como se o cerco da negritude só pudesse ser

7 Utilizamos aqui o termo “arconte” na acepção proposta por Jacques Derrida em referência a Grécia Antiga, que diz que arquivo: “remete ao *arkhê* no sentido nomológico, ao *arkhê* do comando” (DERRIDA, 2001, p. 12) sendo os arcontes aqueles que comandavam, os guardiões dos arquivos.

rompido e sua casta abolida com a destruição do mundo” (Ibid., p. 71). Quando encontra Julia, a mulher branca a sobreviver, ele volta a sentir o temor e conclui que no dia anterior ela sequer o teria olhado. É aqui que vemos Saidiya especulando:

Ninguém que o olhasse casualmente diria algo como ‘figura imponente’, nem perderia um momento sequer se perguntando sobre a posição dele no banco; palavras como *desocupado, relaxado, indomado* ou *servir* resvalam nas beiradas curvas da consciência (Ibid. p. 45).

A terceira e última parte de *Vidas rebeldes, belos experimentos* se fundamenta na abordagem dos dispositivos de segregação de corpos negros, em especial das leis e ferramentas utilizadas para sua manutenção e execução. Hartman constata que a polícia não era somente instrumento de vigilância, mas também de decisão arbitrária sobre até onde se estendia a liberdade dessas vidas. As histórias de jovens negras e queers na virada do século XIX para o XX e seus estilos de vida, dialogam com o pensamento anarquista. São existências que se utilizam de práticas libertárias, mesmo que não tenham mantido contato com qualquer obra e/ou teorias revolucionárias.

A principal lei apresentada pela autora é a *Lei de menores infratores* cujo objetivo era enquadrar em delitos sexuais pessoas entre dezesseis e vinte e um anos que praticassem qualquer atividade que a polícia considerasse suspeita. Se estivessem em um lugar noturno, propício à prostituição ou acompanhadas de pessoas categorizadas como desajustadas, eram sumariamente detidas. Em seguida eram julgadas e se iniciava o cumprimento da pena no reformatório, durante um período de três anos. Essas mulheres, em sua grande maioria, não haviam cometido qualquer delito, mas a lei era interpretada para aprisioná-las não pelos seus crimes, mas pela possibilidade de realizar um, ou seja, eram presas de modo preventivo.

Este dispositivo jurídico tinha como alvo um público específico e um objetivo claro. Era uma lei segregacional e sexista, pois “apenas mulheres jovens foram julgadas como delinquentes sob esses estatutos (1882 e 1925)” (p. 236). Se uma garota estivesse dançando em uma boate e houvesse uma interpretação de possível imoralidade ou situação moralmente depravada, seria levada ao reformatório e cumpriria a pena de três anos. A maioria das prisões ocorreram sem que houvesse qualquer tipo de infração de fato. Eram, em sua maioria, especulações e hipóteses criadas pelos policiais. Isso ocorria pois a polícia detinha o poder de escolher manter a pessoa em liberdade ou não, pois os depoimentos eram usados como provas durante os julgamentos.

As fontes documentais utilizadas por Saidiya Hartman demonstram como se tratava de um dispositivo de vigilância e disciplinaridade fadado à corrupção, onde a imposição do prestígio daqueles que utilizavam farda e bota eram suficientes para decidir o futuro destes corpos ditos rebeldes. Na obra de Hartman, estas mulheres e queers negras se transformam em exemplos de adaptação às circunstâncias, resistência às imposições e de lutas contra as opressões. Deliberadamente, rejeitaram as escolhas que os rastros da escravidão, a manutenção da segregação e o racismo haviam deter-

minados para suas vidas. São corpos que ousaram resistir quando o sistema fez de tudo para tentar fazê-las desistir.

Se a dança, por um lado, era parte da desordem e era uma ação que poderia colocar fim à liberdade, por outro, era também um ato de resistência, pois essas jovens continuavam a encher os espaços noturnos e dançar a noite toda. Para estes corpos, dançar não era somente uma maneira de se divertir ou trabalhar, mas também um ato de resistência. Um corpo negro dançando era um ato revolucionário. Mesmo havendo uma lei específica para encarcerar a juventude negra, as garotas ainda faziam de suas vidas belos experimentos.

São histórias de vida que se aproximam em diversos momentos do pensamento da anarquista Emma Goldman,⁸ demonstrando que as propostas teóricas foram colocadas em prática somente pelo fato de existirem. As escolhas sexuais, a cor da pele, as roupas e os atos de recusa fizeram dessas vidas um palco anárquico. Na obra, encontramos o amor e o desejo sexual de corpos que escolheram não serem governados, que fizeram de suas existências um manifesto político, tão bom ou até melhor do que os imaginados por Goldman. O modo de amar e se relacionar construíram suas liberdades e estabeleceram outros arranjos: amores lésbicos, relacionamentos não-monogâmicos, relações queers, relações sexuais com desconhecidos(as), orgias e demais modos de amar pouco convencionais diante das normas.

No livro se encontram ainda histórias íntimas de pessoas que transformaram o próprio corpo em arte, que trabalhavam na vida noturna, mesmo sabendo dos riscos associados ao meio artístico no período, criando assim uma recusa ao trabalho forçado e análogo à escravidão. Vidas, como a de Billie Holiday, citada por Hartman, que se colocaram diante do perigo e criaram possibilidades de viver de maneira diferente do que a branquitude estabelecia como vivência desde a escravidão. Algumas mulheres de cor também buscavam a desordem como forma de resistência. A encrenca criava novas alternativas e estéticas de vida, tornando a luta algo capaz de ser realizado em esferas distintas, seja no amor, na recusa do trabalho ou na ousadia de sonhar com uma vida diferente.

Muitas dessas jovens não aceitavam o lugar que haviam sido destinados para elas e com isso impunham serem tratadas como as garotas brancas. Mesmo as garotas que já estavam nos reformatórios não aceitavam os maus tratos e o tratamento diferente que as garotas brancas recebiam, buscavam sempre denunciar as torturas nas prisões, criavam manifestações e gritavam. Eram vozes que não silenciaram diante da prisão. O contato destes corpos com o poder produziram documentações, que hoje Hartman utiliza como fonte para (re)escrever essas vidas e nos mostrar que o poder sempre vem acompanhado de resistência e rebeldia que estabelecem novas engrenagens para o mundo.

8 Para saber mais sobre o tema, ver em GOLDMAN, Emma. *Sobre anarquismo, sexo e casamento*. Tradução de Mariana Lins. São Paulo: Hedra, 2022.

REFERÊNCIAS

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DU BOIS, W. E. B.; HARTMAN, Saidiya. *O cometa + O fim da supremacia branca*. Tradução de André Capilé, Cecília Floresta. São Paulo: Fósforo, 2021.

GOLDMAN, Emma. *Sobre anarquismo, sexo e casamento*. Tradução de Mariana Lins. São Paulo: Hedra, 2022.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas Rebeldes, Belos Experimentos: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais*. Tradução de Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022.

LORDE, Audre. *The Berlin Years (1984 to 1992)*. Direção de Dagmar Schultz. Alemanha: Dagmar Schultz, 2012. (144 min.).